

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA SEXUALIDADE HUMANA NA TRADIÇÃO
OCIDENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO-SEXUAL

Juçara Teresinha Cabral

Dissertação submetida ao
Colegiado do Curso de
Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da
Educação como exigência
parcial para obtenção do
título de Mestre em
Educação. Orientador prof.
Dr. Selvino Assmann.

Florianópolis - SC

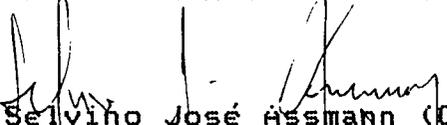
Julho / 1994

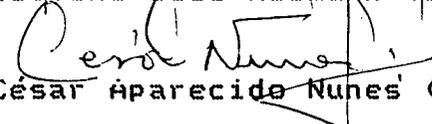
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA SEXUALIDADE HUMANA
NA TRADIÇÃO OCIDENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA
A EDUCAÇÃO SEXUAL

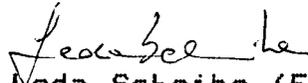
Dissertação submetida ao Colegiado
do Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 22/07/94


Prof. Dr. Selvíno José Assmann (Orientador)


Prof. Dr. César Aparecida Nunes (Examinador)


Prof^ª. M.Sc. Maria da Graça Soares (Examinadora)


Prof^ª. Dr^ª. Leda Scheibe (Examinadora)

JUÇARA TERESINHA CABRAL

Florianópolis, Santa Catarina
Julho/1994

Ao Luiz,

carinho,

inspiração ...

... e aos que lutam pela igualdade e
solidariedade entre os seres
humanos.

Agradecimentos

Ao professor Selvino Assmann - orientador -, por ter acreditado em mim e pelos constantes desafios.

As professoras Leda Scheibe e Elisabeth Leal, pelas leituras, análises e valiosas sugestões dirigidas ao projeto desta pesquisa.

A professora Edel Ern, que pacientemente lia trechos desta dissertação e me animava para prosseguir escrevendo.

Ao professor André Zunino, por ter valorizado este estudo e tê-lo incluído em seu projeto de pesquisa - CTS - Ciência, Tecnologia e sociedade.

Ao professor Cesar Aparecido Nunes, pelas indicações de leituras e encaminhamentos desta pesquisa.

A professora Verena Gielow, que me ensinou pelo exemplo.

Aos meus professores e colegas de Mestrado, pelas novas lições.

A CAPES por me ter concedido a bolsa de Mestrado, à Secretaria de Estado da Educação por me ter garantido o tempo necessário à realização desta pesquisa e a OMEP/BR/SC, pela aposta na importância deste trabalho.

A alguns amigos que me acompanharam de perto nesta trajetória, sou sinceramente grata: a Dolly, amiga de todas as horas; a

Ademir Rosso, pelas conversas e sugestões; a Áurea, pelos incentivos constantes; a Lalú e Cleusa, companheiras de TPP.

A Altir, Arlindo, Dolly, Gilson, Marcos, Oscar, Vera, Walmir e Zappelini, parceiros de estudo, dilemas e de inesquecíveis momentos de alegria.

Ao professor Altair Reihner, pela sua luta constante em prol da dignidade do magistério catarinense.

Aos meus pais, irmãos, cunhadas e sobrinhos, pela torcida para que eu pudesse concluir mais esta jornada.

Ao Luiz Rosa, amigo, companheiro, e co-responsável pelos méritos que porventura possa ter este trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa trata da construção histórica da sexualidade humana na tradição ocidental, com ênfase na questão da dualidade no que se refere às relações corpo-alma, bem-mal, homem-mulher e às formas de expressão deste pensamento dual nas relações amorosas e conjugais nas diferentes épocas.

Para tal, optamos por eleger alguns autores como marcos significativos de cada período da história. Por isso mais destacadamente aparecem: Aristóteles, Antiguidade; Santo Agostinho, Idade Média; e Freud, Idade Moderna. Isto não quer ser um mero estudo seqüencial e factual, mas sim uma tentativa de delinear um processo histórico buscando contextualizar cada autor em sua época, e analisando com isso as contradições que, ao longo da história, permeiam as relações sexuais humanas.

Interessa-nos verificar como homens e mulheres têm se relacionado através dos tempos, como a sexualidade foi sendo vinculada à moralidade, e como o sexo passou a ser vinculado à função procriativa, elevado à condição de pecado mortal e, por último, contrariando este modo de concebê-lo, como o sexo aparece associado ao prazer.

Além disso, enfatizamos que o estudo da sexualidade humana não pode ser fragmentado, restringindo-se ou ao campo da biologia, ou da saúde pública, ao da religião ou da moral, mas

que como dimensão humana, exige abrangência e, por isso, uma análise numa perspectiva histórico-cultural.

O mais importante, ainda, diz respeito à temática **Educação-Sexual**: só será possível compreendê-la e colocá-la em prol da VIDA, à medida que o homem, a mulher, as sociedades e a sexualidade forem entendidos como totalidade histórica em movimento.

ABSTRACT

This research is concerned with the historical construction of human sexuality of western tradition with emphasis on the dual related questions: Body-soul, good-bad, man-woman and the different ways to express the above dual thoughts is the love and marital during different times.

We decided to elect some authors who had significative weight at different historical periods, such as: Aristotles, Saint Augustine, Middle Age, Freud and the Modern Age. It does not intend only a mere sequential and factual studies, but an attempt to delineate a historical contextualized process which search for relationships of each author at their time, try to analyze the historical contradictions, as well as the human sexual relations.

Our main interest was to search for men and women relationships thorough the times, how sexuality has been related to moral questions, how sex has been tied to reproduction function which was linked to capital sin and, at least, opposing this way of conceiving and how sex appears associated to pleasure.

We emphasize that the sexual studies can not be fragmented, limited to biological studies or public health or religious or moral behavior, but to a complete human dimension which a historical-cultural analytical perspective.

The most important is the EDUCATIONAL-SEXUAL relationships which can be understood if put at LIFE service as well as to be seen the historical totality of sexuality by men, women and society.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A QUESTÃO DA DUALIDADE	
1.1 - Contexto, Vida e Obra dos Autores Eleitos como Síntese da Pesquisa	25
1.1.1 - Aristóteles	26
1.1.2 - Santo Agostinho	30
1.1.3 - Sigmund Freud	35
1.2 - Corpo - Alma	42
1.3 - Bem - Mal	56
1.4 - Homem - Mulher	86
CAPÍTULO II - AS RELAÇÕES AMOROSAS E CONJUGAIS NAS DIFERENTES EPOCAS	
2.1 - Antiguidade Clássica	114
2.1.1 - Grécia	116

2.1.2 - Roma	129
2.2 - Civilização Cristã	144
2.3 - Sociedade Medieval	162
2.4 - Idade Moderna	183
 CAPÍTULO III - CONSIDERAÇÕES FINAIS	
3.1 - A Educação-Sexual: uma busca que objetiva a transformação	213
3.2 - Propondo Desafios	217
 BIBLIOGRAFIA	 228

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana constitui um dos temas amplamente investigados nos últimos 30 anos, devido à sua importância para os diferentes campos da ciência. Mais recentemente, essa investigação tem se voltado para a **Educação**, uma vez que a humanidade contemporânea se vê estarrecida diante de uma ameaça chamada AIDS. Correntes médico-higienistas, políticos oportunistas, entre outros desinformados, passaram a indicar a **Educação** como saída possível para minimizar ou afastar o fantasma dessa doença, que, por sua vez, também é transmitida pelo contato sexual.

Torna-se necessário, assim, falar sobre sexualidade, para aos poucos estabelecer as suas relações com a temática **Educação-Sexual**. Convém, então, começar a busca de um caminho que possa nortear a **Educação** e os **Educadores** - ambos desafiados para essa importante tarefa. Para isso, não basta ensinar o que cada um pensa a respeito ou ao seu modo como a sexualidade deve se expressar.

O caminho a ser trilhado com vistas a **Educação-Sexual**, supõe, a priori, uma investigação sobre o peso histórico e cultural que, ao longo dos séculos, foi se acumulando em torno da sexualidade humana. Esse acúmulo de conotações ora de ordem moral, ora religiosa, ora de saúde pública, entre outras, precisa ser analisado, revisto e criticado. Para esse intento, o primeiro e grande passo é admitirmos que antes de propormos uma **Educação-Sexual** sistematizada, devemos nos reconhecer enquanto seres sexuados e educandos - reeducação - desta dimensão humana - sexualidade. É esta a proposta que se pretende concretizar com a presente pesquisa.

Entendemos que, para estudar a sexualidade humana, será necessário colocar nossa história também em estudo. E esta compreende a história da sexualidade na civilização ocidental e a contribuição de autores significativos na área do desenvolvimento bio-psico-social, para melhor compreensão do indivíduo como um todo. Desse modo, poder confrontar nossos medos, vergonhas, resistências e preconceitos com suas respectivas origens, bem como suas formas de repasse através dos tempos.

Assim, transitamos pela filosofia, sociologia, antropologia, psicanálise e economia, como elos interligados à ciência da história e indispensáveis a um estudo desta natureza.

Nossa narrativa começa na introdução, onde explicitamos as razões que nos levaram a optar por esta pesquisa, seus objetivos e a metodologia.

O primeiro capítulo inicia com a contextualização, a vida e obra dos autores destacados como síntese de cada período estudado. A saber: Aristóteles na Antiguidade, Santo Agostinho na Idade Média e Freud na Idade Moderna. Neste capítulo ainda é enfocado o dualismo corpo-alma, bem-mal e homem-mulher nas diferentes épocas e na concepção dos autores citados.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo das relações amorosas e conjugais, com um retorno ao mundo clássico grego e dos vizinhos romanos, até chegar à chamada Civilização Cristã, onde analisamos esse importante marco na regulamentação de caráter religioso destas mesmas relações. Este capítulo segue analisando do mesmo modo a Idade Média, a Idade Moderna até chegar nos dias contemporâneos.

Por último, no capítulo terceiro, é apresentada uma reflexão sobre a **Educação-Sexual** com propostas de encaminhamentos à **Educação** e aos **Educadores**.

DESVENDANDO O OBJETO DE ESTUDO

O tema "sexualidade" tem aparecido com muita frequência em distintos meios de comunicação, ora na forma de debate, ora de entrevista, em reportagens diversas e programas de partidos políticos. E um ponto comum dessa discussão tem apontado a escola como "saída" através da **Educação-Sexual**.

Profissionais de diferentes áreas estão se manifestando favoráveis à implantação da disciplina **Educação-Sexual**, como forma de pressionar o Ministério da Educação a tomar uma atitude em relação ao assunto. Para muitos, o único meio de amenizar a propagação de doenças sexualmente transmissíveis - DST e inclusive AIDS - seria a escola, e o mesmo ocorre com aqueles que defendem algum controle da natalidade como forma de resolver o drama da miséria.

A Portaria nº 678 de 14/05/91 do Ministério da Educação restringe a sexualidade como tema/conteúdo do currículo oficial à prevenção de DST/AIDS, o que significa, mais ou menos, retroceder à antiga concepção médico-higienista de caráter puramente preventivo.

Tais discussões têm sido objeto de nossas preocupações, durante inúmeras e contínuas experiências vividas nos últimos anos, quer como cursista, quer como ministrante de cursos sobre a sexualidade humana, quando a temática da **Educação-Sexual** vem à tona sob várias formas: ora como biológico-reprodutiva, ora como religiosa de cunho moral, espiritual e místico. Ou então como médico-higienista e preventiva, isto quando não aparece sob a forma agropecuária, aquela que explica a reprodução humana, exemplificando-a com animais e plantas; e sexista, aquela que evidencia o embate entre homem e mulher na disputa pela superioridade de um sobre o outro.

Em nossa prática docente concordamos com Bernardi (1985) e Nunes (1987), pois percebemos, ainda, uma certa

inquietação e dificuldade entre os educadores para abrir o diálogo e trazer a sexualidade ao nível da palavra, do permitido, do prazeroso e do humano, pois pensam muito mais na sexualidade biologizada, anatômica, descritiva, fragmentada, fonte de males e, por isso, origem de culpa e medo. Alguns até se colocam como protetores dos alunos no sentido de alertá-los contra os "perigos sexuais", que tanto podem ser de ordem psíquica, quanto física ou moral. Outros, porém, estão convictos de que não se pode subverter a ordem, portanto o que está estabelecido é o correto. Uns poucos, entretanto, recorrem ao estudo ou a pessoas mais esclarecidas para orientar o aluno de modo a percebê-lo como um ser inteiro, dotado de emoção, afeto, cultura, história e sexualidade.

Com bastante freqüência fala-se da influência negativa dos meios de comunicação, sobretudo da televisão, na formação de crianças e adolescentes, uma vez que estes veículos colocam em xeque os "padrões morais da família" na medida em que transmitem um modelo de sexualidade permissivo e consumista.

Reconhece-se, também, a necessidade de fundamentação teórica, de conhecer a experiência vivida por outros educadores, de comparar as respectivas práticas docentes, de tomar conhecimento de pesquisas já realizadas, de saber o que se passa numa esfera maior, de observar o que está sendo proposto em termos de **Educação-Sexual** no Brasil e no mundo.

Parece-nos evidente que não só o aluno, mas o educador também precisa de oportunidades para discutir, estudar e analisar

a sexualidade humana e sua dimensão pedagógica. Neste caso vale talvez mais explicitamente admitir nossas limitações sobre essa temática, do que simplesmente mostrar o imperativo de que também o educador precisa ser educado.

Ainda se encontram educadores que procuram manter-se acima de qualquer suspeita, como seres castos, assexuados, desprovidos de sentimentos e desejos eróticos. A sexualidade para esses é trabalhada de forma biologizada, preventiva, distante do humano, próxima dos conhecimentos de botânica, mesclada de culpa e medo. O binômio prazer-amor não entra em discussão, pois há que se preservar a inocência das crianças e sufocar a perversidade dos adolescentes.

Toda e qualquer atitude de curiosidade sexual manifestada pelos alunos é vista como "um problema, pois eles já são dotados de malícia." Esta percepção a respeito da criança e do adolescente demonstra a falta de conhecimento, por parte dos profissionais da educação, de teorias sobre o desenvolvimento humano, bem como de pesquisas e projetos referentes à **Educação-Sexual**.

Diante disso, conforme Vasconcelos (1971), aumenta a necessidade de uma fundamentação para que se possam encontrar as origens desses dogmatismos, medos, resistências e dessas formas de conceber a sexualidade humana.

Não se trata, em absoluto, de propor ou defender simplesmente a inclusão de uma nova disciplina no currículo escolar; ao contrário, trata-se de uma questão mais relevante,

a da necessidade de orientar, apontar caminhos, ou de buscar junto com os educadores medidas viáveis e possíveis para se trabalhar essa dimensão humana.

Para tanto, exige-se estudo e pesquisa. Requer-se uma análise da história do homem e das sociedades através dos tempos, a fim de compreendermos como as dicotomias corpo e alma, homem e mulher, bem e mal e suas relações respectivas vêm sendo interligadas, entendidas e vividas no campo da sexualidade e da vida humana como um todo.

A análise da sexualidade numa perspectiva histórico-cultural parece essencial também para entender o processo de vinculação entre sexualidade e moralidade; isto é, como se chegou a essa redução de uma sexualidade, considerada boa, que visa à procriação e de uma sexualidade, considerada má (pecaminosa), que visa ao prazer, e como se vem negando, portanto, um sentido moralmente bom para a maioria das atividades sexuais humanas. Ligada a isso está a atribuição de heroísmo moral a quem consegue viver renunciando à atividade sexual, ou seja, reconhecendo na continência sexual uma virtude moral especial.

Dessa forma, constatamos a necessidade da sistematização de elementos conceituais e teóricos, com vistas a dar maior articulação e coerência a todo um saber por nós construído na prática dos últimos sete anos, no trabalho com educadores de diversas regiões do Estado de Santa Catarina e de outros estados, a respeito da sexualidade humana.

Pensando, sobretudo, na continuidade desta jornada, pretendemos analisar a sexualidade humana historicamente, ressaltando alguns períodos e autores que nos parecem exemplares na trajetória ocidental, para podermos falar de sexo com mais clareza e profundidade e de maneira crítica e dialogal.

Importa-nos, sobremaneira, a qualidade do trabalho no sentido de maior segurança teórica, para também desvendarmos os diversos discursos que vêm perpassando as práticas sexuais vigentes. Tais discursos, que já referimos anteriormente, reduzem a sexualidade a "certos problemas" de saúde pública e de ordem social. Todavia, entendemos a sexualidade num sentido mais amplo, pois, enquanto dimensão humana, não podemos reduzi-la a um simples objeto estranho, distante de nós, sobre o qual estão fazendo discursos técnicos, frios e dogmáticos. Além disso, importa esclarecermos certas rotulações e controles religiosos, morais e históricos sobrepostos à sexualidade, no sentido de compreendermos nossas próprias contradições pessoais e culturais, (Nunes, 1987).

Para uma orientação mais segura a respeito da **Educação-Sexual**, nossa intenção é analisar o problema sob uma dupla perspectiva, sugerida por Nunes (1987:18):

"(...) de um lado criticar todas as construções, significações e modelos históricos e sociais que envolvem as proibições, os interditos e permissões; e de outro o pessoal, o afetivo, o existencial, que a educação tecnicista tende a sufocar num discurso objetivo e distante. Ao educador que se ocupar desta questão está o desafio de encontrar o justo meio de transmitir esta contradição de maneira honesta e significativa".

Estudando a sexualidade nessas perspectivas, entendemos não estar apenas registrando fatos determinados, mas percebendo-a como processo. O que hoje nos parece natural e imutável, certamente deixará de existir um dia e reaparecerá com novas significações.

Com a presente pesquisa almejamos, sobretudo, elaborar subsídios para maior competência técnica, melhoria qualitativa do trabalho pedagógico, proporcionando novas visões e abordagens da sexualidade humana, como forma de apontar mudanças significativas e alternativas concretas para se discutir com os educadores, com os quais pretendemos continuar neste desafio.

No que se refere à trajetória metodológica, optamos por analisar alguns períodos (Antigo, Medieval e Moderno), elegendo como representantes os seguintes autores: Aristóteles, Santo Agostinho e Sigmund Freud. Não que eles nos dêem o suficiente, mas porque se trata de autores-síntese de épocas, porta-vozes de culturas situadas historicamente no tempo e no espaço. Também não se trata de uma abordagem filosófica da sexualidade humana, nem tampouco de uma investigação filológica dos textos dos autores estudados; trata-se, sim, de uma pesquisa, onde se pretende buscar na evolução histórico-cultural as significações dadas a alguns aspectos da sexualidade.

Uma análise desta natureza e ainda tendo em vista delinear possibilidades de mudanças futuras nas relações entre os sexos nos põe o problema do método, cuja solução obviamente não é fácil. Em princípio optamos por aquele que, apesar da

equivocidade, denominamos "método dialético". Pretendemos, assim, adotar aquela postura que, em termos gerais, busca fugir de qualquer reducionismo na determinação de causas e efeitos.

Sabemos que existem tentações várias na abordagem da sexualidade e entre elas a de considerá-la como dimensão única ou mais importante, ou então a de reduzir a sexualidade a uma questão individual. Neste caso, a solução que surge nos últimos tempos é a de absolutizar a corporeidade e indicar a saída no narcisismo, esquecendo que a sexualidade tem uma dimensão social. Em suma, ao falarmos da sexualidade, confrontamo-nos com posturas conflitantes, conhecendo valores morais, políticos e religiosos. Por isso insistimos em que a pesquisa pretendida será feita numa perspectiva histórico-cultural, delimitada por alguns aspectos que consideramos relevantes, para tentar construir uma abordagem mais ampla, mais cautelosa e complexa, a fim de evitar leituras afoitas e pobres do fenômeno sexual, e assim contribuir para não só educar os educandos, mas também para educar os educadores.

O mundo e a relação entre os seres, compreendidos como históricos, processuais e dinâmicos, permitem-nos perceber a vida como incessante movimento e transformação. O que nos propomos é evitar uma concepção de homem e de sociedade como algo estático, fragmentado e fechado. Por isso a análise de cada período histórico não significa separá-lo ou estudá-lo como se um período não estivesse relacionado a outro e, nem de antemão, apostar que o período posterior é sempre melhor que o anterior. Significa, sim, perceber a conexão entre as diferentes épocas e o reflexo

das mesmas no pensamento e no comportamento humanos.

Em se tratando de uma pesquisa bibliográfica, numa perspectiva histórico-cultural da sexualidade humana, consideramos fundamental a análise sob a ótica de **PROCESSO**. Tal categoria, de acordo com Nunes (1987), permite-nos relativizar os códigos de valores, padrões sociais, e as diferentes concepções sobre a sexualidade, sem cairmos nos dogmatismos e nos padrões de "normalidade" ou de "certo e errado". Em suma, sem que constantemente resvalem para aquilo que contestamos: colocar a sexualidade sempre, imediatamente dentro de uma moralidade estática como se esta fosse também algo a-histórico, e não situado. Oferece, também, possibilidades de entender as leis que regem os homens ou que estes homens estabeleceram para se regerem mutuamente, como os homens se produziram e se produzem, e como a vida humana poderá ser modificada em perspectivas consideradas melhores.

Portanto, as codificações dadas à sexualidade serão analisadas via dinamicidade histórica, como produto do homem e das sociedades.

Entendemos também que, para formular um conceito novo da sexualidade, para nos posicionarmos frente aos vários discursos da **Educação-Sexual** e contribuirmos para este debate que hoje se faz também entre os educadores, necessitamos primeiro compreender como estas questões se produziram no processo histórico.

A opção pelo estudo da sexualidade humana, numa

perspectiva histórica, levou-nos a refletir sobre quais aspectos, neste momento, remeter-nos-iam a uma compreensão global, científica e crítica dessa dimensão humana, sem ferir a qualidade da pesquisa, nem tampouco deixar escapar a noção possível da totalidade. Faz sentido essa delimitação, pois se trata de uma pesquisa que inicialmente apontou para uma diversidade de formas interpretativas e, em função delas, correríamos o risco de não vê-la concluída, pelo menos em tempo hábil.

Desses aspectos, destacamos como relevantes:

- determo-nos apenas na história do povo ocidental, sem contudo, esquecermos a origem de significações importantes, herdadas do Oriente;
- iniciarmos pela Época Clássica do mundo antigo, por ser considerada o berço do pensamento ocidental;
- analisar a sexualidade humana na sua relação com os binômios, em geral, historicamente dicotômicos, corpo-alma, bem-mal, homem-mulher, sexo-procriação e sexo-pecado bem como sexo-prazer, sob a ótica da filosofia, da religião e da psicanálise;
- eleger representantes como figuras (autores exemplares) para análise das formas de compreender a sexualidade, e de que modo elas ainda se expressam no pensamento contemporâneo;
- contextualizar cada representante em seu tempo histórico, não desprezando outros expoentes contemporâneos a cada um deles, bem como outros autores que consideramos significativos.

Diante disso, escolhemos como representante do período Clássico antigo o filósofo Aristóteles, época em que tudo era

explicado a partir de uma razão única que era a da "physis" (natureza), e o homem não era senão uma parte da natureza; elegemos Santo Agostinho como fundador da Idade Média, período que se caracteriza por compreender tudo a partir da razão de Deus, sendo a estrutura física e o ser humano criaturas de Deus; e escolhemos Sigmund Freud, por ser o autor que mais claramente se reporta à sexualidade, e ao princípio da Modernidade, segundo o qual tudo deve ser compreendido a partir da razão do homem. É claro também que Freud se situa entre o que chamamos Modernidade e período Contemporâneo (alguns autores colocam Freud com Marx e Nietzsche, como ruptura de Modernidade) e por isso já se pressente nele uma ruptura, pelo menos com o racionalismo Moderno, ou seja, com a crença de que tudo possa e deva ser dominado pela razão.

Com as matrizes: filosófica, religiosa e psicanalítica, aliadas às questões econômicas e políticas, acreditamos estar pesquisando a sexualidade humana na busca da superação do senso comum e das interpretações superficiais e reducionistas comumente atribuídas a esta temática. Pensamos também estar contribuindo para um entendimento mais crítico e científico dessa dimensão humana.

Vale a pena ressaltar novamente que a delimitação assumida neste estudo acaba restringindo a análise da sexualidade a alguns aspectos. Estes, porém, serão analisados na sua dinamicidade histórica, e o cuidado para que esta condição não fira a dimensão da totalidade será uma constante no decorrer da pesquisa. E sobre os autores escolhidos, convém lembrar que

sempre houvera razões para dizer que poderiam ter sido outros, mas a opção pelos três ficará muito bem expressa no item onde eles serão contextualizados. O momento agora é de explicitar os objetivos.

Para que a pesquisa possa ser bem conduzida, fazem-se necessários alguns direcionamentos. Entre eles um muito significativo é o fato de desde o início se ter clareza de seus objetivos, pois o saber que ora se produz, acontece num momento bastante oportuno. Coincide com a chamada geral das instituições de ensino formal e não formal para um debate sobre a problemática da Educação-Sexual, e também com a manifestação do MEC favorável à implantação dessa disciplina no currículo escolar. É lamentável, porém, a confusão que ainda permeia a discussão, quando também associam a ela drogas e DST/AIDS. Contudo, acreditamos que pesquisas como esta, uma vez colocadas ao alcance de mais educadores, poderão traduzir-se em material de estudo e reflexão da ação educativa. Foi também pensando nessa condição - a de socializá-la com outros companheiros de trabalho - que destacamos as principais finalidades deste estudo:

- aprofundar conteúdos teórico-metodológicos sobre a sexualidade humana;
- estudar a sexualidade via ciência da história, na perspectiva de que tal abordagem compõe a base fundamental para a produção de um conhecimento mais global, científico e dialético da sexualidade;
- investigar a questão da sexualidade sobre as matrizes, filosófica, religiosa e psicanalítica e suas inter-relações com

- a política e a economia de cada período;
- compreender o caráter histórico da sexualidade e do exercício dos papéis sexuais do homem e da mulher;
 - procurar um sentido novo, menos mecânico e fragmentado da sexualidade e da corporeidade em geral;
 - questionar concepções clássicas ainda vigentes como a que vê o corpo como o princípio do mal e a alma como princípio do bem;
 - investigar as origens das significações dadas ao sexo (procriativo, pecaminoso etc.), ao longo da história;
 - analisar as formas de relacionamento amoroso e conjugal nas diferentes épocas e o modo como essas mesmas relações se refletem nos dias de hoje;
 - produzir um trabalho para além da auto-instrumentalização, que sirva para que outros educadores possam compreender a relevância social da pesquisa sobre este tema e a importância política do conhecimento que se produz a partir dela.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DA DUALIDADE

1.1 - Contexto, Vida e Obra dos Autores Eleitos como Síntese da Pesquisa

Antes de iniciarmos a análise aqui proposta, consideramos importante situarmos no tempo e espaço aqueles cuja escolha justificamos para descrever cada período histórico. Inicialmente parece estranho incluir dados biográficos em um capítulo que se propõe a discutir a dualidade em alguns aspectos, no pensamento ocidental. Todavia, entendemos ficar mais claro, quando esta questão aparece imediatamente após esclarecermos o contexto em quem, afinal, está se apoiando a pesquisa que começa a se desenrolar.

1.1.1 - Aristóteles

A Grécia Clássica era formada por Cidades-Estado, que por sua vez eram habitadas por povos independentes e de diferentes origens, o que causava constantes conflitos entre as Poleis. A conquista militar e o tributo se tornaram as metas principais quando da conclusão do período de colonização no final do século VI a.C., com vistas à organização do que constituía então a Grécia. Já no século V a.C., a escravidão tinha se tornado um elemento de fundamental importância para a manutenção da Polis, tanto que, enquanto mercadoria, ela era gerenciada por uma bolsa de valores. E ainda, o número de escravos nas principais cidades como Atenas, Corinto e Égima, ultrapassava em muito o número de cidadãos livres.

A relevância da escravidão durante o período Clássico não diz respeito apenas ao desencadeamento do desenvolvimento econômico, mas aliada a este, ela se tornou uma necessidade para a garantia da vida política e social dos cidadãos livres. No mesmo período, Atenas era o centro mais prestigioso da Antiguidade em função da solidez das instituições, do seu poderio militar e colonial, bem como pela concentração de expoentes intelectuais e artísticos. Assim, Atenas foi berço da filosofia em geral e nela Aristóteles desponta obviamente como figura exponencial.

Filho de Nicômaco, que pertencia ao clã de Asclépios e de Féstis, que era natural de Cálcida, nasce Aristóteles no ano 384 a.C., na cidade de Estagiros, situada na costa nordeste da

península da Calcídica. Seu pai era médico e pertencia a uma família de tradição na medicina. Isto pode ter influenciado o filho a se tornar um grande biólogo. Da amizade de seu pai com Amintas II da Macedônia alguns historiadores também deduzem que Aristóteles tenha passado a infância em Pela, cidade real. O fato é que pouco se sabe a respeito de sua infância e juventude. O que se tem de mais provável é sua chegada em Atenas com dezoito anos de idade e de seu ingresso na escola de Platão, onde permaneceu dezenove anos. Com a morte do Mestre, Aristóteles discorda do sucessor Espeusipo, quando este resgata a tendência platônica de transformar a filosofia em matemática, por isso se desvincula da escola. Contudo, o platonismo marcou suas especulações, e mesmo nas suas antiplatônicas argumentações transparece a influência do Grande Mestre.

Depois disso, Aristóteles parece ter aceitado o convite de Hércias, para, na cidade de Atarneu, compor um grupo de platônicos, onde permaneceu três anos. Casou-se com Pítias, sobrinha e filha adotiva de Hércias, e com ela teve uma filha, também chamada Pítias. Ambas morreram muito cedo. Com a segunda esposa, Hércilis, nasceu o filho que recebe o nome do avô - Nicômaco - e mais tarde vai denominar também uma de suas obras.

Depois de Atarneu, ele se transfere temporariamente para Mitilene e, segundo consta em Ross (1987), foi um período de dedicação à biologia. Em seguida, aceita o convite de Filipe da Macedônia que era filho de Amintas II, amigo de Nicômaco, seu pai, para dirigir a educação do filho Alexandre, na ocasião com treze anos de idade. Aristóteles o aceita, pois defendia a

educação dos futuros governantes e também pelas ligações de amizade que nutria com a corte macedônia. Dessa experiência, sua atenção se volta aos estudos sobre temas relacionados à política.

No entanto, o período mais frutífero de sua vida começa quando, em 335 IV Século a.C., ele retorna à cidade de Atenas e funda sua própria escola. Com grupos menores de alunos, ele debatia as questões filosóficas mais profundas, bem como os temas mais abstratos como: lógica, física e metafísica. Os assuntos relacionados à retórica, à sofística e à política ele os tratava com um público maior, em forma de palestras. E foi nesse tempo, também, que ele reuniu centenas de manuscritos, mapas e objetos que eram utilizados para ilustrar suas aulas. Além disso, suas pesquisas de campo de igual modo se expandiram.

Naquele período, Aristóteles se reunia com caçadores, pescadores, viajantes e passarinhos, a fim de registrar todo o conhecimento de interesse científico relatado por eles. A partir daí, consegue fixar as linhas básicas fundamentais da classificação das ciências. Quanto à lógica, por exemplo, pode-se afirmar que ninguém antes dele havia conseguido desenvolvê-la, e durante muitos séculos este conhecimento não conheceu sucessor com tamanho mérito.

Com a morte de Alexandre, que havia acabado com a autonomia da Polis e estabelecido um Império, no ano de 323 a.C., Atenas mais uma vez foi acometida por um sentimento antimacedônio, e as relações de amizade mantidas por Aristóteles com os macedônios tornaram-se motivo de suspeitas. Por esta

razao, ele transferiu a escola para Teofrasto. Abandonou a cidade de Atenas e refugiou-se em Cálcis, onde veio a falecer no ano seguinte, vítima de uma doença no estômago com a qual conviveu grande parte de sua vida.

Como herança para a humanidade deixou uma obra valiosíssima, desde trabalhos mais populares, os quais ele mesmo já havia publicado, até memorandos e coletâneas de material para trabalhos científicos e os próprios trabalhos científicos já conhecidos. Deixou também poemas e cartas. Do conjunto de suas obras, destacamos: O Organon, Sobre o Céu, Sobre a Geração e a Corrupção, O Tratado da Alma, Metafísica, Ética de Nicômaco, Ética de Eudemo, Retórica e Política.

A opção por Aristóteles, como pensador-síntese da Antiguidade, justifica-se por ter sido ele também um dos primeiros filósofos a se dedicar ao estudo do relacionamento entre os sexos. E não só do ponto de vista da biologia, mas também da psicologia, da ética, da educação, bem como em quase tudo que escreveu, fez menção, de alguma forma, ao homem e à mulher. Ele nos é significativo, também, por ter abordado o mito da complementaridade "natural" entre os sexos, que serviu de referencial para outros pensadores e influiu nas concepções medievais, como, por exemplo, na de Santo Tomás de Aquino. Além disso, convém destacar o fato de ele ter sido um enciclopedista e, como ninguém, conseguiu reunir conhecimentos produzidos em sua época, tornando-se autoridade em matérias filosóficas e científicas de âmbito universal e de importância permanente.

1.1.2 - Santo Agostinho

Estamos no século IV da Era Cristã, período em que o mundo se encontrava em clima de profundas e grandes transformações, sob o domínio de Roma. A mais significativa de todas estava no modo de produção - escravo - que a partir daí dava sinais de extinção, à medida que os senhores proprietários passaram a distribuir os escravos em suas próprias terras, tratando-os como serviçais livres. A escravidão havia se tornado onerosa e incômoda e, como serviçais livres, eles permaneciam nas propriedades de seus antigos senhores, cuidando um dos outros e sobrevivendo às custas do que recolhiam do excedente da produção. Isto significa que a crise final da Antiguidade origina-se no campo. Já em outros setores, a escravidão em si não desapareceu por completo, pois o sistema imperial ainda necessitava dessa força de trabalho.

Constantino, ao se tornar Imperador, provoca outras alterações: inverte a ordem política anterior, nomeando para os governos de províncias e comandos do exército senhores da nobreza, anteriormente existente do Ocidente. O Senado também aumentara, abrindo espaço para que uma nova elite a ele se incorporasse. Mas, a maior mudança institucional ocorrida dentro do reinado de Constantino foi, sem dúvida, a cristianização do Estado. Com isso os ensinamentos vindos da Palestina, que até então se praticam sem o reconhecimento legal, passam a dominar dentro da estrutura hierárquica do Império. Assim, os "cristãos

de serviço" são promovidos aos novos postos burocráticos, criados especialmente para assentar essa nova força, que, a partir de então, existe na condição de religião oficial do Império. Outras mudanças de cunho político, militar e ideológico vieram sobrecarregar o Império, provocando dessa forma um retraimento na economia.

Em meio a esse tumultuado processo de reestruturação do Império, durante o século IV d.C., ocorria paralelamente a desequilibração econômica e social no campo e na cidade, e ainda aconteciam as freqüentes pressões germânicas sobre as províncias. E não houve como conter as pressões: tudo sucumbe lenta mas progressivamente. Contudo, uma única instituição conseguiu manter-se imune à desintegração e, ao mesmo tempo, prosperar solidamente: a Igreja de Constantino.

O fortalecimento da Igreja se dava com característica expansionista através da palavra e da ação de homens que a promoviam por toda parte - Oriente e Ocidente. Exatamente naquele período, homens de elevada importância contribuíam para a solidificação da Igreja. Entre muitos: Antônio, João Climaco, Orígenes, Ambrósio, Jerônimo e Agostinho se destacaram pela genialidade e austeridade com que militaram pela causa cristã. Mais precisamente os de formação latina contribuíram com novas idéias, outras interpretações sobre o homem e a sociedade, para um novo tempo que surgia. Mas ninguém teve importância tão decisiva quanto Santo Agostinho.

Aurélio Agostinho nasceu a 13 de novembro de 354, em

Tagaste, importante cidade da Numídia. Filho de Patrício, que era um africano romanizado, pagão até poucas horas antes da morte. Mônica, sua mãe, era cristã fervorosa e educou o filho dentro dos princípios da fé desde pequeno. A ela, ele atribui o gosto pela filosofia e pela contemplação mística e, por vontade do pai, foi que ele estudou os clássicos latinos. Primeiro em Madaura e mais tarde, com quinze anos em Cartago, capital da África romana, estudou retórica, dialética, geometria, música e matemática. Nessa época ele inicia um relacionamento conjugal, que se estende por treze anos, do qual nasce seu filho Adeodato.

Sua mãe insiste em querer transformá-lo num militante cristão e então inscreve-o entre os catecúmenos da Igreja Católica, cuja doutrina Agostinho considerava irracional. Mas seu primeiro interesse despertou aos dezenove anos, quando se deparou com **Hortênsio de Cícero** - obra inspirada no **Protético de Aristóteles**, que era um elogio à vida contemplativa e um convite à filosofia.

Outro passo importante para suas futuras decisões se deu quando, aos vinte anos, passou a exercer o cargo de auditor em Mani, época em que conhece os Eleitos Maniqueus, seita formada por missionários que se diziam pertencentes ao Reino da Luz. Eram continentes, adeptos da pobreza e jejuavam muito como forma de punir o corpo responsável por todo o mal.

A morte do pai o traz de volta a Tagaste e, para sobreviver, Agostinho leciona gramática. E é aí que ele encontra outra pessoa que passa a influenciar seu pensamento com vistas a

conversão: Alípio, que de aluno se transforma em seu grande amigo. Porém, não é chegada a hora, mas ele já faz algumas orações. Pede a Deus para que o torne casto, mas não agora. Sua mãe impaciente o expulsa de casa, acusando-o de herege e libertino. Auxiliado por um amigo, abre uma escola de retórica em Cartago. Nessa ocasião, ele publica seu primeiro livro: **Do Belo e do Conveniente**.

Em 383 parte para Milão, onde recebe ajuda dos amigos Maniqueus, tornando-se professor naquela cidade. Novas influências acontecem ali, em Milão. A primeira foi pelo acesso aos textos neoplatônicos, pelos quais se sente bastante atraído, uma vez que privilegiam uma espiritualidade fundada no desprezo às paixões, como aliás o foram os estóicos no período helenístico. A segunda diz respeito ao primeiro encontro com o bispo Ambrósio, de quem se tornou ouvinte e adepto das interpretações sobre as Sagradas Escrituras.

Diante desses sucessivos acontecimentos, aos trinta e dois anos, Agostinho realiza o sonho de sua mãe: pede para ser batizado por Ambrósio, junto com seu filho e o amigo Alípio. Em seguida, partem os três para Cassiciaco, na Itália, onde permanecem sete meses em retiro espiritual. Era o passo decisivo para abraçar o sacerdócio. De fato ele retorna com o propósito de partir para a África, a fim de fundar e dirigir uma comunidade religiosa em sua cidade natal. Porém, antes de embarcar, é surpreendido pela morte de sua mãe. Sobre isso, ele dedica boa parte do Livro IX da obra **Confissões**, revelando o quanto amava aquela que tanto desejava vê-lo convertido à fé cristã. Em

seguida, morre também Adeodato. As duas perdas já são aceitas como desígnios de Deus.

Em Hipona, ingressa como padre auxiliar do Bispo Valério, e, no ano 391 com a morte do titular, torna-se Bispo daquela cidade. A partir de então, Agostinho é admirado e respeitado como um incansável servo de Deus. Suas palavras são incorporadas por onde realiza pregações. Seus textos dogmáticos, morais, exegéticos, pastorais entre outros se destacam e o tornam um homem brilhante, de saúde frágil, mas de capacidade intelectual vigorosa.

Para a indagação que o inquietava nos tempos em que conhecera os Eleitos Maniqueus - Por que o mal? -, ele encontra respostas nas leituras neoplatônicas: "o mal é a privação do ser, é limite, é carência (...) o conhecimento de Deus somente pode ser atingido pela purificação que liberta de tudo o que pertence ao mundo sensível" (Platão apud Agostinho, 1984:8).

As bases para a formulação da doutrina moral pessimista agostiniana foram encontradas no rigorismo cristão de sua mãe; na busca da perfeição através da castidade de seu amigo Alípio; no combate ao mal, traduzido como sexo, prazer e conforto material pelos Eleitos Maniqueus; nos discursos sexofóbicos de Ambrósio e Jerônimo; e nas leituras negativistas e dualistas do estoicismo e neoplatonismo da época. Disso resulta também a culpa que sempre expressou, por ter experimentado o prazer decorrente do ato sexual. Para ele, a alma se tornou mais importante que o corpo e o único prazer reside na vida contemplativa e reservado para além

da vida terrena.

Suas obras podem ser citadas como noventa e três tratados em duzentos e trinta e dois livros, quinhentos sermões e duzentas e dezessete cartas. Uma das obras mais significativas são as **Confissões**. A princípio é uma autobiografia, mas contempla comentários sobre o livro do Gênesis, considerações sobre o mundo e Deus, como trindade, sobre o tempo, ainda hoje retomados, e a eternidade, e conclui com louvores e agradecimentos à bondade de Deus. A 28 de agosto de 430, morre com setenta e seis anos, tornando-se o pensador mais influente para o estabelecimento da moral cristã no mundo ocidental.

Santo Agostinho nos é de fundamental importância, naquilo que nos propusemos analisar neste trabalho: por se tratar de um filósofo cristão do final da Antiguidade; por se inspirar também no mesmo Mestre de Aristóteles - Platão; por ser o único entre todos os escritores da Igreja Primitiva, cuja atividade sexual anterior nos é conhecida; por ter mencionado a questão sexual na maioria de suas obras; e, acima de tudo, por ser o referencial mais citado, seguido pela trajetória da Igreja Católica, posteriormente adotado também por Lutero. E ainda hoje, é tido como inspirador de novos preceitos dirigidos aos católicos, pelo Papa João Paulo II.

1.1.3 - Sigmund Freud

A marca cultural do século XIX ficou por conta de um retorno ao Puritanismo medieval que se espalhou por toda Europa e

América. O estilo gótico também é ressuscitado e bem acolhido. Prova disso encontramos na literatura, na arquitetura, nos desenhos, nos móveis e nos objetos de decoração daquela época. O gótico também foi adotado na aparência pessoal: corte de cabelo, roupas e adornos. O comportamento cavalheiresco dos homens também significava uma volta aos "ideais de cavalaria" do princípio da Idade Média.

Da Inglaterra também partiu para toda Europa e América o modelo a ser seguido. Era a moral vitoriana, como tão bem sintetiza Foucault (1988:9), "a pudicícia imperial figuraria no brasão da nossa sexualidade contida, muda, hipócrita."

Os reflexos da revolução industrial atingiram a classe média, tornado-a sequiosa por ascensão econômica e prestígio social. A luta se dava pela distinção entre os demais. Isso incluía a busca por manuais de etiqueta, pelo cuidado em vestir-se com o rigor da moda clássica, de modo a se assemelhar à velha aristocracia. O sexo, por exemplo, era um assunto por demais indecente para ser tratado nas rodas sociais. O lugar dele estava assim delimitado: no casamento, reservado ao quarto do casal; nos bordéis, espaço onde ele era falado, praticado e o prazer era permitido; na demografia e na medicina, com objetivos de ordem econômica e de saúde pública.

O século XIX também é caracterizado pela fertilidade da filosofia positiva, a qual defendia a compreensão do mundo e dos fenômenos com verdades prontas e acabadas. Só se pode falar com autoridade do que pode ser quantificado e neste sentido o objeto

e o determinante e o critério de verdade é a produtividade enquanto tecnologia. Esta idéia respaldava a moral e a ideologia vigentes na época.

Contudo, o século XIX não pára por aí: torna-se um século de ruptura. A partir da metade dele, o mundo é surpreendido com idéias revolucionárias a respeito da origem e evolução do homem - Darwin; do surgimento e desenvolvimento das instituições sociais; da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem - Marx; da crítica radical à moral vigente - Nietzsche; e, finalmente, da valorização do sexo e a explicação de que é a sexualidade que está na base de qualquer expressão humana - Freud.

Sem sombra de dúvidas, estes homens desmontaram a concepção positivista de explicar o homem e o mundo, ou seja, de se fazer ciência a partir de fatos isolados e estáticos.

Sigmund Freud nasceu no dia 6 de maio de 1856, em Freiberg, pequena cidade da Morávia, na época pertencente à Áustria. Era filho de pais judeus, portanto educado de acordo com os paradigmas dessa cultura, na crença em um Deus Pai que é autoridade absoluta e na submissão da mulher. Aos quatro anos, mudou-se com a família para Viena, onde permaneceu até os oitenta e dois anos de idade.

Nascido no seio de uma família numerosa, Freud era o primeiro filho do segundo casamento de seu pai. Sua mãe o tratava com predileção e referindo-se a ele, dizia: "mein goldener Sigi" - "meu Sigi de ouro." Este tratamento não foi privilégio apenas

da infância de Freud, mas estendido enquanto ele viveu. Na verdade, tanto o pai quanto a mãe o tratavam desde cedo como um futuro e grande homem. Desse modo ele cresceu numa posição de destaque entre os demais irmãos, mas, ao mesmo tempo, sob o peso da responsabilidade de ter que corresponder à expectativa da família em relação a ele.

Frente a isso, seus pais não mediram esforços em dar a ele uma educação completa. E é na escola que Freud começa a dar sinais de uma capacidade brilhante. Passava a maior parte do tempo em seus aposentos, estudando. Era um devorador de livros. A primeira e grande briga com seu pai deu-se por ele ter comprado mais livros do que na verdade poderia pagar.

Aos poucos, suas tendências por determinados conteúdos foram despertando nele o gosto por aprofundá-los. Mais tarde, quando pesquisador, aparecem os reflexos de estudos feitos ainda nos tempos de ginásio como, por exemplo, a arqueologia, quando ele se refere "às camadas mais profundas da mente."

Sua maior pretensão estava em querer contribuir para o desenvolvimento da Ciência e isso ele nunca negou. Apenas não estava ainda definido nos seus tempos de ginásio e universidade, por onde ele, de fato, colaboraria com a Ciência. Formado médico, Freud começa a trabalhar no laboratório de Fisiologia de Ernest Brucke, onde permaneceu durante seis anos. Abandona esta modalidade de pesquisa, aconselhado pelo pai e pelo próprio mestre Brucke. Com isso, ingressa no Hospital Geral de Viena, e lá trabalha em várias especialidades, porém sente-se atraído pela

neuro-patologia. E é por esse caminho que ele resolve seguir.

Primeiro ele aproxima-se de Meynert, mas não prossegue com este estudioso de doenças nervosas, pois surgem divergências teóricas. Depois viaja a Paris onde conhece Charcot com quem muito aprende, mas também acaba se distanciando, uma vez que suas próprias pesquisas já haviam indicado a superação do tratamento de Charcot, destinado à histeria. Outro mestre importante na vida de Freud foi Joseph Breuer com quem escreveu uma obra conjunta, **Estudos sobre a histeria**. Contudo, as desavenças sobre a origem da histeria fizeram com que ele se afastasse também desse pesquisador. Para Freud a causa da histeria era de ordem sexual, o que para Breuer não era possível aceitar.

Antes do rompimento com Breuer, Freud abre seu consultório particular e casa-se com Martha Bernays em 1886. Suas buscas vão novamente encontrar um novo mestre, e desta vez é um médico alemão, Wilhelm Fliess, com quem faz amizade e troca idéias através de cartas freqüentes. Fliess é um otorrinolaringologista mas que, como Freud, investiga a relação que existe entre as doenças e a sexualidade. Por isso essa amizade durou dezessete anos.

A constatação definitiva para Freud de que ele era o seu próprio mestre - o mestre de si mesmo - ficou evidente após ter lançado sua primeira obra, a qual anunciaria ao mesmo tempo o nascimento da Psicanálise, **A Interpretação dos Sonhos**, por volta do ano de 1900. A partir daí, ele se tornou o mestre não apenas de si mesmo, mas de vários discípulos provenientes de toda parte.

Assim, tornou-se o idealizador de uma escola cujo objetivo era divulgar a Psicanálise e a formação de psicanalistas.

A teoria de Freud contraria diretamente a ideologia reinante daquela época, por isso foi também considerada escandalosa. A concepção positivista e a moral vitoriana em evidência, no momento em que ele classifica as neuroses e mostra que na maioria delas, sua etiologia é sexual, reagem demonstrando descontentamento. Até então, em função dos hábitos culturais, o sexo permanecia ausente da análise da vida cotidiana e mesmo da patologia.

Freud conseguiu, ao mesmo tempo, produzir uma teoria a priori considerada lógica para o pensamento ocidental, e criar um imenso espanto, questionando valores até então moralmente aceitos e que se imaginava estarem para sempre intocáveis. Para o freudismo que surgia, a sexualidade é que está na base de qualquer expressão humana. Porém a mais polêmica para a época foi a descrição de sexualidade infantil, e mais forte ainda o fato de ele ter afirmado a existência de uma sexualidade desde o nascimento do ser humano.

A vida de Sigmund Freud foi marcada por alguns acontecimentos bastante significativos, os quais se refletem também na sua obra. Como exemplo, quando criança ele é educado também por uma governanta que era cristã e que o faz visitar as igrejas de Viena e por fim manda-o batizar-se, proibindo-o de contar o fato a seus pais. Segundo alguns autores, esse episódio despertou nele uma crise de identidade, levando-o a se sentir

culpado pelo fato de ser judeu e, ao mesmo tempo, não aceitar essa condição.

Aos sessenta e sete anos, aparece-lhe um sinal no maxilar e ele se submete a várias cirurgias. É o começo de uma luta contra o câncer que o acompanha até o fim da vida. Paralelo a isso ele perde um dos seus netos mais queridos e Freud não esconde o inconformismo. Com isso experimenta a depressão. A guerra também deixou-o por demais abalado. Soma-se ainda a perseguição aos judeus e, sendo ele um deles, não é poupado pelo nazismo. Foi preciso fugir de Viena e refugiar-se em Londres, cidade onde ele morre a 23 de setembro de 1939, com oitenta e três anos, vítima do câncer de boca. Deixou como contribuição para a modernidade uma produção intelectual riquíssima da qual destacamos algumas obras: **Estudos sobre a Histeria, Psiconeuroses de Defesa, Três Ensaios para Uma Teoria Sexual, A Interpretação dos Sonhos, Teorias Sexuais Infantis, Considerações sobre a Guerra e a Morte, Além do Princípio do Prazer, O Futuro de uma Ilusão, Totem e Tabu.**

Muitos são os motivos que nos levaram a optar por Freud como referencial do pensamento moderno. Mas, por se tratar de uma pesquisa voltada à educação, preferimos ressaltar que ele, além de marcar sua obra pela referência à sexualidade, foi um mestre da educação, à medida que nos leva a refletir sobre o que é ensinar e o que é aprender. A educação é um tema constante em sua obra. Para ele o funcionamento psíquico é fruto das influências educativas recebidas pelo indivíduo, e isso por si só

define a grandiosidade de sua contribuição para com este trabalho.

1.2 - Corpo - Alma

Uma reflexão sobre a corporeidade nos coloca numa condição de sujeito - a partir do corpo que somos - e objeto - a partir daquilo que somos como corpo. Uma coisa é analisarmos um objeto como algo constituído fora de nós, e outra é analisarmos um objeto do qual somos sujeito - agente. Ou seja, somos corpo. Tanto o meu corpo como o corpo do outro na condição de objeto de análise se tornaria algo simplesmente mecânico, fragmentado e descritivo, caso não se tomassem os mesmos a partir de uma concepção de totalidade, mesmo porque o corpo enquanto dimensão corporal deixa de ser objeto. Da mesma forma pode-se entender a "alma", porém antes de descrevê-la como objeto, melhor seria entendê-la como dimensão de um todo. Esse todo transcende as interpretações de ordem religiosa ou moralista.

Visto o homem como um ser integral, dotado de corpo e alma, a dualidade só poderá ser entendida a partir da interpretação dos que desintegraram a unidade, elevando ao máximo de materialidade o primeiro e ao máximo de sobrenaturalidade o segundo.

A divisão parece indicar a supervalorização de um em desfavor do outro. Na sobrenaturalização da alma, o corpo passa a ser ignorado enquanto instrumento único de cada um no que se

refere ao domínio deste mundo, real, concreto. Na materialização do corpo, parece que também se descamba para o utilitarismo que envolve o corpo humano, com sintomas de crise e rompimento de valores humanos e existenciais.

O corpo passa a ser sentido como um objeto entre tantos outros. Essa separação entre o corpo e a alma impede a alma da atuação em qualquer manifestação da vida neste mundo material. A alma é concebida como algo fora da matéria e, assim sendo, nada mais é do que uma expectadora de tudo aquilo que o corpo vive, sente e faz. Sua condição de expectadora, porém, assemelha-se a um funcionário do departamento de censura, destacado para assistir às imagens de um filme onde ele tem poderes para controlar e criticar a história a ele exposta. Então, a alma observa e controla o corpo nas suas ações.

Essa quebra da unidade interior resulta numa busca de uma alma imaginária, pensada e aparente, levando o homem a ignorar a existência do que é real, o seu próprio corpo.

A educação no sentido de negar o corpo, ou de secundarizá-lo tem sido, ao longo da história ocidental, uma forma de se viver a sexualidade de maneira reprimida. Essa forma repressiva não se dá somente pela ocultação do corpo, mas também através da exploração erótica, comercialização e objetualização do corpo, reduzido e transformado em objeto de consumo. Fora desse padrão, o corpo é descartável. Como resultado disso, o ser humano também não se expressa enquanto pessoa, apenas como objeto. Temos, pois, que tanto o menosprezo da capacidade como a

sua absolutização são problemas para se compreender a sexualidade humana.

Entre os diferentes modos de negar o corpo que conhecemos, um, sem dúvida, é o mais presente no pensamento ocidental. É a idéia de que o homem é um composto de corpo mortal e de alma imortal. E a morte significa a separação final da alma do corpo.

Essa idéia nos foi repassada através da doutrina cristã. Sabemos, contudo, que tal dualidade já tem sua origem no neoplatonismo e no estoicismo, duas fortes correntes de pensamento ascético e negativista que, incorporadas ao Cristianismo, deram significações distintas ao corpo e à alma, no sentido de que o homem deve prevenir-se diante da matéria (corpo), a fim de que esta não venha a tornar-se sombra e inimiga do espírito (alma).

Na medida em que o Cristianismo assimila o dualismo e se instala como religião no Ocidente, vencem, sem dúvida, as idéias de um judeu-grego chamado Paulo, que através do Novo Testamento deixa escrito o que, mais tarde, outros pensadores cristãos passaram a referendar: a afirmação da matéria e do prazer físico como intrinsecamente maus.

A concepção de que corpo e alma não se opõem, mas exprimem o homem inteiro como uma grande unidade, tem sido uma idéia defendida por alguns pensadores que definem este mesmo homem como síntese de suas múltiplas relações sociais. Esta, porém, não tem sido a opinião hegemônica. O pensamento que

interpreta o homem constituído de duas realidades diferentes, corpo e alma, cuja essência é a dualidade, tem sido dominante, principalmente no mundo ocidental.

Para melhor compreendermos como essa interpretação dualista tem sido dada ao homem, tomemos como exemplo as formulações feitas pelos autores destacados como expressão de cada período histórico.

Para ilustrar o pensamento clássico antigo, além de lembrar que, em geral, o ser humano é identificado com a alma que se serve do corpo, e a felicidade é não o conforto, mas a contemplação, a vida teórica, reportar-nos-emos a Aristóteles, a fim de analisarmos o que ele compreendia por matéria e forma, quando definia os seres vivos.

Vale também lembrar que para os antigos o trabalho era exclusivo dos escravos, enquanto a vida contemplativa, tarefa da alma, não era considerada trabalho. De maneira geral, para Aristóteles, os fenômenos mentais são formas que envolvem a matéria. Como forma ele entendia as causas racionais e, como matéria, as condições fisiológicas de ser.

Desse modo, a alma e o corpo não seriam duas substâncias distintas, mas elementos ligados a uma única substância. Contudo, não se pode afirmar que Aristóteles as concebia como unidade ou como elementos inseparáveis. Para ele, a forma pode existir separada da matéria, uma vez que a alma já existia antes de unir-se a um corpo e continuará para além da

morte. A alma está presente em todos os membros de uma mesma espécie, e não poderá ao mesmo tempo transfigurar-se para outra espécie. Assim, a alma humana só poderá existir se incorporada a um corpo humano.

Mesmo dizendo que a alma não poderia existir fora do corpo, e que ambos formam uma unidade plural no homem, ou uma unidade completa enquanto durar, Aristóteles admitia a presença de algo mais elevado somente na alma humana, o Intelecto Ativo. E este ele acreditava vir do exterior, e ser imortal.

O espírito é o lugar das formas, ou lugar do formato das formas. Isto é, a matéria só existe enquanto forma construída ou apreendida até tornar-se uma unidade concreta, onde o corpo desempenha o papel de matéria e a alma, o de forma.

As "faculdades", para Aristóteles, compõem a alma, seguindo uma certa ordem de valor. É com esta denominação que ele acaba por distinguir os seres vivos superiores dos inferiores. Por exemplo: as faculdades da nutrição e da reprodução são denominadas primárias e elas pertencem à alma e não ao corpo, pois o propósito destas reside na preservação da espécie - para ele o único meio pelo qual os seres vivos podem fazer parte do eterno e do divino.

Aristóteles concebe o homem como matéria-forma, cuja existência está na busca do bem ou da felicidade, só possíveis de serem alcançados, quando a alma exerce atividades que possibilitam a sua realização plena. E como em toda a natureza ou mundo físico existe uma hierarquia, onde cada ser ocupa seu

lugar, a alma também segue este mesmo caminho. Também por isso Aristóteles justifica a escravidão, dizendo ser o escravo possuidor de uma alma incapaz de fazer ciência e filosofia, portanto, dotado apenas de uma alma de escravo. "O escravo é uma ferramenta viva e a ferramenta é um escravo inanimado" (Aristóteles, In OS PENSADORES, 1991:151). Assim, em termos gerais, há seres humanos hierarquizados "naturalmente", como há hierarquia entre corpo e alma, e entre as partes da alma. É o que Aristóteles faz na Política, quando compara a relação entre corpo e alma com a relação entre mulher e escravo: senhor é aquele em quem manda a alma, e o escravo é um ser em quem manda o corpo.

Aristóteles insiste: "Todo animal é constituído de corpo e alma, e destas partes a primeira é por natureza dominante e a segunda é dominada", sendo, por fim, um mal o corpo mandar na alma: "a alma domina o corpo com a prepotência de um senhor" e "para o corpo é natural e conveniente ser governado pela alma" (1985:19).

Assim, a alma existe em todos os seres vivos e ela possui várias formas constituídas numa série com uma ordem definida. Algumas formas são comuns em todos os seres, como por exemplo a nutrição; outras, porém, são faculdades presentes em algumas espécies apenas. A faculdade que distingue o homem dos outros seres é a da razão. Esta só existe no ser humano. E essa relação entre a razão e as outras faculdades acabou sendo um dos aspectos mais obscuros nos estudos de psicologia de Aristóteles.

A razão é composta por duas formas: uma é ativa,

separável e impassível, por isso ela é dotada de algo divino; e outra é passiva e perecível, quando ocorre a morte da matéria. Com isso Aristóteles, de modo algum, tende a relativizar a dualidade da alma. Ao contrário, à medida que ele a apresenta de modo subdividido, mais acentua o aspecto dual corpo-alma, principalmente no ser humano. E não poderia ser diferente, uma vez que o dualismo marca profundamente o pensamento grego, como tão bem foi expressado por Platão e Aristóteles.

Na visão cristã, posteriormente interpretada pelos pensadores responsáveis por difundir essa doutrina, o homem passou a ser visto como um composto de corpo mortal e alma imortal. A morte significa a separação da alma do corpo. A alma será julgada por Deus para receber castigo ou recompensa, até que aconteça o fim do mundo, para que então se tenha a reunião do corpo e alma, com a ressurreição definitiva. Esse ser subirá ao céu ou descerá ao inferno, de acordo com o julgamento que receber. Sabemos hoje que este dualismo se tornou aceito por todos os cristãos, após a vitória definitiva da helenização do Cristianismo. Nos primeiros séculos da era cristã, houve um longo debate entre dualistas, baseados na cultura semita, que admitia uma unicidade do ser humano. Houve, por isso, quem defendeu no início da comunidade cristã que quando alguém morria, morriam corpo e alma e não apenas o corpo.

Para compreendermos melhor como os cristãos incorporaram essa idéia e a fizeram predominar durante longos séculos, recorreremos às explicações de Santo Agostinho, cujo

ensinamento foi marcado pelo rigorismo moral, e pela divisão brusca entre o corpo e a alma, o que constitui a base doutrinária da Igreja Cristã.

Agostinho, inspirado nas correntes neoplatônica e estóica, preocupa-se sobretudo com o problema moral. Para ele o ideal do sábio é por um lado a ataraxia - equilíbrio e opção pelos prazeres do espírito - e a austeridade de caráter, impassibilidade em face da dor e do infortúnio. Isto o leva a definir o homem como um ser composto por duas dimensões: corpo e alma. Como corpo, o homem encerra-se no seu egoísmo e reduz-se ao seu próprio horizonte. Como alma, abre-se para Deus, de quem recebe a existência e a imortalidade.

E ainda, Agostinho definia a alma como substância superior ao corpo, pois: "si quieres definir el alma, y por lo tanto preguntas que sea el alma, facilmente he de responderte. Me parece que es una substancia que participa de razón, constituida para regir el cuerpo" (apud Dussel, 1974:180).

Uma questão intrigante nos estudos de Agostinho foi entender a origem da alma. Para ele, a alma individual de Adão, o primeiro homem, foi criada diretamente por Deus, mas como saber a origem de todas as almas do gênero humano? A alma é uma substância de origem incerta, imortal, unida radicalmente ao corpo sem pecado anterior, sendo a ressurreição o estado definitivo. O corpo é uma substância material, que foi herdado com o pecado original, que ressuscita para viver eternamente. Assim: "El hombre no es sólo el cuerpo o el alma sola, sino que

consiste en un alma y un cuerpo" (apud Dussel, 1974:184).

O corpo é o lugar da fraqueza humana, a alma é o lugar da transcendência, mas condenada a viver no corpo. A corporalidade pode tanto revelar Deus, quando nela predomina a alma, e o demônio, quando nela predomina o corpo. O "eu" corporal não tem o menor valor. O sentido da vida está na alma e esta precisa ser preservada do "mal" que a ameaça através da morada do demônio que é o corpo.

Como sabemos, ainda hoje estão presentes as significações dadas ao corpo por Santo Agostinho. Às vezes, disfarçadas em anúncios onde se vende todo tipo de prazer com detalhes sobre o corpo de quem o oferece; outras vezes explícitas, na pregação de seitas e religiões que reúnem adeptos de todas as formas de negar o corpo. Na verdade, ambas as formas definem o corpo em oposição ao espírito: nele reside o princípio do mal, da luxúria, do prazer como malícia; é templo do pecado, lugar de perdição.

Para Agostinho o corpo é a prisão do homem, é um fardo pesado que este mesmo homem está condenado a carregar. O que importa é a alma. Esta sim é verdadeira, é legítima e deve ser preservada para a sua salvação. Ela é imortal. O corpo não é nada em si mesmo. Ele é passageiro e mortal. O corpo humano deve ser mutilado e humilhado, pois ele é a origem de todo o mal. Só os seres inferiores são dominados pelo mal - pelo corpo - ao passo que os seres superiores são governados pelo bem - pelo espírito.

Mesmo sabendo que esta visão não é criada pelos cristãos, mas inspirada na visão grega, a mesma foi tomando forma, através das pregações que na época medieval eram o meio de comunicação mais eficaz, alcançando aos poucos parcelas cada vez mais amplas do gênero humano.

A relação do indivíduo com o corpo - tanto o próprio quanto o do outro - tornou-se irracional e injusta, o que se refletirá mais tarde com a mesma intensidade, porém sob forma diferente, através da dominação e ligação entre trabalho e reino dos céus, sobretudo dos reformadores da Igreja da Renascença.

Agostinho, como tantos outros pensadores cristãos anteriores a ele, foram responsáveis pela difusão do dualismo corpo-alma e, ao mesmo tempo, do sentimento contraditório de amor-ódio pelo corpo que hoje ainda se mantém na civilização moderna.

A unidade da alma continua perdida, tanto na dualidade hierarquizada de Aristóteles, quanto na divisão brusca, difundida por Santo Agostinho. E numa outra perspectiva todavia dualista, também Freud, através da sua teoria psicanalítica, aponta para a existência do **Outro** do **Eu**. Neste caso, o consciente e o inconsciente.

Para Freud o ser humano é dotado de um sistema invisível, o qual ele designou de inconsciente. Este é fruto do conflito de forças psíquicas encontradas no interior do psiquismo e também o resultado da luta entre o eu e impulsos de natureza inconsciente. Funciona como se o eu permitisse a manifestação de

alguma vontade, desde que esta vontade se mostrasse disfarçada. O disfarce são os sintomas, os sonhos e os lapsos. E foi através destes que Freud dedicou seus estudos e pesquisas, a fim de interpretá-los e poder compreender o que, afinal, era o inconsciente.

Feito isto, Freud conclui que o consciente não é o centro do nosso psiquismo e que ele não exerce comandos sozinho sobre a nossa vontade. Ele é sim o grande arquivo dos registros afetivos, das repressões e de todos os mecanismos de controle social. Conclui também que o inconsciente não é algo que se possa ver, nem um lugar onde se possa chegar, aparentemente surdo e mudo, mas que se define por uma energia com lógica própria e antagônica à lógica da consciência. A lógica inconsciente desconhece o tempo, a negação e a contradição. Por isso faz com que as suas manifestações não sejam decifradas de imediato pela consciência. Em função dessa energia enigmática, Freud criou a psicanálise com a finalidade de decifrar e interpretar o inconsciente e como meio de levar o paciente a escutar e entender suas próprias vontades.

Para explicar melhor esta questão de ser o homem formado por duas lógicas, uma consciente e outra inconsciente, ou dois opostos, Freud afirma que o **Eu** e o **Outro** são forças antagônicas que residem no interior da psique não em duas instâncias apenas, mas em três, sendo que umas delas diz respeito ao consciente e duas ao inconsciente. Estas instâncias, porém, não agem de modo independente, mas agem articuladas entre si e

representam o indivíduo enquanto espécie humana.

Estas três instâncias da psique Freud denominou-as de Id, Ego e Superego. O Id, que vem do latim *isso*, significa neutro. É a energia ao seu natural, sem freios, sem regras, sem limites. É a libido em busca da satisfação plena, sem interditos culturais e sociais. O Ego, também do latim significa *eu*, é o sujeito, a parte consciente, a razão. O Superego, o *eu superior*, aquele que age como repressor do Id e do Ego. O Superego é tão inconsciente quanto o Id, porém ele foi formado por toda uma sobrecarga de leis, regras, normas e interdições impostas pela cultura e pela sociedade, bem como pelas sanções elaboradas inconscientemente, no que diz respeito à afetividade.

Os contrários Id e Superego vivem em luta constante. Enquanto o primeiro desconhece as restrições, o segundo exerce o papel de censor, obrigando o Id a satisfazer-se às escondidas. O Ego exerce o papel de mediador entre os desejos infreáveis do Id e a repressão do Superego. O Ego, nossa essência consciente, age combatendo o Id através de mecanismos de defesa, de modo a controlá-lo.

Sobre esta questão, principalmente, é que Freud, mesmo sem usar a terminologia corpo e alma, aponta para a dualidade do ser, uma vez que o Ego se apresenta como a substância boa e o Id como a substância má. Bem e mal em luta, como o corpo e a alma, a virtude e o vício. O que importa é que o bom vença o mau. E o que diz respeito a bom é tudo aquilo que é decidido pelo sistema social.

A transgressão do que é "bom", ou seja, das normas desencadeia um sentimento de culpa que gera uma série de perturbações mentais. Tais perturbações se iniciam sob a forma de luta entre o que o indivíduo faz e o que deveria fazer, ou entre o aspecto consciente e inconsciente, entre quem deseja transgredir e quem deseja controlar. A culpa aparece para punir, caso o mau vença o bom.

Isso nos mostra claramente que toda teoria formulada por Freud busca explicações sempre em dois princípios opostos, que, no embate, promovem o movimento responsável pelo desenvolvimento do indivíduo. Só por isso o homem não é um ser fadado à permanência e à estaticidade. Contudo, Freud entrevia uma outra força oposta a tudo que diz respeito à vida. Ela se apresenta no indivíduo, contrariando e atuando sobre as forças da vida, através da tendência à ação da repetição fixa. Com essa descoberta, Freud conclui existir em todo ser vivo um desejo de retorno ao estado inanimado de que a vida o retirou. Isto é, a presença da morte na vida, a chamada pulsão de morte.

A descoberta dessa dualidade pulsional levou Freud a reformular suas idéias, uma vez que as pulsões do Ego e as pulsões sexuais agem a favor da vida, pois ambas trazem no seu bojo a conservação do ser e da espécie. A força contrária a elas luta por um estado de inércia onde não existe o desejo de conservação nem tampouco de perpetuação da espécie. Este estado é a morte.

A presença de um componente estranho e paradoxal no

indivíduo enquanto ser biológico, ou de alguma coisa que se situa fora daquilo que determina o vivo nos leva a pensar que a psicanálise admite a existência de algo fora ou além da vida. Ou, pelo menos, nesta dualidade de pulsões opostas, uma seja a matéria, o conhecido, o concreto, e a outra seja o espírito, o desconhecido mas ao mesmo tempo prazeroso.

A pulsão de vida foi denominada por Freud de Eros e a pulsão de morte, de Thânatos. Thânatos está ligado ao desejo presente nos seres humanos, pelo repouso, pela paz e pela harmonia que só serão alcançados pela morte e só ela poderá produzir este prazer. Eros é a pulsão que nos força a viver. Eros, esse eterno apaixonado e devoto da Psique - a alma.

Em se tratando da dualidade corpo-alma na teoria freudiana, seria um lapso deixarmos de registrar a própria origem da palavra psicanálise. "Psique" é a alma. Esta constitui uma riqueza de significados e emoções inerentes apenas aos seres humanos. "Análise" é a decomposição do todo em partes que por sua vez compõem e dão significado científico à junção das palavras. Convém assinalar, também, que a importância dada à alma por Freud, ao produzir sua obra, foi que a tornou completamente diferente das demais.

Psique, na mitologia grega, era uma jovem dotada de raríssima beleza. Possuía asas e isso nos faz entender sua natureza transcendental. Além do que a forma do mito nos sugere respeito e admiração, e sua delicadeza e fidelidade a Eros - o amor - nos sensibiliza. Foi seguindo esta mesma ordem que Freud

tratou das questões relativas a ela - a alma - e nos presenteou com sua psicanálise.

1.3 - Bem - Mal

A dualidade bem-mal e suas distintas personificações vêm se realizando ao longo dos tempos - levando em consideração as diferentes culturas onde esta mesma dualidade aparece - como uma força consciente e concreta. Apesar de que paralela a isso sempre se apresentou a seguinte questão: o que é afinal, o bem e o mal?

Essa indagação parece indicar uma das mais antigas dúvidas da humanidade. O que sabemos a priori é que são formas diferentes de senti-las, de percebê-las e por isso mesmo torna-se difícil conceituá-las. Contudo, entendemos não se tratar de simples abstrações. Ou seja, a partir da percepção individual de "um bem ou de um mal" é que o ser humano consegue por analogia extrapolar para o geral; isto é, através da experiência vivida se constrói, a nível de consciente e (inconsciente), o conceito abstrato do que significa o bem e o mal. Isto porém não responde a pergunta anterior, resolve apenas a título de exemplo à medida que o vivido emite à consciência noções, que por sua vez também dependem da percepção de cada um.

Por exemplo: um sujeito X viveu e sobreviveu as atrocidades de um campo de concentração numa guerra qualquer. Este indivíduo tem a noção do que seja a guerra, a tortura

sofrida e ao mesmo tempo presenciada para com os outros. Em função disso elabora o seu conceito de mal sobre a guerra. Mas vamos supor que um sujeito Y tenha lido a história desse mesmo sobrevivente. A consequência óbvia é que esse segundo elabore o seu conceito de mal a respeito da guerra o que não significa ser o mesmo conceito em relação ao primeiro. Numa outra situação: um parente próximo do sobrevivente escuta pessoalmente o relato dele sobre a guerra. Isso indica a construção de um outro conceito sobre o mal referente ao mesmo fato.

Diante disso podemos supor que o conceito de mal foi elaborado de três formas distintas sobre um único objeto. Isto não quer dizer apenas que as diferenças estejam na situação em que cada um sentiu sobre a guerra. Isto é, o primeiro vivenciou, o segundo apenas leu e o terceiro, além da ligação afetiva, ouviu pessoalmente o relato. A diferença parece consistir na imagem que cada um tem aprioristicamente construída sobre o que seja a guerra e também o mal.

O mal no exemplo acima supõe aquele que sempre vem de outrem. Por isso convém lembrar que existe uma tendência no ser humano de sempre atribuir o próprio mal aos outros. A respeito disso, Alexandre Soljenitsin, no livro *O Arquipélago Gulag*, citado por Russel (1991:7), assim se expressa:

"Se apenas tudo fosse tão simples! Se apenas houvesse pessoas más em algum lugar, cometendo insidiosamente atos maléficis, e fosse necessário apenas separá-las do resto dos homens e destruí-las. Mas a linha que separa o bem do mal atravessa o coração de todo ser humano. E quem quer destruir um pedaço do próprio coração? ... As vezes um ser humano é quase um diabo, outras vezes é quase um santo. Mas seu nome não se modifica e a esse

nome atribuímos tudo, o bem e o mal".

Uma outra indagação consiste na busca da origem do bem e do mal. Esta resposta, caso no presente estudo fosse a questão central, teríamos que vasculhar nas mais diferentes culturas e, com certeza, as respostas seriam múltiplas. Assim também são diversas dentro de uma mesma cultura, como é o caso da nossa, Ocidental, com raízes judaico-cristã e greco-romana. E ao vermos como as sociedades definem o bem e o mal e como explicam suas origens, veremos também como limitam ou personificam um e outro.

Em termos rigorosamente filosóficos, parece terem sido os gregos quem primeiro levantou a questão sobre a origem do bem e do mal. Os mitos e lendas da cultura grega são pautados, por sua vez, em outras lendas de povos antecessores e vizinhos do Oriente próximo Antigo.

O dualismo bem-mal para os gregos - assim como em outras culturas - é personificado na forma de deuses. Porém, tanto o bem quanto o mal foram engendrados a partir de um Deus único, de quem os deuses designados para cada sentido são manifestações do criador. Assim, cada deus ou deusa é dotado de qualidades boas e más. Um exemplo dessa ambigüidade encontramos em Homero, para quem tanto *theos* como *daimōn* possuem as mesmas características. E ainda, os deuses gregos lembram uma certa ligação urânica (celeste) e ctônica (subterrânea), sendo a primeira associada ao bem e a segunda, ao mal.

O grande deus para os gregos se chamava Zeus. Seus poderes divinos provocavam o raio, os ventos e as tempestades,

nome atribuímos tudo, o bem e o mal".

Uma outra indagação consiste na busca da origem do bem e do mal. Esta resposta, caso no presente estudo fosse a questão central, teríamos que vasculhar nas mais diferentes culturas e, com certeza, as respostas seriam múltiplas. Assim também são diversas dentro de uma mesma cultura, como é o caso da nossa, Ocidental, com raízes judaico-cristã e greco-romana. E ao vermos como as sociedades definem o bem e o mal e como explicam suas origens, veremos também como limitam ou personificam um e outro.

Em termos rigorosamente filosóficos, parece terem sido os gregos quem primeiro levantou a questão sobre a origem do bem e do mal. Os mitos e lendas da cultura grega são pautados, por sua vez, em outras lendas de povos antecessores e vizinhos do Oriente próximo Antigo.

O dualismo bem-mal para os gregos - assim como em outras culturas - é personificado na forma de deuses. Porém, tanto o bem quanto o mal foram engendrados a partir de um Deus único, de quem os deuses designados para cada sentido são manifestações do criador. Assim, cada deus ou deusa é dotado de qualidades boas e más. Um exemplo dessa ambigüidade encontramos em Homero, para quem tanto *theos* como *daimōn* possuem as mesmas características. E ainda, os deuses gregos lembram uma certa ligação urânica (celeste) e ctônica (subterrânea), sendo a primeira associada ao bem e a segunda, ao mal.

O grande deus para os gregos se chamava Zeus. Seus poderes divinos provocavam o raio, os ventos e as tempestades,

mas também traziam a chuva bondosa que fertilizava a terra. Era um deus celeste e subterrâneo ao mesmo tempo, ou seja, tinha qualidades do bem e do mal. Sua esposa Hera, a rainha dos deuses, também era celeste, quando favorecia o tempo propício para as colheitas e era subterrânea, quando irada mandava desabar temporais destruidores sobre as plantações.

De acordo com o papel desempenhado por esses deuses, além da ambigüidade presente em ambos, podemos destacar também uma certa ambivalência inerente a eles. E esta diz respeito à questão sexual, isto é, Zeus representa o princípio masculino, enquanto Hera, o princípio feminino do próprio Zeus. Do mesmo modo podemos apontar tal ambivalência e ambigüidade em Ártemis e Apolo e em Perséfone e Plutão.

Afrodite, deusa do amor e da beleza, expressa também a dualidade bem-mal, primeiro pela forma como nasceu e para quem nasceu; segundo, pois em nome do amor ela tanto se mostrava dócil como furiosa e mais, sua influência sobre a natureza ora podia se traduzir na paz, na tranqüilidade, como podia também se manifestar sob a forma de ódio e vingança. Então, uma deusa honrada e admirada pela sensualidade e bondade, ao mesmo tempo temida e respeitada pela sua capacidade maligna.

Seguindo nessa forma de análise, isto é, da dualidade bem e mal, da ambigüidade e da ambivalência sexual entre os deuses gregos, em meio a muitos, podemos citar também: Atena (dos céus calmos, da arte e da sabedoria); Poseidon (dos mares e também associado à fertilidade); Hermes (mensageiro da corte

celeste cujo símbolo preferido era o **phalos**); e Pã (do desejo sexual criativo e destrutivo). Destes dois últimos podemos dizer que tanto seus poderes como suas formas físicas serviram de inspiração para a descrição do símbolo do mal - o diabo, tempos mais tarde, na Idade Média.

Uma nova tendência começou a fazer parte nas ações dos deuses, já no início da Antiguidade Clássica, ou seja, são acrescentados à dualidade bem-mal princípios de moral e de justiça. Isto se evidencia na obra de Ésquilo, **Os Sete Contra Tebas** e de Sófocles, **Édipo em Colona**. Na primeira obra, por exemplo, a transgressão de Édipo resulta na queda de Tebas. Nesse caso, Édipo agiu moralmente mal em relação àquilo que é sagrado.

Na obra de Eurípedes, no final do período Clássico, os deuses passam a ser mostrados numa posição de neutralidade como se não houvesse distinção entre os homens bons e maus. O mesmo autor mostra que a bondade é uma virtude humana e a maldade, em oposição, significa um defeito também humano. Tanto os homens como as mulheres são os próprios causadores do bem e do mal. São indícios de rompimento com o monismo e uma aproximação maior com o dualismo, uma vez que se aponta para uma luta entre os maus e os bons.

A harmonia monística já havia sido quebrada bem antes por Hesíodo, pois na estrutura muito lógica dele já existia a idéia de luta e de dualismo. Contudo, segundo consta em Russel (1991), as idéias dualistas começam a influir mais efetivamente no pensamento grego, a partir do início do século VI a.C.

Para o desenvolvimento do pensamento dualista, foram de

fundamental importância os ensinamentos de Pitágoras e de seus seguidores. Os pitagóricos admitiam a existência de uma alma imortal presa a um corpo (carne) mortal. A função da alma é escapar da prisão corporal via purificação, cujo instrumento disso é o próprio corpo. Para eles, é constante o conflito entre uma substância boa (alma) e outra má (corpo). E a origem dessa luta entre matéria e espírito é apontada como herança do orfismo, que era uma religião como tantas outras existentes no mundo antigo e que também cultuava seus mitos, seus deuses. O dualismo central, porém, versava em torno de Dioniso que simbolizava o bem e dos Titãs que eram o mal. Conclui-se também que dessas idéias se difundiu aquela que diz ser a alma por essência boa e o corpo por natureza mau.

Russel (1991:134) nos mostra com mais detalhes o surgimento dessa dualidade:

"O mito central do orfismo pode ter sido o de Dioniso e dos Titãs. No começo do mundo havia Fanes, o andrógino que traz todas as coisas à luz. Ele dá à luz primeiro Urano, que gera Cronos, o pai de Zeus. Depois que Zeus derrota os Titãs, ele engole Fanes, integrando assim em si o princípio original, tornando-se um deus criador, e produzindo todas as coisas de novo, inclusive os Titãs. Enquanto isso, Zeus gera um filho, Dioniso. Odiando Zeus e invejosos da felicidade do menino Dioniso, os Titãs se aproximam dele, distraem sua atenção com um espelho, e prendem-no. Fazem-no em pedaços e devoram-no. Atena, porém, salva o coração de Dioniso e o leva a Zeus, que o consome. Zeus mantém então relações com Seleme, que dá novamente à luz Dioniso. Satisfeito com a ressurreição do filho, Zeus castiga os seus assassinos transformando-os em cinzas com raios. Das cinzas dos Titãs surge a raça da humanidade".

Como vemos, este mito é essencialmente dualista. Nele o ser humano tem uma dupla natureza, a parte boa é espiritual,

vem de Dioniso, e a parte má é material, vem dos Titãs. Então tanto no orfismo como no pitagorismo existe uma explicação sobre a existência do bem e do mal. Para as duas correntes, tal dualismo consiste na luta entre duas forças antagônicas presentes no universo. Mas essa explicação por si só não contemplava a antiga dúvida - de onde vem o mal? Uma vez respondida esta questão, não seria difícil localizar também a origem do bem. E assim, sem respostas concretas esta indagação sai das mentes dos mitologistas e passa a ser um dos grandes questionamentos dos filósofos.

Entrando na interpretação filosófica da dualidade bem-mal, encontramos, como na mitológica, diversos modos de percepção e entendimento sobre a origem e as formas de manifestação da mesma na vida das pessoas, na sociedade e no universo - muitas vezes compreendida, para além do real e do concreto. Sócrates, por exemplo, dizia ser o mal uma falta de conhecimento capaz de indicar o caminho para evitá-lo, uma vez que essa mesma falta também impedia o alcance da virtude, ou seja, do bem.

Platão inicialmente respaldava a definição de Sócrates, quando dizia que o mal era proveniente da falta de conhecimento da pessoa sobre o modo de ser bom. Todavia, não se satisfaz com essa resposta e no prosseguimento de sua obra ele diversifica suas opiniões. A mais adotada pela tradição ocidental foi aquela em que ele opõe o mundo ideal, espiritual ao mundo material e ainda diz ser o ideal mais real e melhor que o material. Para ele o Mundo das Idéias é perfeito, real e bom. Ontologicamente, o mal

não existe, uma vez que para Platão ele é apenas uma falta ou um defeito. Com isso não podemos cometer equívocos e pensar que Platão desconhecia o que acontecia entre a humanidade. As guerras, os assassinatos e as mentiras, por exemplo, faziam parte do mesmo universo dele. E por isso, imaginar que o não-ser ontológico do mal defendido por ele, isentava o mal moral da face da terra. Ao contrário, o mal moral consiste na falta do bem moral.

Para Aristóteles o bem e o mal são dois sentimentos específicos do homem e isto constitui uma característica que diferencia a espécie humana dos outros animais. Contudo, ele acrescentava: "O homem quando perfeito, é o melhor dos animais, mas é também o pior quando afastado da lei e da justiça ..."
(1985:15).

Aristóteles também negava a existência de qualquer princípio do mal no mundo: "Não existe qualquer mal fora das coisas particulares" (1987:184). Isto quer dizer que o mal não é uma condição necessária do universo, mas um resultado inferior do processo cósmico, algo que surge por acaso, decorrente do esforço das coisas individuais cujo objetivo é alcançar a perfeição possível, ou seja, a aproximação da vida divina.

Enquanto Platão admitia uma Forma de Bem que contemplasse a matriz de toda bondade e, ao mesmo tempo ela fosse imanente no universo, Aristóteles argumentava que o próprio termo "Bem" não possui um sentido comum a todas as suas aplicações. No entanto, sugere que todos os bens tendem ou são

provenientes de um único bem. Este bem está na sua categoria, por exemplo: na categoria da substância, que se refere à bondade de Deus ou da razão. E ainda, mesmo que existisse uma Forma de Bem independente, esta não serviria para fins práticos. "O bem para o homem é o bem mais lato, cuja contemplação deve ajudar-nos na nossa vida diária" (apud Ross, 1987:197). Isto significa que o "bem e o mal", para ele, constituem uma oposição que deve ser encontrada no interior de cada categoria.

De certo modo Aristóteles aproximou-se do que nós modernos chamamos de livre arbítrio, à medida que ele se manifestava sobre a responsabilidade moral, dizendo:

"um homem é de alguma forma responsável pelo seu estado moral, ele é de algum modo responsável pelo que lhe parece ser bem: enquanto que, se não é responsável, a virtude não é mais voluntária que o vício, sendo o fim de cada homem determinado por si, não por escolha, mas por natureza ou de qualquer outro modo" (Ibid:207).

Assim, também percebemos o quanto a virtude está em oposição ao vício no sentido do dever ou por motivos mais elevados. Para Aristóteles, a virtude compõe a base de sua teoria, que aliás também é posta sob a forma de contrários. E outra tendência muito presente em seus textos, e que às vezes parece afastar-se da dualidade, é o modo como ele apresenta os opostos na forma de trindade. Tomemos como exemplo o tema maldade. Segundo ele, a maldade pode ser distinguida em três graus que são: a incontinência, o vício e a bestialidade, que por sua vez são opostos à continência, à virtude e à virtude heróica divina. A título de exemplo averiguemos como ele analisa a incontinência. Esta é considerada um defeito, segundo

Aristóteles, muito comum entre os bárbaros mas que por vezes é adotada por homens civilizados, devido à doença ou quando agem sob o efeito da paixão. Seu oposto - a continência - é louvável quando um homem conhecendo a maldade de suas vontades, resiste em obediência à regra que por sua vez só existe nos animais superiores. A paixão resulta numa transformação do estado corporal do indivíduo semelhante ao sono, à embriaguês e à loucura. É comum conduzir à loucura. E sobre esse tema ainda, Aristóteles parece aproximar-se do estoicismo, quando assim afirma:

"enquanto a esfera da continência e da incontinência é formada por certos prazeres, a intrepidez consiste no poder de resistir ao sofrimento provocado pelo desejo de tais prazeres, e a complacência em ceder a este sofrimento. E a própria incontinência de pensamento reservado é dividida em duas espécies: a fraqueza, que delibera, mas que não pode ater-se ao fixado; e a impetuosidade que não chega mesmo a deliberar. O homem impetuoso vale mais que o homem fraco, pois é preciso uma tentação violenta e repentina para o demover dos seus propósitos. Do mesmo modo, a incontinência em geral é menos incurável que o vício deliberado. E intermitente, enquanto a libertinagem encontra-se enraizada no caráter, ignora o repentino e destrói a própria raiz da ação virtuosa: a verdadeira concepção do fim da vida humana. O libertino não só pensa que o prazer do momento deve ser sempre perseguido - se isso fosse tudo, poderia ser convencido pela razão -, como a opinião expressa o seu caráter essencial" (apud Ross:1987:230).

Em OS PENSADORES: Ética a Nicômaco (V. II, 1990: pp. 9 - 24) nos apoiamos, para também analisar o bem e o mal na ótica de Aristóteles e o que encontramos foi uma constante indagação sobre essa dualidade. Mesmo com a definição de que "o bem é aquilo a que todas as coisas tendem", ela só poderia ser entendida dentro daquilo que ele denomina de três tipos de vida:

a vulgar, aquela que é levada por todos que pensam ser o bem e a felicidade encontrados somente no prazer e no gozo; a política, a que é vivida com "grande refinamento e índole ativa e associam a felicidade com a honra, pois esta é em suma a finalidade da vida política"; e a contemplativa, ou seja, a contemplação, a verdade, através de certos domínios como, por exemplo, a matemática, a metafísica, a ciência, a filosofia, a estética e a religião, ou a própria contemplação da natureza divina. Isso ele enfatiza com mais clareza na **Ética de Eudemo**, texto em que compara a vida ideal com o culto e contemplação de Deus.

O bem também é visto dentro de três classes: na categoria da substância, na de qualidade e na de relação. A primeira refere-se ao sentido de Deus, da razão e das virtudes; a segunda, àquilo que é moderado e a terceira, àquilo que é útil, na ocasião apropriada e no tempo adequado. Desse modo entendemos que, para Aristóteles, o bem não é uma coisa única e universal, se não fosse assim, ele não o distribuiria em três categorias, mas o reduziria em uma apenas. E se o bem fosse um bem único, este não seria atingido pelo homem. O que ele busca definir nos parece com aquele bem possível de ser alcançado pelo próprio homem. E se Aristóteles pauta suas idéias na luta entre os opostos, então o bem é uma atividade da alma dos virtuosos e o mal conseqüência do vício e da discórdia. E ainda, o bem é o princípio e o mal é o subproduto, é o desvio de uma meta que *a priori* visa o próprio bem.

Contudo, no processo de aculturação ocorrido no pensamento ocidental, as idéias de Aristóteles acabam fundindo-

se a outras ideias que produziram um dualismo quase absoluto a respeito do bem e do mal. A religião, a lenda, a mitologia e a filosofia gregas resultaram em diversos conceitos e símbolos influentes na formação do que seja tal dualidade. Embora muitas das consideradas primeiras filosofias helênicas não admitissem princípios dessa dualidade. Epicuro (IV século a. C.), por exemplo, dizia ser o bem e o mal construções da mente humana e totalmente relativos. Para os céticos Pirro e Carneadas (II século a. C.), todo conhecimento era impossível, inclusive do bem e do mal. Nessa linha seguem os Cínicos dos quais ora destacamos - Diógenes Laércio (IV Século a.C.) - que zombava de tudo e de si mesmo, dizendo que nada fazia sentido para a vida.

Já os estóicos, cujo fundador foi Zeno de Cítio (336-254 a.C.), de certo modo evitavam a dicotomia entre o bem e o mal, uma vez que se pautavam no monismo e na crença de que o homem deveria se desligar das coisas materiais. Para eles, a felicidade consistia em viver segundo as vontades do Uno. O erro do ser humano residia no afastamento das vontades do Uno e isso significava uma resistência inútil tendo em vista nossa obrigação para com Ele. A resistência só geraria desgostos, e evitar excessos, ser passível frente à dor eram desígnios da vontade Dele. O estoicismo foi uma doutrina filosófica que combinou com o pensamento moral grego, mais precisamente aquele que remonta aos tempos de Homero. E os estóicos, sucessores de Zeno de Cítio, como Epicteto (50-138 d. C.) diziam que o bem e o mal não tinham existência por si só, mas que o ser humano fazia uso dos mesmos. Por isso a doutrina recomendava a seus adeptos ocupar-se apenas

com boas ações. Marco Aurélio, Imperador Romano de 161 a 180, também admitia que o mal não existia na natureza, mas que era produto da ignorância humana, uma vez que essa contrariava a bondade de Deus.

Neste sentido, tanto os epicuristas, como os céticos e os estóicos rejeitavam a idéia da existência do bem e do mal. Porém os estóicos não admitiam a idéia da existência do bem e do mal cósmico, pois afirmavam que tudo era responsabilidade do homem. Isso gerava um total desamparo, pois essas idéias já não satisfaziam mais, principalmente a população das regiões onde a passagem devastadora de Alexandre Magno (discípulo de Aristóteles) havia desencadeado a necessidade de novas explicações que ao menos as acalentasse.

Naquele momento, as explicações dualistas as quais afirmavam existir uma razão cósmica para o mal e apontavam meios de como resguardar-se dele, bem como uma saída através do bem que também era cósmico, abriram caminhos e terreno para o resgate da tradição órfica que se estendia de Pitágoras a Platão. Convém salientar, também, que Paulo Apóstolo encontrou terreno fértil para seus sermões durante sua passagem pela Grécia, no momento em que as doutrinas céticas já não contemplavam mais os anseios de explicações que apontassem para uma saída da crise gerada pela destruição da guerra.

Os seguidores de Pitágoras dos séculos II e III d. C. afirmavam que o Uno, o qual eles denominavam **Mônada**, era essencialmente bom, mas que este mesmo princípio engendrou **Díada**

que era completamente má. Sustentavam também que a essência boa estava ligada ao espírito e que a essência má dizia respeito à matéria (corpo). Disso fizeram muitas associações inclusive a de que **Díada** poderia confundir **Mônada**, por isso o dever de todo ser humano era manter-se vigilante para não incorrer no erro de fazer a opção inadequada. Uma observação importante que aqui fazemos está no fato de **Mônada**, que é a essência boa, ter produzido **Díada**, que é a má, e ainda, a primeira essência diz respeito ao aspecto masculino e a segunda ao feminino.

Já os seguidores de Platão produziram um dualismo mais explícito pois pautavam suas explicações na existência do bem e do mal, como também associavam o primeiro ao espírito e o segundo à matéria. Além disso, acreditavam que o princípio do mal vivia se opondo ao princípio do bem numa constante resistência à vontade divina. Então, havia o Deus bom e o espírito mau. Os prazeres do mundo dizem respeito à matéria. Plutarco (45-125) dizia ser "impossível que um ser único, bom ou mau, seja a causa de tudo o que existe, já que Deus não pode ser autor do mau" (apud Russel, 1991:156).

O neoplatonismo, doutrina bastante referida nesta pesquisa, foi fundada por Plotino (205-270 d. C.) onde o mesmo tenta resgatar as idéias mais próximas de Platão. Com isso ele afasta-se do dualismo e aproxima-se do monismo. Para ele o princípio do cosmos era o Uno que é perfeito e sabe tudo o que existe. Foi o próprio Uno quem enviou a substância NOUS, que representa a mente ou o mundo das idéias de Platão. O NOUS é pleno, possui todas as formas existentes no cosmos, inclusive as

incorpóreas e é boa. A segunda criação do NOUS foi a **psyche**, que significa a alma do mundo, também boa. A grande contradição de Plotino residia no fato de ele afirmar que tudo que era emanado do Uno era bom, e se tudo provinha do Uno, como poderia ele considerar a matéria má? A matéria foi também engendrada pelo Uno e passa a ser o seu oposto, totalmente deficiente, é privada de bondade. Constitui uma falta, é o não-ser total, por isso ela é o mal. Além disso ela age apenas pelo mal, formando uma barreira de impedimento para a ação do bem. Contraria as vontades do Uno e provoca tentações na alma individual, levando-a ao erro. A conclusão que temos de Plotino é que ele apresenta suas idéias bastante confusas. Inicialmente é monista, mas se encaminha para um dualismo extremado entre matéria e espírito, atribuindo à primeira toda a responsabilidade sobre o mal, que por sua vez foi criada pelo bem que diz respeito ao espírito.

De Plotino ainda, o ser humano é uma emanção da **psyche** que é a alma do mundo. Mas este ser é composto de dois elementos, a alma individual que é espírito e de corpo que é totalmente matéria. E assim ele segue sua teoria totalmente contraditória com detalhes difíceis de se explicar. Contudo, suas idéias exerceram enorme influência no pensamento posterior, de modo especial no ocidental e mais distintamente no Cristianismo. Através da Patrística e com Santo Agostinho seu pensamento ultrapassa as fronteiras dos séculos seguintes.

Antes porém de entrarmos no pensamento dualista de Santo Agostinho, consideramos importante uma retomada também em

alguns aspectos relevantes do Velho e Novo Testamento, uma vez que esse intelectual cristão incorporou as idéias de Platão e afirmou, do modo mais determinista possível, que o mundo, as coisas e o homem são desígnios de Deus e que Ele sabe tudo antes de nascermos, durante a vida e depois dela.

O Velho Testamento é uma reunião de textos de diversas origens e tempo que segundo Russel (1991), presume-se tenha se dado entre 900 a. C. e 100 a. C.. Estima-se também que seus textos tenham sido escritos durante e depois do período do Cativo Babilônio (586-538 a. C.). É uma outra questão diz respeito aos traços de influência cananéia, babilônica, iraniana e helênica. Nele se evidencia também o sofrimento do povo hebraico, que durante os períodos de dominação síria e romana, passou a ter uma visão **apocalíptica** da vida e do mundo. Para eles o mundo estava nas mãos de Satã (opressor), tinham muitas visões onde o fim do mundo estava prestes a chegar; falavam de profecias sobre ruínas e fim do reinado "do velho eão" - Satã. Em contrapartida, os profetas também vislumbravam a vinda "do novo eão" - o Messias - que instalaria no lugar das ruínas um reino de Justiça e de Luz. O mundo havia sido criado por Iavé, que era o bem, mas havia Satã que era a personificação do mal ou um elemento dentro do próprio Iavé, que impedia o bem.

As tradições mais antigas do Velho Testamento mostram que a moral do povo hebreu estava mais relacionada com a transgressão do tabu do que às violações da justiça social. Era condenado, portanto, desobedecer Iavé, idolatrar outro Deus, blasfemar, entre outras proibições. Mas o mesmo Iavé vai se

transformando à medida que os costumes também se modificam. Na passagem das fases nômade e das conquistas para a fixação no espaço territorial, a moralidade dos profetas se torna mais ética e mais humana. Com isso, novas explicações vieram a respeito do bem e do mal. Uma das mais difundidas foi que o mal era consequência do pecado da espécie humana.

Iavé fez o homem e a mulher para com Ele habitarem o Jardim do Édem, no entanto o primeiro casal desobedeceu a Ele, e por isso foram expulsos do Paraíso. Contudo não satisfeitos com essa resposta, os hebreus apresentam uma entidade maligna e dessa vez totalmente independente de Iavé. Porém esta entidade havia saído do próprio Iavé, para tornar-se duas partes, uma boa e outra má. Isto é, primeiro Iavé era onipotente, depois tornou-se apenas bom e por último havia um mal poderoso que nascera para opor-se a Ele.

Iavé é bom, é o Senhor, é Uno, é Deus. Quanto mais se sedimentava o monoteísmo, mais fortemente se colocava o dualismo hebraico. Este era personificado em dois espíritos, Deus, que era bom e representava o bem supremo e Satã, que era mau e significava o mal absoluto. A própria palavra Satã em hebraico, traduz-se por "opor", "obstruir" ou "acusar". Na passagem para o grego, foi traduzida por **diabolos** que quer dizer "adversário" e no latim **diabolus**, que significa "opponente" e destes para o português, **Diabo** e seus mais distintos sinônimos.

O Novo Testamento é parte escrita por diversos autores durante meio século, e também num tempo em que as idéias já eram

frutos da fusão do judaísmo com o helenismo. Estas refletem basicamente as interpretações dos Apóstolos Paulo e João. E naquele momento já havia a referência ao filho de Deus - Jesus Cristo. Em função disso, o mal aparece imediatamente como contraprincípio do Salvador. Cristo veio para nos salvar, nos libertar do mal, porém existe o seu oponente com a missão de impedir o bem que se chama Diabo.

Por outro lado a responsabilidade da pessoa humana sobre o mal também aumentou, uma vez que se herda a culpa do homem caído e a escolha está em cada um de nós, à medida que há uma luta entre forças opostas. E esta é bastante evidenciada, pois as forças das trevas estão em guerra constante com as forças da luz. Sobre o corpo e a alma, o primeiro é mostrado com certa ambivalência. Às vezes ele é considerado a morada do espírito, outras ele é a prisão do mesmo espírito e em outras, ainda, ele é mostrado como a matéria ou a carne que também é oposta à alma, quando colocada como fonte de tentação.

O mal - Diabo - exerce várias funções, entre elas a de sedutor, mentiroso, falso, assassino, bruxo, causador da morte, bloqueador das mensagens de Deus, tentador dos desejos da carne e inimigo de todo o bem. E há ainda o Anticristo, aquele elemento ambíguo que tanto pode ser um, como pode ser um povo ou alguns tiranos. O Diabo ainda tanto pode manifestar-se na cor vermelha, como pode ser de cor preta. Por fim, ele é criatura de Deus, chefe dos anjos caídos e age como se tivesse força, como se possuísse um exército nas trevas.

Na verdade, o mal ou sua personificação - o Diabo - tem

sido tema de grandes questionamentos e debates, não só da parte de leigos mas de religiosos também. Como também o foi para Santo Agostinho que, em suas principais obras, elabora uma discussão sobre essa questão. E como já conhecemos sua história, além dos referenciais nos quais ele pautou suas idéias, passaremos logo para a dualidade bem e mal, vista sob a ótica agostiniana.

Santo Agostinho coloca o corpo como origem de todo o mal. Somente o homem pode corromper a ordem natural e permitir o aparecimento do mal no mundo. O mal é um mau uso do bem. De onde vem o mal, afinal? Certamente não provém de uma divindade maligna, mas somente do homem, de sua própria vontade. O pecado, a falta moral só pode dar-se na história humana, no mundo da liberdade condicionada, finita, criada, falível. Por isso a preocupação maior de Agostinho se situou no plano moral.

Uma coisa é aquilo que Agostinho escreve durante a sua mocidade e nos primeiros tempos de atuação como Bispo de Hipona, outra é o que afirma quando mais experiente e convicto de sua luta pela causa católica. E um dos temas mais enfatizados por ele dizia respeito à concupiscência e à luxúria. Brown (1990) nos coloca a reconstrução agostiniana sobre a criação do homem e da mulher, que entendemos ser o ponto de partida para certas conclusões onde ele afirma fortemente a existência do bem e do mal intimamente ligados à sexualidade.

Para ele, os primeiros homens eram criaturas apenas mentais, as quais habitavam o Jardim do Éden e dele desfrutavam de todas as delícias em condição de igualdade com o Criador -

Deus. No entanto Adão e Eva caíram em pecado e com isso conheceram o egoísmo intratável de certos impulsos e excitamentos descontrolados. A primeira consequência do pecado foi a vergonha da nudez. Isso significa o aparecimento de corpos materiais nas duas criaturas que antes eram incorpóreas, e o pecado para Agostinho estava ligado aos genitais, uma vez que ambos procuraram de súbito esconder a região **puenda** - do latim **puere**, que significa "ficar envergonhado". Com isso ele também quer dizer que a corporeidade nasce de uma ação vinculada ao mal e que a inocência (não-ciência) dessas criaturas foi perdida a partir do conhecimento da luxúria e da concupiscência. Antes eles eram unos com Deus e conheciam apenas o bem. A partir disso, Adão e Eva tornaram-se cômicos do bem e do mal.

Agostinho acreditava que a culpa de Adão e Eva foi transmitida como herança para toda a humanidade, e como descendentes do primeiro casal carregamos a concupiscência, a perversidade dos órgãos genitais, o impulso sexual e a vergonha decorrentes do ato carnal. Todo ato sexual é decorrente da queda e em função disso é necessariamente mau, por isso nascemos em pecado. Para Agostinho, Deus havia destinado a procriação aos seus primeiros semelhantes, contudo, tratava-se de uma forma mecânica, sem excitamentos e sem pecado.

Convém lembrar que Agostinho, quando jovem, tinha vida sexual ativa e, quando da sua opção pelo celibato, ele nada omitiu sobre as dificuldades advindas da necessidade do corpo, e pela vida afora, este fato foi sempre um tormento que o inquietava tanto acordado quanto em sonhos, quando dormia. Por

isso, acreditamos que, se a abstinência sexual tivesse sido uma decisão irrelevante e uma experiência tranqüila, não teria se ocupado tanto em estudar, decifrar e escrever sobre o sexo e sua vinculação com o pecado, e o mal. E não só na interpretação da queda de Adão e Eva, mas a partir dela ele procurou sempre uma explicação, para produzir outros textos. E também se justifica o fato de ele ter concluído que o casamento era um remédio para a concupiscência, embora recomendasse a continência (moderação) até que os casais cumprissem a missão da procriação e a abstinência (abandono) sexual, para viverem sem pecado até que a morte os separasse.

Somado a isso, sua formação maniqueísta contribui para o desenvolvimento de uma teoria pautada na existência de espíritos bons e maus, na prática obscena de demônios "Íncubos e Súcubus", e na crença de que nem sempre os Anjos do bem terão condições de impedir aos homens perversos e aos demônios de praticarem o mal. Nesse aspecto ele entra na questão do livre arbítrio e acrescenta que "todo ser humano é a causa de sua própria perversidade" (Kramer e Sprenger, 1991:95). Então, para os bons o princípio do bem - Deus - é para os maus o princípio do mal - Diabo.

Para ele também, o mal proveniente do Diabo toma conta do ser humano por todos os sentidos, pois ocorre o aparecimento de figuras estranhas que se transmutam em cores, sons, palavras iradas e injustas, perfumes sedutores e até sabores. Poderia falar também através da boca de outra pessoa, "ademais, e por meu intermédio, a serpente falava a Alípio, enlaçava-o e servia-se da

minha palavra para semear no seu caminho suaves armadilhas e assim enredar-lhe os pés honestos e livres" (Agostinho, 1984:151).

Nestas suas obras: **Confissões**, **A Trindade** e **A Cidade de Deus**, Agostinho ocupa-se longamente com a busca da origem do mal, como também trata das tarefas executadas pelo demônio e louva todos aqueles que por vontade, por amor a Deus e ao bem, abandonaram a concupiscência da carne, adotando uma vida de castidade. E mais precisamente nas **Confissões**, ele aborda sua vida desde a infância até o período em que já era Bispo de Hipona. Nessa trajetória autobiográfica, é constante seu depoimento sobre a concupiscência da carne, que para ele é um terrível mal. Ela é colocada como o desafio mais doloroso, mais terrível de se vencer. Em suas palavras, registramos alguns trechos desse obstáculo:

"Sem dúvida, tu me ordenas que eu me abstenha da concupiscência da carne (...). Tu me ordenaste a abstenção do concubinato (...). Mas sobrevivem ainda na minha memória, sobre a qual longamente falei, as imagens daqueles prazeres, gravados pelo costume. Quando acordado, elas não têm força, mas, durante o sono, chegam não somente a suscitar em mim o prazer, mas até o consentimento e a semelhança da própria ação. É tão poderosa a ilusão daquela imagem no meu espírito e no meu corpo que, no sono, falsas visões me impelem a atos que a própria realidade não me leva a fazer acordado" (1984:279).

Em outros trechos ainda, ele confessa a luta travada dentro de si mesmo, entre permanecer na vida que lhe permitia viver os prazeres da carne ou abandoná-la e abraçar uma vida voltada a Deus na opção pela castidade. Para ele, todo o mal vem

do sexo, do corpo e da mulher.

"Estava a ponto de agir mas não agia. Já não recaía na situação anterior, mas dela estava muito próximo, e era o seu ar que respirava. (...) minhas velhas amigas que me solicitavam a natureza carnal, murmurando: "Tu nos vais abandonar?" E também: "De agora em diante, nunca mais estaremos contigo". E ainda: "De agora em diante, não poderás mais fazer isso ou aquilo"! E que pensamentos me sugeriam, meu Deus, ao dizerem: isto e aquilo" (ibid, 1984:212).

Desse modo, Agostinho se torna um dos referenciais mais significativos para o Cristianismo medieval e moderno. E assim, sua luta contra o prazer que ele considerava perigoso e mau, chega aos manuais das igrejas, aos confessionários, aos lares, enfim à mente humana. Suas idéias também serviram para referendar a chamada "Bíblia do mal", ou seja, o manual que fornecia aos interrogadores todos os dados necessários para se descobrir sinais de parceria com o demônio nos homens e nas mulheres - "**Maleus Maleficarum**". A idéia central do manual era a de que o mal está solto por toda parte do mundo e cabe ao inquisidor detectar o causador principal, o possuído pelo espírito rival do bem, para então julgá-lo e condená-lo. E essa façanha hedionda se arrasta durante três séculos, mais precisamente do final do século XIV até meados do século XVIII.

É somente nos tempos modernos, mais precisamente a partir da segunda metade do século XIX em diante, que o sexo começa a ser falado e escrito com mais clareza, para sair da condição de pecado e passar para uma condição intrinsecamente humana. Coincide também com o final da época romântica, das noites monótonas do vitorianismo e, ao mesmo tempo, da reação contra a ideologia burguesa que a valorização do sexo entra em

evidência, colocada por Sigmund Freud.

Toda luta empreendida por Freud, objetivava auxiliar o ser humano à compreensão de si próprio. O autoconhecimento favorecia uma vida melhor, mais saudável e mais feliz, e ao mesmo tempo impedia os transtornos provocados por desentendimentos e angústias. Isso não significava uma nova religião, com promessas acerca do futuro, por isso ele questionou certas crenças e religiões, principalmente aquelas que tratam da ilimitada perfeição e bondade do ser humano. Freud era contra todo pensamento religioso de modo a compará-lo a uma ilusão semelhante à neurose.

"Os espíritos medíocres exigem da ciência um tipo de certeza que ela não pode dar, uma espécie de satisfação religiosa. Só as mentes raras, real e verdadeiramente científicas, conseguem suportar a dúvida que acompanha todo nosso conhecimento" (Freud apud Gay, 1989:57).

Os estudos, esforços e teoria de Freud se encaminham para que o homem tenha noção de sua ambivalência, de seu narcisismo com raízes no egocentrismo infantil, bem como o desencadeamento de um processo destrutivo derivado desse próprio narcisismo. Bettelheim (1982) nos fala que Freud respeitou com fidelidade a frase escrita no templo de Apolo em Delfos: "Conhece-te a ti mesmo", e com isso ele pretendeu nos ajudar a proceder de modo profundo sobre o controle racional de nosso inconsciente.

Assim, Freud conclui ser necessária a construção de um conjunto específico de normas, para que o trabalho psicanalítico

de autoconhecimento transcorra de modo tranqüilo e eficaz. Para que o paciente pudesse desvendar seu inconsciente e libertar seus sentimentos e desmanchar suas repressões, fazia-se necessário, acima de tudo, um clima de respeito e segurança entre ele e o psicanalista. Deste modo a psicanálise estaria a serviço do bem para o homem e para a sociedade e de igual modo o psicanalisado.

Segundo Carone (in Souza, 1989), Freud temia os reducionismos que possivelmente fariam de suas idéias, tanto que preferia ser criticado e atacado do que mal interpretado. Por diversas vezes fez referência a essa preocupação, mesmo porque ele tinha confiança na profundidade e seriedade de sua teoria. Para ele isso poderia ocorrer através de traduções não confiáveis e pela paixão imediata - sem a real compreensão do significado de cada metáfora cuidadosamente trabalhada por ele - de profissionais afoitos por novidades milagrosas.

Sobre isso, Bettelheim (1982:31) diz que:

"A cautelosa abordagem de Freud tem sido desrespeitada ou esquecida em muitos setores, e passou a ser popularmente suposto que a psicanálise advoga uma liberdade irrestrita, não através da fala em isolamento (...), através de um comportamento sem restrições durante o tempo todo e em todas as situações, sem levar em conta o caos que isso poderá acarretar para a vida do próprio indivíduo e para as vidas dos outros. Como a psicanálise revelou as conseqüências mutiladoras de uma excessiva repressão, passou-se a supor que a psicanálise defende a ausência de todos os controles. (...) Assim, "Conhece-te a ti mesmo" converteu-se em "Faz o que te apeteça".

Para termos uma breve noção do quanto Freud foi cuidadoso ao produzir sua teoria, destacaremos na questão central de nosso interesse - o bem e o mal - a forma como ele explica

esta dualidade presente no pensamento e comportamento do homem ocidental. Para tal compreensão, ele estudou profundamente o desenvolvimento infantil humano, e para explicar este processo, ele se pautou na tragédia de Sófocles sobre Édipo Rei.

Édipo, filho de Laio e Jocasta, rei e rainha de Tebas, é vítima de um grande trauma logo após o nascimento. Seus pais haviam sido advertidos pelo oráculo que aquele filho lhes traria desgraça, pois seria o próprio assassino do pai. Diante disso Laio e Jocasta ferem-lhe os pés e o enviam para bem longe, a fim de que seja morto. Salvo da morte prematura, Édipo é criado pelo rei e rainha de Corinto como se eles fossem seus verdadeiros pais. Quando adulto, é avisado de um engano sobre seus pais e transtornado consulta o oráculo em Delfos. O oráculo repete a mesma história que um dia dissera a Laio e Jocasta - que ele será o assassino de seu pai e o esposo de sua mãe. Com isto, ele acreditando poupar aqueles que o criaram, abandona Corinto, com o propósito de jamais retornar.

Édipo então inicia sua peregrinação por toda Grécia, até que um dia, numa encruzilhada, desentende-se com um homem desconhecido e para defender-se, mata-o sem ao menos suspeitar de quem se trata. Tempos depois chega à Tebas. Naquele momento a cidade vivia em pânico com a presença da Esfinge que se alojara num penhasco nas imediações da cidade. Todo e qualquer passante era desafiado por ela para decifrar enigmas e logo depois morto por não acertar as respostas. Desalentado com seus últimos acontecimentos, Édipo aceita o desafio e enfrenta a Esfinge que lhe propõe: "Pela manhã anda com quatro pés, ao meio-dia com dois

e à noite com três". Édipo lhe responde, dizendo ser o homem. Resolvido o enigma a Esfinge atira-se num precipício e Édipo é aclamado rei de Tebas e casa-se com Jocasta. Passaram-se muitos anos sem que a cidade também conseguisse desvendar e punir o assassino de Laio. Em função disso, a cidade é acometida por uma grande peste. Édipo põe-se a buscar a verdade e deparando-se com ela, fura seus próprios olhos e Jocasta se suicida.

Apesar da breve exposição da tragédia, acreditamos ser necessária para evitarmos reducionismos e entendermos o valor de sua sugestividade como metáfora utilizada por Freud, para explicar a vida humana, a começar pelo fato de Édipo estar fugindo da profecia de que ele mataria o pai e quando o fez, não tinha a menor noção de quem se tratava, muito menos quando se casou com Jocasta.

A questão central, segundo Freud, reside na culpa de Édipo ao deparar-se com a verdadeira identidade. Então o "Complexo de Édipo" não trata simplesmente de rótulos dados a crianças em fases de paixão pelo pai ou pela mãe, nem tampouco do desejo de afastar um dos dois a fim de egocentricamente obter um só prá si, mas da culpa inconsciente que poderá acarretar conseqüências danosas quando na idade adulta. Os sentimentos da infância são "aparentemente" esquecidos, mas a nível inconsciente continuam a nos afetar, pois ficam reprimidos sem nos darmos conta deles a nível consciente. E o Complexo também não se refere ao fato de Édipo ter sido abandonado por seus verdadeiros pais, mas ao desejo de amá-los e protegê-los quando adultos. Nesse caso Édipo sentiu por aqueles que o criaram, e que o levou a

reprimir seus verdadeiros sentimentos em relação a eles. Em nós, esse desejo de proteção e o amor por nossos pais é a forma que conscientemente adotamos, para inconscientemente "esquecer" nossos sentimentos negativos e sexuais em relação a eles quando criança.

Conforme Bettelheim (1982), Édipo, ao procurar o templo, ouviu apenas as sentenças do oráculo, sem prestar atenção na inscrição: "Conhece-te a ti mesmo." Se ele não tivesse ignorado seus sentimentos mais íntimos, teria evitado a concretização da profecia. E a cegueira também é uma metáfora, pois ao mesmo tempo que não nos conhecemos inconscientemente, estamos fadados à privação de enxergar o que é real, isto é, o conhecimento de nós mesmos. "Só a natureza íntima das coisas confere à pessoa o verdadeiro conhecimento e permite-lhe compreender o que está oculto e precisa ser conhecido" (p. 37).

Sobre o princípio orientador da psicanálise, o mesmo autor nos fala que:

"conhecermo-nos requer conhecermos também o nosso inconsciente e lidarmos com ele, de modo que suas pressões não reconhecidas não nos levam a agir de um modo prejudicial para nós próprios e para os outros. Com isto presente, ou autoconhecimento requerido para uma verdadeira compreensão das sentenças oraculares poderia ser atendido, como abrangendo também os aspectos normalmente inconscientes de nós mesmos. Assim, o conceito freudiano do complexo de Édipo contém a advertência implícita de que precisamos adquirir ciência de nosso inconsciente" (p.37-38).

Estudando os **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade** de Freud (s.d.) e **A Aventura Freudiana** de Plastino (1993), ficou mais evidente, ainda, que a dualidade bem e mal encontra-se

intrinsecamente ligada ao "complexo de Édipo" o qual Freud explica através da analogia com o mito grego. Assim, o mal reside na ação destrutiva, desejos, agressões e ansiedades decorrentes do Complexo de Édipo a nível do desconhecido. Neste caso, a peste que assolou a cidade de Tebas simboliza a destruição provocada por algo que não era conhecido. E em relação ao tempo também, pois quanto mais demorarmos para desvelarmos nossos segredos ocultos, maiores serão os danos contra nós próprios e contra os outros. Édipo, ao defrontar-se com a primeira figura que simbolizava o pai, não encontrou outra saída a não ser eliminá-lo. E desta forma em nossas vidas não necessariamente destruimos os símbolos, mas de algum modo nos prejudicamos ou fizemos o mesmo com outrem.

E se auto-analisando e analisando seus pacientes, Freud concluiu que é somente através do enfrentamento de nossas vontades parricidas e matricidas e de nossos desejos incestuosos inconscientes, que se dá a expulsão desses sentimentos e assim também se extinguem as conseqüências malélicas decorrentes desse complexo. Tornar ciente aquilo que é oculto, significa proteger-se da tragédia de Édipo ou de agir sem saber o que se está fazendo.

A própria Esfinge traz em si os símbolos do bem e do mal, da mãe boa que nutre os filhos e da mãe má que os devora. Por isso é cheia de enigmas. E para decifrá-los, só será possível através de nossa mente racional, isenta e livre das pressões ocultas de nosso inconsciente.

Assim, a resposta ao enigma da Esfinge colocado para

Édipo, deveria ser ele próprio, em função de toda sua história anterior, do presente e do seu futuro. Do mesmo modo, na interpretação freudiana do mito, a resposta seria cada um de nós com nossa própria bagagem. Se assim tivesse acontecido com Édipo, não só a Esfinge teria morrido, como ele ter-se-ia libertado dos poderes malignos, que o levaram a destruir-se, e dos sofrimentos da cidade de Tebas.

Na interpretação de Chauí (1988), Freud, através da tragédia de Sófocles, elaborou a explicação da questão edipiana, também por ela significar o ponto chave de cuja solução ou não "depende nossa vida pessoal, psíquica, afetiva, sexual. Nossa saúde e nossa doença" (p. 63). Isso referenda a presença da dualidade bem - mal não só na tragédia em si, mas na própria condição humana de bem-estar e mal-estar. Por exemplo: Jocasta não se suicida pela vergonha ou pecado do incesto, mas pela culpa de ter abandonado o filho, por medo de amá-lo mais que a Laio. E este, por sua vez, obedeceu à profecia do oráculo, por temer ser substituído pelo filho não só no trono, mas no amor de sua esposa.

O complexo de Édipo em si, além de revelar a dualidade bem - mal, expressa a ambivalência de sentimentos numa tríade: pai, mãe e filho. Ele é uma constante luta pela busca da verdadeira identidade do eu. E Freud também admitia que cada indivíduo é um ser único, tanto que a mesma simbologia apresenta implicações inteiramente diferentes para cada um. Daí a conclusão de ser a psicanálise um bem, pois através dela é possível um estudo das associações únicas do indivíduo dirigidas a um símbolo

específico, para enfim compreender o seu significado. E também "porque a essência da psicanálise consiste em tornar o desconhecido conhecido, fazer com que as idéias escondidas fiquem acessíveis à compreensão comum" (Bettelheim, 1982:106).

Dessa forma, entendemos ser a questão edipiana um conjunto de sentimentos e emoções desencadeadas no indivíduo, e não uma condição pré-determinada e igual para todos. Esse complexo, para Freud, significou o elemento mais importante para a constituição da sexualidade humana e para a produção de sua teoria sobre a análise da alma.

1.4 - Homem - Mulher

A relação homem - mulher tem sido objeto de estudo nas diferentes áreas da pesquisa, bem como tem aparecido sob distintas interpretações. Sobre o começo da humanidade, a mais comum das interpretações é aquela que diz ter existido um longo período marcado pelo matriarcado. O fato de a mulher ser a portadora do grande mistério de dar à luz teria, ao mesmo tempo, destinado a ela o direito de ser senhora e soberana sobre os homens. A grande dúvida sobre esse período é se ele pode, hoje, ser interpretado como o exato inverso que conhecemos como patriarcado, ou seja, o mundo governado sob a ótica dos homens.

Na antropologia temos encontrado pesquisas sobre civilizações primitivas, as quais descrevem situações em que as mulheres ainda aparecem como comandantes de tribos inteiras. São corajosas, fortes, independentes, dominadoras e, de modo oposto a

elas, educam os meninos para que estes sejam frágeis, dóceis, dependentes, obedientes e submissos à mãe, irmã e esposa. Para tanto, as mulheres se valem dos mistérios que envolvem a menstruação, procriação e maternidade, além de estimularem a "inveja" que os homens sentem pela incapacidade de gerar filhos a ponto de se considerarem defeituosos. Devido a estas características, alguns estudiosos inferem ter havido, no passado matriarcal, uma supremacia feminina com semelhanças ao que se define por patriarcado.

Além das pesquisas junto às tribos remanescentes, outros indicativos de um período matriarcal, mesmo sem registros escritos, dizem respeito às interpretações mitológicas e das artes, ambas apontando a mulher como deusa maior, a Grande Mãe e a Senhora da Terra. Através da mitologia - ponto comum encontrado em todas as civilizações -, pode-se perceber uma espécie de auge do elemento feminino que gradativamente vai cedendo espaço para o elemento masculino, até finalmente acontecer o reverso numa grande virada. Muraro (1992:35-36) cita o estudioso americano Josef Campbell o qual apresenta os mitos primitivos ocidentais em quatro etapas distintas: "na primeira, o mundo é criado por uma deusa sem auxílio de ninguém; na segunda, esta deusa é associada a um consorte; na terceira, um deus macho cria o mundo sobre o corpo de uma deusa, e, em último lugar, um deus masculino cria o mundo sozinho." E pouco antes do segundo milênio a.C., foram derrubadas todas as deusas femininas e em seus tronos passaram a reinar os deuses masculinos, até chegar a vez de um único deus que cria o mundo e todas as coisas a partir de si

mesmo.

Estudos feitos sobre jóias, estátuas, monumentos, vasos e outros objetos artísticos testemunham o endeusamento da mulher, à medida que ela aparece esculpida ou desenhada com os seios e barriga avantajados. Isso não significa necessariamente a prova da existência de um matriarcado, mas indica uma centralidade, uma predominância da figura da mulher na sua condição mais sagrada - a de dar à luz.

Diante disso, surge uma outra dúvida, a partir de quando e como o homem descobriu sua participação na procriação. Como antes não havia este conhecimento, pois atribuía-se a procriação unicamente à mulher, pode então haver uma relação direta entre a descoberta da paternidade e a crescente valorização do elemento masculino, até chegar-se a acreditar que o homem era o portador da semente, e a mulher apenas o canteiro fértil ou a incubadora necessária à germinação.

Neste aspecto, Aristóteles, IV século a.C. - tempos depois da dessacralização da maternidade -, explica a condição da mulher frente à concepção, reprodução da espécie humana e seu papel na sociedade, já então governada pelos homens.

A reprodução, segundo Aristóteles, faz parte de um dos instintos primordiais que levam o homem e a mulher a associarem-se mutuamente. É uma inclinação inerente à espécie humana, ou seja, à formação de casais com vistas à reprodução. Os filhos fortalecem os laços da união entre homem e mulher, pois fazem parte de um bem comum a ambos. Entre casais sem filhos, acontece

facilmente a separação.

Aristóteles em a *Política* (1985:19) esclarece a posição entre homem e mulher, dizendo que "o macho por natureza é superior e a fêmea inferior; aquele domina e esta é dominada; o mesmo princípio se aplica necessariamente a todo gênero humano." Com isso, ele hierarquiza a relação entre os gêneros de modo que o homem domina e a mulher é dominada; ela tem a vontade fraca e por isso é incapaz de se tornar independente; daí o melhor lugar destinado a ela - situar-se na tranqüilidade do lar, onde sua função é a educação dos filhos e a administração doméstica. Não se pode igualar o que por natureza é diferente.

Nesse aspecto Aristóteles discorda de Platão, apenas no momento em que este sugere em *A República* que a comunidade das mulheres e das crianças seja estabelecida e unificada. Concorde com Sócrates quando este diz que a coragem de um homem consiste em mandar, e a da mulher em obedecer, portanto não são iguais. Na procriação a desigualdade permanece, uma vez que é o macho que transmite a forma, e a fêmea só traz a matéria. É ele quem engendra num outro, ela apenas é engendrada.

Sendo assim, entendemos que, para Aristóteles, o homem é o elemento responsável pela transmissão da alma a um novo ser, ou ainda, o homem é portador de um princípio divino capaz de tornar humano o ser vivo e conseqüentemente superior à mulher. Em suas palavras (Aristóteles apud Ross, 1987:179-180),

"Na geração natural, como em todas as outras, tudo o que se torna, torna-se por qualquer coisa e a partir de algo, tornando-se algo. Ou seja, o que está envolvido

na geração é: a) um indivíduo possuído de forma específica, a qual deve ser possuída pela progenitura, isto é, o progenitor macho; b) uma matéria susceptível de ser o veículo da forma específica, isto é, a matéria fornecida pelo progenitor fêmea; c) um novo indivíduo com a mesma forma específica."

Mais claro ainda consta em Badinter (1986:189): "É o homem que engendra o homem (...) a mulher também nasce do homem."

Em seus estudos de biologia, Aristóteles apresenta sua explicação sobre as causas da determinação do sexo e da hereditariedade. Para ele é errado supor que os órgãos masculinos podem desenvolver-se num embrião, os femininos em outro, sem que haja primeiro uma diferença no sistema vascular, uma vez que é sobre este sistema que é montada toda a estrutura do corpo. Assim:

"as partes sexuais não são a causa do sexo, mas os concomitantes de uma diferença mais profunda. Um macho é produzido quando o embrião possui um calor suficientemente elevado para "cozer" o sangue excedente, transformando-o em sémem; uma fêmea é produzida quando não possui este poder, e o sangue excedente permanece sangue (como se pode demonstrar pela carga menstrual nas fêmeas). Por outro lado, o embrião é mais quente ou mais frio de acordo com o facto de o sémem do macho ter, ou não, conseguido dominar o material fornecido pela fêmea. Assim, a determinação sexual está, em princípio, presente desde o momento do coito. As partes sexuais são formadas mais tarde em resposta à necessidade, por parte do organismo, de uma espécie de órgão, se tiver o poder de produzir sémem, ou de uma outra, se necessitar de acomodar-se a uma grande quantidade de sangue em excesso que não pode transformar-se em sémem" (Aristóteles apud Ross, 1987:129-130).

Aristóteles, sem dúvida, era um homem de seu tempo e como já havia naquela época a idéia dominante de que a mulher não cria a partir de si mesma, ele, com seus estudos, contribui para o fim da crença de que o homem não tem nenhuma participação na

procriação. Ao contrário, quase atribui toda a responsabilidade ao homem, na medida em que reduz consideravelmente o papel da mulher no processo procriativo. Por exemplo: a semente está no esperma, e este vem do homem. A mulher é desprovida de semente, ela é apenas o receptáculo do novo ser. A menstruação é uma matéria bruta e não contém o calor necessário para a formação da vida.

A hereditariedade não foge aos princípios de desigualdade e inferioridade entre homem e mulher. Nesta linha Aristóteles (apud Ross, 1987:130) explica:

"se o macho prevalece completamente sobre a fêmea, o filho é macho, assemelhando-se, igualmente, ao pai noutros aspectos. Se o macho prevalece, mas o impulso que emana é modificado pela reação da fêmea, o filho é como o avô em vez de se assemelhar ao pai; ou, se o impulso é modificado mais profundamente, ele assemelha-se a um antepassado mais distante do lado do pai. Se o macho prevalece enquanto indivíduo, mas não enquanto macho, o filho é fêmea mas assemelha-se ao pai; se, pelo contrário, prevalece enquanto macho mas não enquanto indivíduo, então é do sexo masculino mas assemelha-se à mãe. Se a fêmea permanece, o filho é fêmea e assemelha-se a ela. Se o elemento feminino, ainda que prevalecendo, é modificado no processo, o filho é semelhante a algum antepassado do lado materno. Se os impulsos produzidos pelos progenitores se confundem, o filho não se assemelha a nenhum antepassado, mas apenas preserva as características da espécie. Finalmente, se a confusão é ainda mais completa, o filho nada mais preserva para além do carácter genérico de ser animal."

A maior parte dos registros testemunham uma posição inferiorizada da mulher grega em relação aos homens. Isto quer dizer que Aristóteles não é o grande e único representante da Época Clássica a manifestar esta concepção a respeito da mulher. Aliás, Aristóteles chega a ser complacente neste aspecto, quando

se trata de muitos gregos anteriores a ele. Hesíodo, um poeta camponês que viveu no século VIII a.C., dizia ser o casamento uma necessidade: "aquele que foge, furtando-se ao casamento, das infelicidades que as mulheres nos trazem, não terá apoio (filhos) na desdita de sua velhice ... Por outro lado, aquele cujo destino é casar, talvez encontre uma boa e sensata esposa. Contudo, mesmo assim, ele verá o mal superar o bem, por toda a sua vida" (Tannahill, 1983:103).

Sólon, legislador do século VI a.C., já havia determinado qual seria a condição feminina, isto é, a de pertencer a um homem - pai ou marido - e a de resguardar-se no seu devido lugar - o domínio privado do lar. A autoridade do pai passava para o marido ou para o irmão mais velho, caso a mulher não se casasse. Mas como era recomendado que a mulher necessitava sempre de um homem para viver, com freqüência elas se casavam mais de uma vez. Dois fatores contribuíam para torná-las facilmente viúvas: a idade avançada de muitos maridos e as contínuas guerras em que a Grécia vivia envolvida.

As crianças gregas já eram educadas de modo extremamente diferenciado, desde o nascimento: os meninos para o bom desempenho nos campos da arte, política, esporte e para a guerra; as meninas para a submissão, o silêncio e a economia doméstica.

Durante o Período Clássico, as únicas mulheres que tinham acesso às letras e podiam se sentir em condições de igualdade junto aos homens eram as **hetairas**. Muitas delas

tornaram-se famosas e respeitadas pelos mais ilustres dos cidadãos. Da companhia dessas mulheres os gregos mais gostavam; contudo, apesar de considerarem uma **Alceste** entediante, era este modelo que eles apreciavam para ter como esposa e não uma letrada, inteligente e atuante **hetaira**, muito embora a respeitassem.

Sobre isso, nada mais significativo do que exemplificarmos como a sociedade ocidental, a partir da convicção da superioridade masculina, definiu não só o papel da mulher, mas como também classifica esse mesmo papel em dois tipos distintos. O primeiro diz respeito à mulher ideal para o casamento, é a **Santa** - esposa, mãe, legítima, protegida, dependente, frágil, frígida, inocente, pura e fiel. O segundo refere-se à **Pervertida** - amante, ilegítima, paga, desavergonhada, impura e infiel. Vale a pena repetir: esta classificação é produto de um mundo pensado, estruturado e organizado sob a ótica patriarcal e de modo conveniente aos homens.

E é no imaginário da Grécia antiga que buscamos dois grandes exemplos que muito bem expressam a Santa e Pervertida. Em **Eurípedes**, **Alceste**, "a melhor das mulheres", esposa de **Admeto**, rei da Tessália. Este, condenado à morte, recebe um favor dos deuses - pode continuar vivendo desde que em seu lugar se apresente um substituto. **Alceste**, diante da recusa de seu sogro, oferece-se para morrer em lugar de seu marido. Com este gesto ela conquista a admiração de todos, tornando-se o símbolo da verdadeira esposa. Foi por um homem que ela se sacrificou, e mais que isso, foi para salvar seu marido, pai de seus filhos, que ela

alia o amor à morte. Porém, antes do encontro marcado com **Thânatos**, precipita-se sobre o leito conjugal, fato este sempre mencionado, pois o quarto do casal é o lugar mais recôndito da casa, e o leito é o lugar de prazer, da entrega total e da procriação. Foi ali que ela derramou suas últimas lágrimas.

Em **Homero**, **Afrodite** é filha da espuma do mar e dos testículos de seu pai **Urano**, que fora castrado pelo filho **Crono**. Dessa junção nasce a "mais bela das mulheres" para ser venerada como a deusa do **Desejo**, a rainha do amor. Imprevisível, volúvel, sedutora e perigosa como o mar. Ela simboliza o amor físico, carnal e sensual, aquele amor da natureza do corpo e da própria necessidade da espécie. O amor colocado sob o signo de **Afrodite** não é o mesmo simbolizado por **Alceste**. O amor da **Santa** é aquele que une a um único homem e se eterniza. O amor da **Pervertida** é aquele que une a vários homens, mas que é efêmero como a espuma do mar.

Alceste e **Afrodite**, não se pode negar, cada uma em seu tipo definido, expressam o papel da mulher, mas enquanto mito expressam a sensibilidade de um povo e de um tempo. A mitologia é produto das meditações poéticas de um povo e de um tempo. Ela traduz a filosofia e a moral e neste exemplo, a realidade grega.

A crença da superioridade masculina no pensamento ocidental tem seu aval mais significativo, a partir da concepção de que um Deus todo-poderoso, único, onipotente e onipresente cria o mundo, todas as coisas e o próprio homem, feito a sua imagem e semelhança.

Segundo Muraro (1992:70), "aqui entramos no mito judaico-cristão, a base da nossa civilização atual. E o mito judaico-cristão é o mito dos que crêem e dos que não crêem nele, dos antigos e dos modernos, porque o mito não é aquilo que ele diz, mas a estrutura psíquica que ele produz."

Do povo hebreu temos como herança um Deus Pai, autoridade absoluta, que ao mesmo tempo nos ama e protege e também nos pune por amor. Este Deus está no centro de tudo, sobre todos e é dotado de uma sabedoria infinita, por isso aprendemos a amá-LO, respeitá-LO e temê-LO. Ele nos vê, conhece nossos pensamentos, passado, presente, e o futuro só a Ele pertence. Diante disso, resta-nos a total submissão e obediência às suas leis. Para nós, mortais, essas leis possuem a mesma idade dos primeiros habitantes deste mundo: Adão e Eva.

Na tradição ocidental, a exegese produzida sobre o mito adâmico, que mais se destacou e que afinal venceu, foi a de Santo Agostinho. Com certeza não passou pela mente criativa de Agostinho a contextualização no tempo e no espaço sobre o Gênese. Afinal, os dois primeiros capítulos tratam basicamente do patriarcado. E ainda, quando o Gênese foi escrito, já haviam se passado alguns milênios do aparecimento das primeiras sociedades agrárias. Isto significa que um suposto e longo matriarcado já havia cedido lugar a novas relações entre homens e mulheres. Há que se considerar também o povo - portanto, o elemento cultural é por demais significativo - que engendrou o mito da criação do homem.

Foram justamente os hebreus os primeiros a fazer a passagem do matriarcalismo para o patriarcalismo. Talvez, se o Gênese fosse interpretado como um texto histórico, ele não seria o aval do castigo, do trabalho como punição, da submissão da mulher, da condenação ao sofrimento no parto como forma de expiar a culpa, da superioridade e autoridade masculina entre outros resultados. Afinal, se havia um Paraíso onde o homem e a mulher recolham o alimento e este era abundante, de fato houve o período em que o ser humano não precisava trabalhar; ele apenas coletava. Se havia harmonia entre o homem e a mulher no Paraíso, os historiadores e antropólogos têm-nos mostrado que de fato não havia disputa entre os gêneros. Agora, a idéia de que foi o homem quem pariu a mulher, ou primeiro foi criado o homem, e de uma costela deste foi extraída a mulher, vem ao encontro de uma necessidade masculina de não querer admitir a igualdade. Caso contrário ele teria dado à luz a sua "companheira", que teria saído do seu ventre. Todavia ela não poderia ser igual ao homem, mas sim inferior, por isso nasceu de uma simples costela.

Na concepção de Agostinho, esta desigualdade vai mais além. Tanto o homem como a mulher foram criações de Deus. No início eles eram apenas criaturas simbólicas e sobre as quais havia total controle de seus corpos. Uma vez que Deus não havia deixado um outro modo para que suas criaturas crescessem e se multiplicassem, Agostinho conclui que o sexo inicialmente era praticado por Adão e Eva, mas somente para procriarem. Não havendo, portanto, nenhum tipo de excitação, de desejo e de

prazer. Era um ato frio e mecânico.

No entanto, Adão e Eva descobrem acidentalmente o êxtase, o erotismo e a reação prazerosa resultante do ato sexual. Para Agostinho, este foi o motivo pelo qual as primeiras criaturas humanas caíram em pecado. A concupiscência ou a luxúria, como ele denominou o ato sexual, produziu inicialmente um estado de extremo prazer, para depois se transformar num sentimento de vergonha e culpa. Quando retomaram a consciência, imediatamente procuraram cobrir as partes sexuais. O sexo era a causa do Pecado Original, por isso a humanidade herdou essa natureza intratável do instinto carnal, como também herdou a vergonha conseqüente do coito.

Sendo o sexo a causa principal da Queda, ele é necessariamente mau. Como todo ser humano é fruto do ato sexual, já nasce com o pecado. Em conseqüência da concupiscência, Adão e Eva passaram de um estado "angelical" para a natureza material, conseqüentemente para a morte. Eles tinham sido criados para a amizade e não para o desejo carnal, na interpretação agostiniana.

Aliando-se à mensagem do Gênese sobre a criação do homem, a qual coloca a mulher numa condição de inferioridade e de ter sido ela a grande responsável pela expulsão de ambos do Paraíso, a exegese agostiniana sobre a Queda, tem-se o resultado do que representa a mulher. Ela é a portadora do mal. Eva é o símbolo do erotismo feminino. De alguma forma a mulher é sexo. A origem do velho mito que diz: "a culpa é da mulher, foi ela quem tentou o homem" está ligada à figura de Eva. Disso conclui-se que

ela é um tipo, um modelo de mulher trazido para o Ocidente, mas não para ser seguido. Toda **Pervertida** é filha de Eva. **A priori**, toda mulher é filha de Eva.

Entretanto, foi trazido também um outro modelo de mulher, e este sim deveria ser seguido - a **Santa**, a virgem, a esposa, a mãe: Maria de Nazaré. Foi através do nascimento virginal de Cristo, que Maria retomou o estado original de Eva. Maria concebeu através do Espírito Santo, por isso ela e o filho estavam isentos do pecado. O corpo dela continuava puro, não havia experimentado o êxtase nem o prazer resultante do ato carnal.

Para Ambrósio, a virgindade de Maria significava que seu corpo não havia sido penetrado por um pênis e nem tampouco seu útero tinha concebido o sêmem masculino. Para Agostinho a virgindade de Maria era antes um ato de extrema obediência. Ela recuperava a harmonia entre o corpo e a alma que era o estado anterior à Queda de Adão e Eva. Diante disso, o Ocidente vai aos poucos substituindo seus modelos femininos, conservando porém a dicotomia entre a **Santa** e a **Pervertida**, e de novo a dualidade entre o homem e a mulher.

O elemento masculino é o dominante. A mulher deve obediência ao pai, esposo e filhos, portanto dominada. Até mesmo da celebração religiosa a mulher não podia participar como dirigente. Deus é masculino. O Redentor que veio nos salvar do pecado de Adão e Eva também é homem. E assim, da assimilação do Cristianismo ao fortalecimento deste, pela tradição da

Patrística, estendendo-se por toda Idade Média, a mulher se viu diante de dois caminhos a serem seguidos: o de Eva ou o de Maria Virgem. Viu-se também fadada ao que estava escrito: "Ele será Teu dono e te dominará."

No século XIII, Santo Tomás de Aquino faz lembrar que a mulher foi criada da costela de um homem para lhe fazer companhia. No entanto esta companhia era para assuntos biologicamente indispensáveis, isto é, para procriar. Não fosse isso, um outro homem seria uma companhia mais agradável. Afinal, o homem nascera para ser o cabeça da família, pelo simples fato de residir nele o "discernimento da razão". A superioridade masculina estava evidente no ato sexual, pois o homem era ativo e a mulher passiva.

Com a ocidentalização do Cristianismo, a mulher foi sendo designada para a sua função de esposa e mãe, oscilando entre uma aparência e outra, mas a essência do significado permanecia. Por exemplo: inicialmente Maria foi mostrada feito imagem que mais parecia uma princesa do que a plebéia de Belém. Com os franciscanos no século XV, ela é despida do luxo e apresentada humildemente vestida. Então ela passa de uma figura aristocrática para uma imagem popular. Se bem que nesse intervalo entre os séculos IV e XV, quem mais representou o papel da mulher foi Eva. Maria reaparece, trazida de Bizâncio, onde tinha muitos devotos.

Além disso, Maria foi mostrada com o filho no colo ainda menino, ou com o filho morto no colo, esperando o Juízo

Final; ou citada numa relação incestuosa, um tanto quanto semelhante a de Jocasta e Édipo, aquela que diz: Maria, mãe e esposa de Cristo. Disso se deduz que uma mesma figura feminina representa o papel da mulher, mãe e esposa.

Por outro lado, há uma terceira mulher, cujo sentido sempre foi negado - Maria Madalena. Esta mulher foi esquecida na passagem da doutrina cristã do Oriente para o Ocidente e faz sentido essa omissão. Ela não podia ser mostrada como modelo, afinal, o seu papel como apóstola a colocava na condição de igualdade com os homens. Quer dizer, quando se levantam para apedrejá-la, ela é salva por um homem. Em que sentido ela era diferente? Não teria sido ela uma mulher atuante na luta pela libertação do povo oprimido?

Na verdade, este modelo de mulher, ou seja, a revolucionária, a que pensa "como um homem", aquela que vai à luta ou foi esquecida ou condenada. É o caso também de Joana d'Arc e de muitas "bruxas" que, como ela, morreram na fogueira. O próprio manual da Inquisição, **Malleus Maleficarum** (1991:34), traz escrito:

"A razão natural para isto é que ela é mais carnal que o homem, como fica claro pelas inúmeras abominações carnis que pratica. Deve-se notar que houve um defeito de fabricação da primeira mulher, pois ela foi formada por uma costela de peito de homem, que é torta. Devido a esse defeito, ela é um animal imperfeito que engana sempre."

Tudo isso para justificar a condenação de inúmeras mulheres, consideradas o símbolo do mal, a morrerem na fogueira.

Eram dois opostos - o crescente culto à Maria Virgem,

ou a função materna - e a crescente repressão do papel da feminilidade do símbolo de Eva e Maria Madalena. A Inquisição escancarou o ódio supremo à sensualidade, ao erotismo, à feminilidade. Não poupou as criaturas que de longe se assemelhassem a estas características.

A caça às bruxas tem seu abrandamento em meados do século XVIII. Foi um século de grandes transformações econômicas e uma virada nas relações humanas, conseqüentes certamente das novas relações de trabalho, ou simplesmente uma reação às novas aspirações do século. O fato é que uma onda de Puritanismo se espalhou por toda a Europa e de lá foi se expandindo para outros continentes. Da Inglaterra, mais precisamente do Império Britânico, surge a mulher modelo dos tempos modernos: é a Rainha Vitória, a Alteza virgem.

De novo a virgem, a pura, a santa, aquela que deve ser seguida, e não só o foi pelas mulheres, como também pelos homens. Se na Idade Média os Cavaleiros adoravam, veneravam Maria Virgem, o comportamento masculino do século XVIII, estendendo-se ao século XIX, foi marcado também pelo cavalheirismo dirigido às damas, mulheres de boa família, àquelas, enfim, que representavam o símbolo da pureza - Vitória.

Não faltaram adeptos do vitorianismo. Em 1842 Sarah Elli publicou um livro na Inglaterra dirigido às mulheres, no qual ela dizia ser fundamental reconhecer:

"(...) a superioridade de seu marido simplesmente como um homem ... No caráter de um homem nobre, esclarecido

e realmente bom, existe um poder e uma sublimidade tão aproximados do que acreditamos ser a natureza e capacidade dos anjos, que ... nenhuma linguagem pode descrever o grau de admiração e respeito que deve excitar a contemplação de tal caráter ... Ser admitida a seu coração - partilhar de seus conselhos e ser a companhia eleita de suas alegrias e tristezas! - é difícil dizer se, nos sentimentos da mulher assim distinguida e assim bem-aventurada, deve preponderar a humildade ou a gratidão" (apud Tannahill, 1983:379).

A esposa vitoriana vivia recolhida no sagrado recinto do lar. E os esposos vitorianos eram aqueles convencidos de que o desejo e o prazer sexual são sentimentos jamais experimentados por uma mulher virtuosa. A descoberta da igualdade na reprodução não modificou nada, pois a igualdade era biológica, portanto pertencia à mãe e não à mulher. Com isso, a era vitoriana reforça a maternidade e o lar como o lugar da mulher.

Na evolução da definição do papel da mulher, tão logo ela passa da condição de igualdade para a de inferioridade em relação ao homem, começa a emergir uma outra dicotomia - público e privado. Desde o momento em que foi estabelecido o lar como o lugar da mulher, enquanto ao homem diziam respeito os trabalhos na lavoura e a participação nas guerras, essa dicotomia não só se manteve como foi se moldando a novas situações, variando apenas na condição sócio-econômica em que homens e mulheres estavam inseridos.

É certo que houve momentos em que por força das circunstâncias a mulher assumia o gerenciamento da lavoura, do comércio, enfim desempenhava o papel do homem. Alterando a situação, ela era imediatamente recolhida ao privado. Exemplo disso eram as freqüentes saídas dos homens para as guerras. Deste

modo, as mulheres também eram consideradas uma reserva de força de trabalho.

Em meados do século XVII, o lugar da mulher estava definido por classe social. As burguesas permaneciam encerradas ao recinto sagrado do lar e as de nascimento pobre, desde muito cedo, já buscavam garantir a própria sobrevivência, empregando-se como domésticas. Com o avanço do capitalismo industrial, mais e mais mulheres foram engrossando as fileiras da chamada classe operária, muito embora a distinção entre homem e mulher também estivesse presente nas fábricas, sobretudo no salário. Para uma função e produção igual, o homem chegava a receber exatamente o dobro de uma mulher.

Essa condição injusta não permitia, na maioria dos casos, que uma mulher conseguisse sobreviver com o fruto do seu trabalho. Isso levava muitas operárias a complementar seu sustento na prostituição ou a casar-se para contar com o auxílio de um homem. Em ambos os casos, configura-se a dupla jornada de trabalho. Sim, porque uma mulher operária, com raras exceções, casava-se com um homem economicamente bem sucedido, e que, podendo manter serviços domésticos, livrasse-a do trabalho na fábrica e em casa. A prostituta avançava em horários para se garantir e, além de ser explorada pelo dono do capital, era também explorada pelos intermediários do comércio sexual, entre eles os que ofereciam proteção, os que alugavam os aposentos para os encontros, entre outros.

O modo de produção capitalista se põe absoluto e

soberano. Ao redor das fábricas nos grandes centros, começam a se formar os bolsões de miséria. A mulher, que durante séculos foi educada para ser esposa, mãe e dona de casa, assume uma nova condição, que é oposta a tudo aquilo para o qual ela foi emocionalmente produzida. Disso lhe restou a dupla função: por um lado o homem despreparado para conviver e aceitar estas novas exigências econômicas sobre a mulher, e de outro, ela própria sem alternativas viáveis, acaba cumprindo o papel para o qual foi educada e o novo para o qual as condições materiais a exigem. Isto é resultado do baixo salário que lhe é pago e da falta de creches e outras alternativas necessárias para que a mulher evitasse a sobrecarga de trabalho.

Além disso, a religião cristã - católica e protestante - até certo ponto, respaldava a exploração capitalista. A primeira pregava a resignação do pobre dizendo que, quanto mais pesada fosse a sua cruz, mais era amado por Deus e mais aumentava sua certeza de um lugar no Paraíso. A segunda, incentivava a obediência e a dedicação ao trabalho como forma de expiar o corpo, sequioso de prazer. Na verdade, o sistema necessitava deste tipo de trabalhador: dócil, reprimido e produtivo. A contribuição religiosa neste processo de normatização do ser humano resultou na formação de indivíduos conformados e submissos. Com isso, passariam adiante, reproduzindo em seus filhos a mesma educação. E assim, as gerações futuras de operários do capital estariam asseguradas.

Dois tipos de mulher foram se formando na Idade Moderna. Para as nascidas em berço burguês, o modelo foi a Rainha

Vitória, isto é, a feminina, rainha do lar, a virtuosa, a mãe, a romântica, ou seja, reduzida ao privado. Competia ao homem da mesma origem se destacar no espaço público. Os grandes romancistas da época retratam este período com seus heróis bem sucedidos social e economicamente, sendo finalmente dobrados pela fragilidade e pureza de uma jovem mulher. O outro tipo de mulher conserva novamente a dicotomia entre o público e o privado, pois diz respeito àquela que, nascida em berço pobre, precisou ir à luta, conquistar seus direitos, trabalhar para sobreviver. Ao mesmo tempo, ela significa um escândalo e uma ameaça, à medida que vai aos poucos conquistando sua independência, ainda que apenas econômica. Então, temos a mulher destinada ao privado, e aquela que assume, como o homem, o espaço público.

A nova mulher, na verdade, já havia surgido em outros tempos, mas sempre foram colocadas pela história contada como casos esporádicos e não raro foram as condenadas à morte. Por exemplo, na Revolução Francesa de 1789, onde a mulher teve papel importante na derrubada da monarquia, com destaque para Olympia de Gouges e Madame Roland, que acabaram na guilhotina acusadas de subverterem a ordem pelo tipo de comportamento não condizente para uma mulher.

Em 1848, importantes acontecimentos tendem a mudar a história dos oprimidos e explorados de grande capital. Com Marx e Engels, o **Manifesto Comunista** conclama a classe trabalhadora a se unir. Com as primeiras feministas, é realizado um encontro nas proximidades de Nova York, cujo manifesto é uma chamada à união

das mulheres. A luta das mulheres toma corpo, porém ainda com reivindicações muito particulares, sem um engajamento em questões mais amplas vividas pelo proletariado no mundo todo. Enquanto isso, a luta dos operários chega à formação de sindicatos, organiza-se, cresce e, já no início do século XX, consegue uma virada significativa em alguns países.

Uma das figuras mais atuantes, no final do século XIX, no movimento operário, sindical e partidário, foi Rosa Luxemburgo, uma polonesa, descendente de judeus. Desde a sua mocidade dedica-se à luta contra a exploração capitalista e, de um modo geral, opõe-se a todo tipo de opressão do ser humano.

Nasceu em 5 de março de 1870, na região de Zamoc, parte polonesa que pertencia à Rússia. Viveu sua infância e juventude em Varsóvia onde também realizou seus estudos. E foi em Varsóvia também que ela deu seus primeiros passos rumo à resistência, iniciando-a pelo movimento estudantil. A primeira e grande represália acontece, quando a direção do colégio se recusa a entregar a Rosa a medalha de ouro que merecia pelo primeiro lugar no curso ginásial. Acusada de insubordinação e oposição às autoridades, conclui o ginásio e se insere em movimentos mais amplos até que em 1889 necessitou exilar-se em Zurique, na Suíça.

Vivendo em Zurique, ela prossegue seus estudos universitários e também se alia a outros exilados para compor uma frente de luta. Nessa época também, Rosa encontra-se com Leo Jogiches, um exilado lituânio, por quem se apaixona e com ele vive o seu mais significativo amor.

Doutorou-se em Zurique, com tese na área da Economia Política. Contudo, não é ali que ela realiza suas maiores contribuições na luta partidária. É na Alemanha que Rosa passa a desempenhar um trabalho que considerava educativo, junto ao movimento operário. Assim, viveu entre passagens por diversos países europeus, com períodos de trancafiamentos nas prisões e auto-retiradas para tratar sua saúde. No entanto, mesmo afastada fisicamente, Rosa não abandonava a causa e debruçava-se a escrever como forma de continuidade sua, no processo revolucionário daquele momento.

Em 15 de janeiro de 1919, Rosa é presa pela última vez e junto com seus companheiros Liebknecht e Pieck é morta a coronhadas. Seu corpo foi atirado a um canal, como forma de extinção total daquela oponente força contra a dominação imperialista sobre a classe trabalhadora.

Assassinaram Rosa, mas não mataram suas idéias e nem conseguiram derrubar os alicerces que ela assentou. Rosa, neste trabalho, simboliza a Outra dos tempos modernos. Contudo ela é muito mais que isso, é a Nova Mulher. É aquela que pensa, que produz, que se une aos homens na rua, na luta e na condição da igualdade possível. Mostrou que ser mulher é também ser sujeito na transformação social. E como tão bem a definiu Muraro, "a mais importante **pensadora** do século XX. Talvez tenha sido ela a grande profetisa do que pode vir a ser o Estado no século XXI" (1992:197).

Paralela ao processo revolucionário emergente no

continente europeu, produzia-se também, uma outra forma de revolução - a de se pensar o homem e a mulher na ótica da psicanálise. Era Sigmund Freud que, de Viena, em contato com outros estudiosos sonhava desvendar o querer da mulher.

Nesse contexto, destacamos como relevante o conteúdo de uma carta escrita em 1883, em que Freud responde à sua noiva Martha, comentando a respeito do que ela lhe diz sobre o ensaio de John Stuart Mill - **A Emancipação das Mulheres**. E para tal nos fundamentamos no livro **Freud e a Mulher** de Assoun (1993).

Naquela ocasião, o ensaio de Mill não só era um campeão de vendagem como de fato colocava em questão a situação social da mulher. Tratava-se também de um ensaio de cunho feminista o que causou em Martha uma impressão positiva e isto ela deixa transparecer quando comenta em sua carta dirigida ao noivo.

Freud, de certo modo, comportava-se como orientador de Martha, então responde-lhe expondo claramente sua posição sobre o assunto:

"Talvez ele mostre ter sido, dentre os homens deste século, o mais capaz de se libertar dos preconceitos vigentes. (...) Em contrapartida, e essas coisas sempre andam juntas, faltou-lhe, em alguns pontos, o senso do absurdo (...) por exemplo, no que concerne à emancipação das mulheres e às mulheres em geral. (...) Lembro-me que um dos principais argumentos, na obra de Mill, era que não havia nada de impossível em uma mulher casada ganhar tanto quanto o marido (...) Concordamos segundo creio, você e eu (subentenda-se: realmente espero que você não pense de outra maneira!), em considerar que a direção da casa, a educação dos filhos e os cuidados a lhes serem prestados assoberbam inteiramente um ser humano, e praticamente excluem qualquer possibilidade de ganhar dinheiro, mesmo que os afazeres domésticos sejam simplificados e que a mulher se liberte da limpeza do pó, da arrumação, da cozinha,

etc. (...) E igualmente impensável querer lançar as mulheres na luta pela vida, à maneira dos homens. (...) Deveria eu, por exemplo, considerar minha meiga e delicada amada como uma concorrente? (...) Nesse caso, eu acabaria por dizer-lhe, como fiz há dezessete meses, que a amo e que empregaria todos os meios para retirá-la dessa concorrência, e que lhe atribuo como domínio exclusivo a pacífica atividade de meu lar. (...) É possível que uma nova educação consiga sufocar todas as qualidades delicadas da mulher e sua necessidade de proteção, que em nada impede suas vitórias, de maneira a que ela possa, como os homens, ganhar a vida" (p. 149-151).

Freud nos parece bastante convicto ao expressar-se sobre uma nova condição da mulher, tanto que para ele a independência econômica da mulher necessitava primeiro passar por um novo processo de formação da própria mulher. E naquele momento, a mulher já tinha o bastante para ocupar-se nas suas tarefas domésticas. Isto significa que ele diferenciava bem os dois papéis. Para o homem, os encargos - no espaço público -, que garantissem o bem-estar da família e para a mulher, as tarefas - no âmbito privado -, que assegurassem a tranquilidade do marido e a boa educação dos filhos.

Uma outra questão preocupante para Freud dizia respeito à "natureza" da mulher. Algo parecido com as idéias de Aristóteles, quando na mesma carta ele assim se expressa:

"Em termos gerais, é possível que, nesse caso, estejamos errados em deplorar o desaparecimento da coisa mais deliciosa que o mundo tem a nos oferecer: nosso ideal de feminilidade. (...) Creio que todas as reformas legislativas e educacionais fracassarão, em decorrência do fato de que, muito antes da idade em que o homem pode garantir uma situação para si em nossa sociedade, a natureza decide sobre o destino da mulher, ao conceder-lhe a beleza, o encanto e a bondade (ibid p.150).

É de fato semelhante a dicotomia aristotélica,

sociedade-natureza como algo que se sobrepõe à dualidade homem-mulher. Mas este que estamos a analisar, trata-se do homem Freud de vinte e sete anos de idade. Apenas noivo de Martha, com quem mantinha assídua correspondência em função da distância e do tempo que os separavam, e com ela dialogava suas conturbadas investigações. Mas acima de tudo, era o homem que se retratava à mulher que mais amava.

Era apenas o começo de sua imensa trajetória rumo ao desvendamento da alma humana. E dessa, ele admitia, ser a mulher o grande impasse. Primeiro vieram as histéricas e com elas, quando ele acreditava ter conseguido resultados surpreendentes, na verdade, nada era possível concluir. Escreveu e publicou **Estudos sobre a Histeria**, trabalho este tão significativo para a produção da psicanálise quanto sua auto-análise. Às vezes cansado, e mais complicada ainda se enveredava sua pesquisa, Freud desabafava, dizendo:

"(...) que a arte dá (aos artistas) uma chave que permite penetrar facilmente nos corações femininos, enquanto nós - investigadores imersos nos pormenores de uma pesquisa científica - continuamos embaraçados diante dessa estranha fechadura, e somos obrigados a torturar nossa mente para descobrir a chave que lhe convém" (apud Assoun, 1993: 91-93).

Freud também admitia ser a mulher vítima de um fardo pesado, mais precisamente a procriação, por isso os estudos sobre ela requereram mais tolerância e não simplesmente um julgamento como seres atrasados em relação ao homem. Ele necessitou sim de um longo processo clínico e teórico, para poder exprimir o que, às vezes, tão tendenciosamente depõe contra sua tese, a

castração. Trata-se da polêmica interpretação de que a mulher sofreu ao descobrir "a falta" ou seja, a ausência do **phallos** ou a inveja do pênis.

Para Freud, existe um momento importante e decisivo na vida de todo ser humano:

"(...) o momento da descoberta daquilo que ele chama de diferença sexual anatômica. Se, até então, os meninos e meninas acreditavam que todos os seres humanos eram ou deviam ser providos de pênis, a partir desse momento "descobrem" que o mundo se divide em homens e mulheres, em seres com pênis e seres sem pênis" (Kupfer, 1989:79).

Para sermos mais exatos, essa descoberta não trata simplesmente da distinção entre um e outro, mas do sentimento desencadeado a partir dela. O menino, por exemplo, poderá imaginar que a menina é igual a ele, contudo "ainda não nasceu" o pênis. Ou ainda de sofrer, temendo se tornar igual a ela, isto é, vir a ser de algum modo castrado. A menina, por sua vez, tenta inicialmente explicações concretas para essa ausência. Cria expectativas sobre o "quando irá nascer o seu" ou, sem nenhuma orientação que lhe conforte, certifica-se de que já foi castrada. A isso Freud (s.d.) denominava de angústia da castração.

No entanto, é na descoberta do complexo de Édipo que Freud garante ser universal, onde meninos e meninas ao vivenciá-lo se "definem" enquanto homens e mulheres. Os devidos referenciais de masculino e feminino as crianças extrairão, em primeiro plano, do pai e da mãe e na ausência de um ou de ambos, seguramente encontrarão outros substitutos.

Eis a chave do tesouro. A questão do ser homem e do

ser mulher, no ponto de vista freudiano, inicia-se não ao nascimento enquanto biologicamente constituídos, mas sim a partir da vivência do Édipo, em relação aos modelos postos na vida de cada um. E nada, portanto, dá-se igual, são múltiplas as relações edípicas de cada indivíduo. A partir disso se produziram muitas versões sobre Freud e a mulher, algumas, inclusive, reducionistas que o colocavam numa posição de defensor da superioridade masculina.

Em nossa pesquisa, não nos interessa emitir julgamentos no que se refere aos estudos de Freud sobre o homem e a mulher. Ao concordarmos com idéias de que ele não teria sido muito gentil para com o elemento feminino, estaríamos desrespeitando o esforço e a seriedade empenhados do início ao fim de seus estudos sobre a alma da mulher.

Para ele, a mulher foi sempre um grande enigma e sobre isso nunca fez segredos. Em 1926 quando escreveu *A Questão da Análise Leiga*, Freud revela: "A vida sexual da mulher adulta, entretanto, ainda é um continente negro para a psicologia" (apud Assoun, 1993:21).

Freud, porém, inaugura um conceito a partir da importância que a mulher tem na vida de cada um, dividindo-a em três funções distintas: a geradora (mãe), a companheira (esposa) e a destruidora (morte). E segundo Assoun (1993), é apenas na condição de mãe que a mulher se decifra para o homem. Isto significa que a maternidade em si se apresenta nas três formas: "a própria mãe, a amada que lhe acolhe segundo a mesma imagem e

por fim, a Mãe - Terra, que novamente o toma" (p. 33).

Dessa forma, se nos reportarmos à tragédia de Sófocles, Jocasta nos é o símbolo da **Mãe** (geradora), da **Amante** (desejada) e da **Morte** (vontade). Afinal, segundo Freud, a vontade inerente em cada um é o retorno à imutabilidade. Assim, feito incógnita nos fica essa trilogia da mulher que se produz enquanto "fêmea" a partir da frustração e da angústia de não ser igual. A ela lhe "falta"; a ele, a prepotência lhe garante o papel do senhor, protetor, do Grande-Pai.

CAPÍTULO II

AS RELAÇÕES AMOROSAS E CONJUGAIS NAS DIFERENTES ÉPOCAS

2.1 - Antiguidade Clássica

Na Antiguidade greco-romana, o modo de produção era composto basicamente pelo escravagismo. De um lado, o escravo sem direito algum, de outro, os senhores livres, proprietários dos meios de produção, dos escravos e do fruto do trabalho destes. Naquela época, a ociosidade era considerada a perfeição do homem livre e o trabalho manual e servil era desprezado.

Platão (apud Anderson, 1989:27) dizia que "o trabalho permanece alheio a qualquer valor humano e em certos aspectos parece mesmo a antítese do que seja essencial ao homem." O direito, a moral, a política, a filosofia e a religião eram privilégios dos homens livres. Aliás, "o escravo não possui de forma alguma a faculdade de deliberar, enquanto a mulher a

possui, mas sem autoridade plena" (Aristoteles, 1985:32).

O mundo Clássico era definido pela combinação da cidade com o campo, do mar como meio de promover a troca de mercadorias e pelo modo de produção escravo - invenção decisiva de gregos e romanos - que constituiu a base para as grandes realizações daquela época; se bem que cada formação social concreta não é e nunca foi definida por um único modo de produção, mas sim de diferentes modos, e a Antiguidade não pode ser colocada como exceção.

No século IV a.C., Aristóteles referia-se à escravidão com absoluta naturalidade. Para ele os Estados tendiam a reunir escravos em grande número. E Xenofonte, ao planejar formas de restaurar as fortunas de Atenas, defendia a existência de escravos públicos na proporção de três para cada cidadão livre.

Na concepção romana, o escravo, principalmente aquele destinado à agricultura, era considerado um *instrumentum vocale*, ou seja, uma ferramenta que fala. E ainda, um *instrumentum semi vocale*, quando comparado a um grau acima do gado e um *instrumentum mutum*, quando colocado dois graus acima do implemento agrícola. Tanto na Grécia quanto em Roma, a riqueza e o conforto usufruídos pela aristocracia urbana, nada mais eram do que o excedente produzido às custas da total perda da liberdade e individualidade do trabalhador transformado em objeto de compra e venda - o escravo.

Cientes destas contradições, passaremos a analisar como

se processaram as relações amorosas e conjugais na Antiguidade Clássica. Por isso optamos por uma forma de estudo colocada na seguinte ordem: Grécia, Roma e Civilização Cristã. As duas primeiras como base para compreensão do mundo antigo e a terceira como forma de entender a sociedade feudal.

2.1.1 - Grécia

A nobreza de espírito conjugada com a beleza física, para os gregos, eram qualidades sempre inseparáveis, apontadas em seus deuses e heróis. A beleza era como que indivisível, pois um corpo bonito necessariamente era habitado por um espírito elevado. Isso talvez porque eles acreditavam na existência de uma simetria em tudo aquilo que diz respeito à moral, à matéria e à metafísica. Beleza e harmonia eram fundamentais na forma pela qual os gregos concebiam o mundo e as instituições sociais.

A pederastia, por exemplo, cujo conceito moderno define a atração sexual de um adulto por um criança, relação sexual entre um homem e um rapaz bem jovem ou homossexualismo masculino, é um termo de origem grega (Paiderastia), portanto, usado já na Antiguidade; contudo, designava o amor de um homem por um rapaz que já tivesse ultrapassado a puberdade, mas que ainda não havia se tornado adulto. Nessa relação também se enaltecia a beleza. A vaidade era uma questão bilateral, isto é, apreciada por ambas as partes.

Para ficar mais claro, a pederastia na Antiguidade grega não dizia respeito à homossexualidade entre adultos, fato

raramente testemunhado, nem tampouco a relacionamentos entre adulto e criança, o que era considerado ilegal. Sólon, legislador do VI século a.C., impôs a pena de morte a todo adulto que fosse apanhado seduzindo um rapaz antes da puberdade, da mesma forma a um escravo que viesse a ter esse tipo de relacionamento com jovens nascidos livres. A única forma aceita era a pederastia educacional.

Da origem dessa prática, ou seja, um adulto proteger um rapaz, no sentido de assumir responsabilidade pelo seu desenvolvimento moral e intelectual através da delicadeza, dedicação e amor, sabe-se muito pouco. Alguns autores presumem que ela tenha surgido em Atenas por volta do século VI a.C. e, sendo essa prática de origem espartana, deduz-se que os atenienses tenham naquela época imitado seus vizinhos.

Todo homem que incentivasse um jovem livre a exercer profissionalmente a pederastia, corria o risco de perder seus direitos cívicos para sempre. Isso demonstra que, além da pederastia educacional que era aceita, havia tentativas de exercê-la de outras formas, e tal como no conceito moderno, eram desaprovadas.

Sem a pretensão de vincular diretamente uma coisa à outra, o período em que a pederastia foi fortemente adotada na Grécia antiga coincide com a época de maior expressão do pensamento clássico. Se a pederastia fosse algo mantido em segredo, poderíamos utilizar o conceito freudiano de sublimação, porém não se trata deste caso. Também não nos compete concluir se

o amor exercido livremente entre um adulto e um adolescente, viesse resultar em feitos artísticos e culturais. Pode haver, sim, uma relação entre pederastia e produção cultural, contudo acreditamos que por si só não haveria esse resultado, mas uma série de relações com outros fatores evidentes na mesma época que tendiam não só ao disciplinamento físico como também ao domínio filosófico.

Parece imaturidade teórica inferir, por exemplo, que a teoria do amor desenvolvida por Platão teria sido diferente, caso seus fundamentos tivessem se pautado no amor heterossexual. Em seu tempo, o que venceu foi o amor homossexual. Por isso não nos sentimos autorizados a dizer que, caso não fosse o clima homossexual predominante em sua época, Platão não teria se expressado como o fez e nem tampouco imortalizado seu pensamento, presente ainda nos dias de hoje na chamada moderna civilização ocidental.

Em se tratando de pensadores políticos, Platão, como tantos outros, mostrava-se acima das paixões amorosas, uma vez que estas, homossexuais ou não, levavam o homem a perder o controle, tornando-o um vil cidadão. Melhor seria vencer o prazer.

Sobre a pederastia, Platão chegou a escrever leis onde esta prática era banida, uma vez que ele próprio acreditava ser um relacionamento contra a natureza, pois conforme ele supunha os animais não se uniam aos outros do mesmo sexo.

Com isso, interpretamos que Platão não estava simplesmente se colocando contra a pederastia, sugerindo que a paixão fosse dirigida apenas às mulheres. Entendemos que sua posição era contrária a toda paixão e que a sexualidade fosse, então, conduzida somente à procriação.

De qualquer modo, a pederastia entre os gregos é um tema bastante polêmico e tem sido interpretado de diferentes formas pelos pensadores modernos. Para uns, ela teria sido irrelevante; outros a teriam ignorado; para outros, ainda, ter-lhe-ia sido atribuído grande valor. Do mesmo modo tem sido feito sobre a questão da mulher na Antiguidade grega. Porém a evidência maior é que para os gregos a mulher era considerada inferior, física e mentalmente. Em termos de direitos civis, a mulher não era melhor que um escravo.

Se a pederastia foi procedimento copiado dos espartanos, dizem alguns estudiosos que a inferiorização das mulheres surgiu por volta do segundo milênio a.C., ocasião em que os bárbaros dórios se estabeleceram na Grécia. Sabe-se, porém, que os dórios dispensavam um tratamento bem mais cortês às mulheres do que os atenienses.

Para os gregos, a mulher pertencia sempre a um homem. Era sujeita inicialmente à autoridade paterna ou de um parente próximo, até ser submetida à autoridade de um esposo através de um casamento arranjado. Passava a maior parte do tempo em seus aposentos, entretida em "afazeres femininos"; não tinha direito à educação formal; a vida política não era para ela; saía à rua

somente acompanhada; o contato com homens era limitado apenas com o esposo ou com parentes; nem mesmo podia sentar-se à mesa na hora das refeições, principalmente se havia convidados.

Essa prática visava manter a mulher distante do saber. Os gregos acreditavam que a convivência com os homens levaria a mulher a apropriar-se dos conhecimentos de literatura, filosofia e política. E isso era privilégio dos homens. Daí se pode compreender o espanto com que se recebera *A República* de Platão, em que o autor defendia a possibilidade de as mulheres serem administradoras da cidade, mesmo que depois, Platão voltasse atrás na sua formulação a respeito das mulheres.

O homem podia repudiar a esposa sem qualquer motivo. Isto era direito legal; a mulher só podia fazê-lo em casos de provocação extrema por parte do marido. Alguns direitos concedidos à mulher autorizavam-na a freqüentar o teatro e o festival destinado às mulheres. Contudo, para os homens ela continuava a ser apenas *gyne* - portadora de filhos. Esta forma de conceber a mulher no mundo antigo não era exclusiva dos gregos, mas algo semelhante ocorria entre hebreus, babilônicos e egípcios.

Os gregos, porém, acreditavam ser as mulheres destituídas de razão, por isso lhes negavam o direito à educação formal. Acreditavam também serem dotadas de uma hipersexualidade, pois queixavam-se com freqüência da ausência do marido ao leito conjugal e de eles faltarem à moral, uma vez que elas criticavam os homens pelo tempo dedicado à filosofia.

Isso fica evidente quando se analisa a figura da mulher e o papel que elas exerciam nas tragédias gregas. Mesmo as heroínas são maculadas de alguma forma. Afrodite e Helena de Tróia, por exemplo, eram tidas como bonitas e sedutoras, porém desavergonhadas.

O casamento era tido como uma condição de segurança para a velhice. Ou melhor, era a forma de se ter os filhos, apesar dos aborrecimentos por que um homem necessitava passar para ter ao seu lado uma mulher. As qualidades exigidas para que uma mulher fosse considerada boa esposa, eram: castidade, sensatez, conhecimentos em costura, fiação e tecelagem, capacidade para administrar os empregados, ser contida quanto aos gastos a fim de colaborar na conservação dos bens do marido, e gerar filhos. Para isto ela teria que ceder ao marido quando havia a intenção de ter herdeiros.

A essa forma pouco gentil de tratar as mulheres, atribui-se o surgimento de alcoviteiras que providenciavam encontros clandestinos com outros homens para as mulheres casadas. Como esta prática era muito arriscada para a mulher, a maioria optava por formas menos complicadas, ou seja, satisfazer-se sexualmente através da masturbação e relacionamentos homossexuais.

Da Grécia antiga, sabemos muito mais sobre a vida privada dos homens do que das mulheres. Os poucos escritos sobre isso nos contam que havia naquela época um objeto chamado **olisbos** ou **dildo**, sob o formato de um pênis esculpido em madeira

ou confeccionado em couro que, lubrificado com óleo de oliva, garantia às mulheres um jeito de se auto-satisfazerem sexualmente ou a penetração numa relação homossexual. Inicialmente as mulheres homossexuais eram chamadas de **tribades** e posteriormente **lésbicas**, devido à Ilha de Lesbos, onde a poetisa **Safo** dirigiu uma academia para mulheres jovens.

Além disso, os poemas de **Safo** também são polêmicos. Há quem acredite que eles não passem de inspiração puramente espiritual; outros, porém, consideram-nos como verdadeiros ensinamentos voltados às práticas homossexuais; e outros, ainda, discutem sobre o significado dos mesmos, uma vez que possivelmente tenham mudado de significado, quando traduzidos do dialeto lesbiano para o grego.

A forma de amor mais elevada era a do amor pelo ser igual. Ao homem era degradante amar o ser inferior - a mulher. O elemento masculino era descrito como um ser superior, com qualidades e virtudes capazes de provocar no próprio homem um sentimento de admiração e desejo. Ao mesmo tempo, os defeitos atribuídos ao elemento feminino acabavam por despertar diferença e os homens o relegavam ao plano sexual - procriativo.

Não se sabe ao certo, mas as longas ausências dos maridos que se afastavam para a guerra, a indiferença por parte dos homens em ter companheiras no amor e a forma como as mulheres sempre foram tratadas pelo pai e irmãos, bem como por toda a sociedade estruturada na supervalorização do elemento masculino, talvez tenham estimulado o surgimento de um sentimento de

solidariedade entre elas, também expresso na forma de amor homossexual entre as mulheres na Grécia antiga.

Contudo, no final do século IV a.C. e, mais ainda, no século III, o amor heterossexual passou a ter uma importância significativa entre os gregos. Os homens passaram a prestar mais atenção nas mulheres, porém ainda não nas esposas. Através da arte, onde o nu era exclusivamente masculino, por ser a beleza um atributo do homem adulto, começaram a surgir estátuas de mulheres envoltas em poucos véus. No teatro, o amor heterossexual também foi mostrado, apesar dos papéis femininos serem representados ainda por rapazes.

O novo interesse ficou evidente também no fato de a prostituição se alargar e se tornar um negócio rentável. As **hetairas** eram as cortesãs da época. Eram respeitadas pela beleza e inteligência, sendo muitas delas conhecedoras da literatura clássica. Por isso mesmo é que os homens atenienses as admiravam.

Essas mesmas qualidades atribuídas às **hetairas** não eram esperadas das esposas. As esposas não podiam sequer sentar-se às mesas com os maridos, tampouco participar de uma conversa inteligente. A elas diziam respeito os filhos, a casa e a religião. Ao contrário, as cortesãs que provinham de camada social humilde, aprendiam desde cedo as artes sociais. Por isso era raro uma **hetaira** mal-sucedida. Muitas exerceram influência política, quando seus amantes eram homens ligados ao poder. Isto ocasionou protestos por parte dos atenienses, bem como gerou crítica ao costume que elas tinham de extorquir dinheiro em

solidariedade entre elas, também expresso na forma de amor homossexual entre as mulheres na Grécia antiga.

Contudo, no final do século IV a.C. e, mais ainda, no século III, o amor heterossexual passou a ter uma importância significativa entre os gregos. Os homens passaram a prestar mais atenção nas mulheres, porém ainda não nas esposas. Através da arte, onde o nu era exclusivamente masculino, por ser a beleza um atributo do homem adulto, começaram a surgir estátuas de mulheres envoltas em poucos véus. No teatro, o amor heterossexual também foi mostrado, apesar dos papéis femininos serem representados ainda por rapazes.

O novo interesse ficou evidente também no fato de a prostituição se alargar e se tornar um negócio rentável. As **hetairas** eram as cortesãs da época. Eram respeitadas pela beleza e inteligência, sendo muitas delas conhecedoras da literatura clássica. Por isso mesmo é que os homens atenienses as admiravam.

Essas mesmas qualidades atribuídas às **hetairas** não eram esperadas das esposas. As esposas não podiam sequer sentar-se às mesas com os maridos, tampouco participar de uma conversa inteligente. A elas diziam respeito os filhos, a casa e a religião. Ao contrário, as cortesãs que provinham de camada social humilde, aprendiam desde cedo as artes sociais. Por isso era raro uma **hetaira** mal-sucedida. Muitas exerceram influência política, quando seus amantes eram homens ligados ao poder. Isto ocasionou protestos por parte dos atenienses, bem como gerou crítica ao costume que elas tinham de extorquir dinheiro em

demasia de seus clientes.

Além das **hetairas**, havia as concubinas, que na escala social ficavam abaixo das primeiras. Sobre elas pouco se registrou. Sabe-se que na Época Clássica não era costume comum manter relacionamentos secundários com mulheres, e isto parece ter diminuído em virtude da preferência que os homens demonstravam pelos rapazes, pelas **hetairas** e pelas jovens de bordel. As concubinas ficavam numa situação difícil, pois não conseguiam a independência das **hetairas**, nem a proteção das esposas legítimas, e quando os homens desejassem, poderiam abandoná-las ou vendê-las para um bordel.

Já as mulheres de bordel eram bastante procuradas, pois atraíam os homens, ficando expostas com os seios nus envoltas em gazes finas. Pelo preço que era cobrado, o acesso às mesmas estava ao alcance de todos. Os bordéis eram autorizados pelo Estado desde que pagassem uma taxa anual. E, além das prostitutas de bordel, havia as de rua e as de calçada, principalmente em Corinto, onde as mulheres aguardavam os marinheiros.

Afrodite reunia mais de mil mulheres, famosas pela dedicação que prestavam à deusa e aos homens que procuravam os favores dela. As **hetairas** de **Afrodite**, além dos préstimos amorosos, desempenhavam um papel religioso. Elas ofertavam sacrifícios e orações pela nação. Por isso foram o primeiro grupo de mulheres a alcançar um entendimento com os homens. Sólon elaborou o que se pode chamar de organização do prazer na cidade de Atenas. Para ele a prostituição tinha a função de servir os

jovens afoitos, de preservar a pureza da raça e de proteger a castidade das mulheres livres.

Ele também foi responsável pela divisão dos cidadãos em classes, inclusive as mulheres. No caso dos homens, a classificação se deu pela fortuna que possuíam, e no caso das mulheres, os critérios fundaram-se nas atribuições sexuais: as prostitutas para o prazer, as concubinas para os cuidados diários, e as esposas para garantir uma descendência legítima e exercerem o papel de fiéis guardiãs do lar. O respeito para com as esposas era devido apenas pelo papel que elas cumpriam ao pôr no mundo os futuros cidadãos. E para com as prostitutas, o respeito não passava de tê-las como objeto de prazer.

Infeliz da mulher nascida na condição de escrava. Desde cedo era negociada, exposta nas calçadas, para que algum proxeneta pagasse aos pais da menina uma quantia insignificante. Mas dava-se ao comprador o direito de prostituí-la o mais cedo possível, para que o lucro também compensasse o tempo investido em criá-la. Esse tempo, às vezes, era muito breve: algumas meninas eram comercializadas com apenas cinco anos de idade.

Havia casos em que casais, que usufruíam da condição de cidadãos livres, compravam meninas para fazê-las passar por filhas legítimas e, conseqüentemente, obter um lucro maior ainda, pois na condição de meninas livres, o valor pago a elas era mais alto, fazendo com que os homens que as procurassem também fossem cidadãos mais afortunados. A lei era clara e rígida para esses casos. Tanto os pais (proxenetas) quanto os amantes corriam o

risco de serem destituídos de seus cargos políticos, cívicos e religiosos.

Na relação com os pobres, homens e mulheres, nascidos escravos, valia tudo. Eram roubados, raptados e traficados desde a mais tenra idade. Alguns para trabalhos domésticos, outros para funções na lavoura e pecuária, outros, ainda, para todo tipo de trabalho, variando conforme a necessidade de quem os comprasse. E uma grande parte era destinada à prostituição. Neste caso eram selecionados pelos dotes físicos. Uns ficavam a serviço de seu dono, e outros eram comercializados na intenção de obter o máximo de lucro.

Aos ricos, homens e mulheres, nascidos livres, essas mesmas relações - amorosas e conjugais - eram estabelecidas por leis, que de certo modo garantiam um pouco de respeito e dignidade à condição de pertencerem à espécie humana, principalmente os homens. É neste contexto que se inserem os escritos de Aristóteles, pois ele parece ter sido um dos primeiros filósofos a se dedicar ao estudo do relacionamento entre os sexos. Insistiu na complementaridade "natural" entre os sexos, o que posteriormente serviu de referencial para outros pensadores e influenciou nas concepções medievais, como por exemplo, na de Santo Tomás de Aquino.

Para Aristóteles, a espécie humana se inclina naturalmente à formação de casais, pois a reprodução é comum e necessária aos homens. Diferentemente dos outros animais, os homens unem-se também para as diversas finalidades da vida. E com funções distintas entre si, homens e mulheres se unem também com

o propósito de formar capital comum e terem seus filhos, os quais constituem um laço de união, uma vez que os casais sem filhos separam-se facilmente.

Aristóteles também dizia que "o acasalamento de pessoas muito jovens é mau para a procriação, pois, em todas as espécies de animais a descendência de criaturas jovens é mais imperfeita e predominantemente de fêmeas, e de tamanho pequeno" (Aristóteles, 1985:259).

Preocupado com uma descendência sadia, com o futuro garantido através de herança e com o controle populacional, Aristóteles sugere a idade ideal para o casamento: para os homens, aos trinta e sete anos e, para as mulheres, aos dezoito anos. Assim sendo, os cônjuges chegariam juntos no período de vida em que cessaria a fertilidade, e os filhos logo poderiam contar com os bens acumulados pelo pai, que, pela idade certamente já os teria conseguido. Não só por razões econômicas, mas políticas também, uma vez que para ser considerado cidadão, o filho homem necessariamente teria que nascer e pertencer a uma família. E, em função da distinção de idade entre pai e filho, o herdeiro poderia dar continuidade à vida política do pai. A saúde é mais importante que o amor, por isso o Estado deveria determinar a idade mínima e máxima para o sexo e a estação do ano mais propícia para procriar - o inverno - e, no caso de aumento elevado de população, ao invés do infanticídio, deveria ser praticado o aborto, pois a "pólis" tornar-se-ia ingovernável se a população ultrapassasse a dez mil almas.

Em sua **História dos Animais**, Aristóteles já recomendava o uso de anticoncepcionais, dizendo que o óleo de cedro ou de oliva, introduzido no ventre antes das relações sexuais, impediria a fecundação. Aliás, a medicina moderna tem constatado a eficácia da ação de determinados tipos de óleo com efeitos espermicidas.

Naquela época era comum o repasse desse conhecimento, principalmente recomendado por proxenetas às suas prostitutas. Não só o uso de óleos como espermicidas, mas também de poções abortivas compostas por diferentes tipos de grãos misturados ao mel fermentado. As pinturas nos vasos gregos demonstram o método anticoncepcional mais utilizado pelas **hetairas** - o chamado intercuro anal. Deste modo, Sólon, que ao organizar a prostituição pretendia também assegurar a pureza da raça, certamente contava com os efeitos anticoncepcionais dos métodos conhecidos em sua época.

Aristóteles ainda determinou que, como havia um período favorável para iniciar a procriação entre os esposos, de igual modo haveria um propício para encerrá-lo: "Pois os filhos de pais muito jovens, nascem imperfeitos de corpo e alma, e os de pais excessivamente idosos são débeis ; conseqüentemente este período deve ser limitado à fase da plenitude mental" (1985:261).

Sobre o adultério ele não fazia distinção: tanto para o homem quanto para a mulher, enquanto fossem casados, os relacionamentos extraconjugais deveriam ser considerados infamantes e merecedores de uma pena na mesma proporção da falta

cometida. No entanto, dentro do casamento, Aristóteles reconhecia ser a mulher dependente e obediente ao esposo, do mesmo modo que o escravo para com o senhor. Dizia ser a mulher de natureza fraca, assim como são suas vontades, por isso ela é incapaz de se tornar independente quanto ao caráter e atitudes. Seu melhor lugar é na tranqüilidade do lar, deixando para o esposo a condição de comandante das coisas externas e sobre ela mesma. Em suma, na tábua pitagórica das oposições, Aristóteles põe o feminino no lado do selvagem, enquanto o masculino é a civilização. E esta oposição esteve viva enquanto durou a civilização da "pólis". A cidade grega foi um clube de homens. Não por nada, o Estagirita compara o domínio da alma sobre o corpo ao do senhor sobre o escravo e ao do macho sobre a fêmea. E só o homem, de fato, poderia ser cidadão livre.

2.1.2 - Roma

Na Antiguidade romana, por volta do V século a.C., o casamento era tido como norma entre os que pertenciam à classe dos cidadãos livres. Estes podiam casar-se sob a forma de **confarreatio** - confarreação - um tipo de união bastante cerimoniosa e de difícil dissolução. Casavam-se também sob a forma de **coemptio** - coempção - uma espécie de compra da mulher, onde o pretendente pagava em dinheiro ao pai da noiva. E um outro modo, bastante difundido, o de **usus** - uso - que só tornava o casamento legal após um ano de convivência. Nesse caso, a mulher continuava pertencendo à família paterna, tornando-se propriedade

da família do marido, somente após a legalização do casamento.

O casamento sob a forma de *usus* nada mais era do que um estágio probatório e, segundo consta, foi muito adotado, pois trazia benefícios para ambos os cônjuges. A mulher poderia interromper o "estágio", ausentando-se três dias e três noites, fazendo, deste modo, recomeçar a contagem do prazo, caso estivesse unida a um homem que não lhe interessava; além disso, beneficiava o pai, uma vez que os bens da filha destinados ao dote, permaneciam sob o controle paterno.

Entre a plebe, formada por criaturas consideradas não livres, inexistia qualquer preocupação com questões ligadas ao casamento. As uniões se davam de diferentes modos, assim como as dissoluções também. Escravos, estrangeiros rejeitados, prostitutas, cortesãs, mendigos, charlatões, assassinos, proxenetas, gladiadores, artistas, entre outros, faziam parte da sociedade dos miseráveis e repudiados pela casta romana. Para estes, as uniões estavam muito mais ligadas à lei da sobrevivência e esta lei fundamenta-se no que comer para não morrer logo.

Não se sabe ao certo quando ocorreu a extinção desses três tipos de casamento. Presume-se, contudo, que a forma de *usus* havia caído, sendo mais freqüente a de *coemptio*. Sabe-se que, nos finais do século II a.C., a situação da mulher frente ao matrimônio era bem outra. As romanas do século II a.C. eram tidas como extravagantes, consumistas e independentes. Adoravam enfeitar-se com vestidos caros, maquiagens, tinturas, perucas e

muitas jóias.

Esse hábito teve uma brusca alteração por ocasião da guerra contra Aníbal, por volta de 215 a.C., período em que foi decretada a lei Oppiana, a qual proibia às mulheres seus costumeiros passeios de carruagem, bem como as impedia de usarem roupas tingidas e jóias. Tal lei objetivava a contenção de despesas com importações, a fim de garantir o máximo possível de recursos para a defesa frente à guerra.

Com o fim da guerra, a lei Oppiana não foi extinta. Isso provocou um descontentamento geral entre as romanas, ao ponto de elas se organizarem e exigirem de volta o direito de se cobrirem com luxo e passear em suas carruagens. E foi no ano de 195 a.C. que o senado se viu pressionado a ceder frente às exigências das mulheres. Elas lotavam as ruas e caminhos que levavam ao foro, até saírem vitoriosas.

Valérius esbravejava, contrariando o direito das mulheres. Catão insistia em não ceder às mulheres, pois temia que abrindo a primeira concessão, elas logo passariam a exigir novas regalias, até alcançarem completa igualdade com os homens, e assim as mulheres se tornariam insuportáveis.

Além disso, Catão queria evitar rivalidades, pois era óbvio que as mulheres ricas passariam a ostentar ouro e púrpura, enquanto as pobres teriam que contentar-se com seus andrajos. E ainda, Catão previa:

"Quando os recursos de uma mulher comportavam alguma

coisa, ela a comprará; se não puder, irá buscar o dinheiro com o marido. Infeliz do pobre marido, se ele lhe der ou não dinheiro! porque se ele não o conseguir, outro homem o conseguirá ..." (Catão apud Tannahill, 1983:119).

As mulheres romanas tinham verdadeira paixão pelo luxo e pela extravagância: não poupavam quando se tratava de vestidos, colares, broches, anéis, pulseiras, algodões vindos da Índia, diademas e brincos com pedras preciosas trazidos da Ásia, seda da China, cosméticos de todo tipo, e tudo mais que pudesse ser utilizado como adorno. Há quem diga que essa incontrolável mania, tempos mais tarde, também contribuiu para a ruína do Império Romano.

O divórcio entre os romanos, assim como já ocorrera entre os gregos, era facilmente concedido e os motivos para tal eram muitos. As mulheres podiam divorciar-se, alegando que o marido era tedioso; os homens, que as esposas eram imorais, extravagantes, fúteis ou porque estavam envelhecendo. Este costume era adotado por volta do II século a.C. Em função disso o divórcio fácil foi utilizado para dissolução de casamentos arranjados com objetivos políticos e muitas vezes, querendo ou não, os esposos viam-se separados.

As atividades extraconjugais, anteriormente adotadas com extrema facilidade pelas mulheres, foram elevadas à condição de domínio público por Augusto - século I a.C. - logo no início dos tempos imperiais. Neste aspecto recaiu sobre as mulheres o rigor das penalidades. Caso o marido não se divorciasse da esposa adúltera, ele mesmo poderia ser processado. A mulher era banida, perdia o direito sobre a metade do dote e de um terço de todos os

outros bens que possuísse. Seu amante, caso fosse casado, também era banido, mas ambos enviados para lugares diferentes. E se, o amante da mulher casada fosse solteiro, era então livre de punições; o castigo neste caso era exclusivo da adúltera.

Aos homens, casados ou não, era permitido ter quantas amantes quisessem, desde que elas fossem prostitutas registradas. Isso ocasionou um elevado número de registro de prostitutas, não só de mulheres provenientes de camada social inferior, como de mulheres pertencentes a famílias consideradas nobres e respeitadas. No caso do homem, foi adotado o mesmo rigor da lei sobre o adultério, tempos mais tarde, por volta do século IV d.C.

A função do casamento, o que servia apenas para os de nascimento livre, era legitimar a descendência. Mesmo que o filho se assemelhasse com um gladiador conhecido, ou com um artista de teatro ou cantor, era considerado filho da união matrimonial. Contudo, entre os romanos, não era muito evidente a função meramente procriativa do casamento. Era mais um contrato entre as partes, podendo até ser por motivos de alianças políticas ou de interesses econômicos.

Em se tratando de procriação, embora longe dos métodos anticoncepcionais modernos, diferentes formas de se evitar filhos já eram adotadas pelas romanas. Algumas até acabavam por provocar aversão ao ato sexual. Por exemplo: recomendava-se misturar esterco de rato, de lesma e de pombo com carrapatos de touros selvagens. Era muito difundida a utilização de duchas para uma lavagem após o coito ou cheirar pimenta para provocar espirros

sucessivos e também determinadas posições, pois essas práticas facilitavam a expulsão do espermatozóide, evitando assim a fecundação. Tal qual entre os gregos, na antiga Roma, também se conhecia a eficácia do azeite de oliva e de cedro, além, é claro, do coito anal muito praticado pelas cortesãs.

Um dado interessante é que em Roma as famílias não eram numerosas. O fato de Roma ser uma cidade superpopulosa, não significa que todos os moradores fossem cidadãos romanos. O aglomerado humano, num espaço físico sem infra-estrutura que desse suporte às condições mínimas de uma vida saudável para todos, tornou Roma uma cidade vulnerável a todo e qualquer surto de doenças contagiosas. Por várias vezes, a população foi alvo de epidemias como o sarampo, a cólera, a varíola, que provocavam milhares de mortes. Isso também contribuiu para que a população apresentasse uma média de vida em torno dos 30 anos de idade.

Além disso, as grandes catástrofes provocadas por inúmeros incêndios, enchentes, terremotos também contribuíram para o desaparecimento de muita gente. Contudo, Roma continuava convivendo com o inchaço populacional, pois de toda parte do mundo antigo chegava gente, buscando viver naquela cidade.

Ainda sobre o baixo número de nascimentos, principalmente entre as famílias mais abastadas, presume-se que até certo ponto o chumbo tenha contribuído para esse resultado. Pesquisas mostram que o chumbo uma vez ingerido com freqüência, poderá provocar esterilidade masculina, abortos e elevar o número de natimortos. Em Roma, todos os canos condutores de água eram a

base de chumbo. Além desses, a maior parte dos vasilhames utilizados para o preparo dos alimentos, como o xarope de uva muito apreciado quando misturado ao vinho, era revestida de chumbo.

Por outro lado, há o alcoolismo no consumo diário, em muitos casos exagerado, de vinho. O alcoolismo, também prolongado, resulta em impotência sexual. E outro hábito romano, que por sua vez não só compromete o desempenho sexual, como também pode ter afetado a fertilidade masculina, é o banho quente. Os homens costumavam passar horas e horas imersos numa temperatura próxima dos 43° C. A medicina moderna explica que os testículos se mantêm a uma temperatura inferior em relação ao restante do corpo e submetidos por hábito a uma temperatura elevada, sofrem a diminuição de espermatozóides e conseqüente redução da fertilidade.

Roma antiga, como as grandes metrópoles modernas por nós conhecidas, já apresentava problemas de toda ordem social: vadiagem, miséria, fome, doenças, violências e prostituição. Nos bairros populosos de Subura ¹ e Trastevere ² do século III a.C., amontoavam-se os miseráveis rejeitados pela sociedade. Estes eram

¹ - Bairro populoso e mal afamado; desde os primeiros séculos de Roma.

² - Bairro situado à margem direita do Tibre, então fora da cidade, também populoso e mal-afamado.

os estrangeiros, os fora-da-lei e os refugiados por qualquer motivo, e viviam na mais terrível promiscuidade, expostos a pestes, enchentes e incêndios.

O conto do romano casto, corrompido pelos "maus vizinhos" - os gregos - realmente é um conto. Deleitar-se em fartura de comida, bebida e orgias, não significava "viver à grega", pois alugar, comprar mulheres e viver entregue aos prazeres, era costume comum entre os romanos.

Semelhante aos gregos, os romanos faziam da prostituição uma peça importante na ordem social, uma necessidade à higiene pública como à preservação das mulheres nascidas livres e à segurança das mulheres casadas. Na prostituição tudo era permitido. Alugar, vender, raptar, abandonar, desde que os homens e as mulheres prostitutas não fossem de nascimento livre.

Como na vizinha Grécia, a prostituição em Roma também estava ligada à escravidão e, sendo assim, as crianças eram as primeiras vítimas. Era comum a cena onde mães ofereciam seus filhos, meninos ou meninas, aos que em troca lhes pagassem algum dinheiro - era um modo de não morrer de fome.

Por outro lado, havia também as ricas cortesãs, tão famosas quanto as *hetairas* gregas. Elas gozavam de um invejável padrão de vida e desfrutavam com liberdade a companhia de políticos, artistas e escritores famosos.

No século II a.C., Roma já estava helenizada. Por isso, naquela época havia o costume de organizar banquetes com a

presença de dançarinos, musicistas e acompanhantes prostitutas. E ao estilo grego, também os romanos alugavam suas amantes, ou por noites, ou por meses; tudo dependia da qualidade dos serviços prestados ao prazer. Havia até contrato legal, pois, acima de tudo, os romanos eram, por excelência, juristas. O contrato servia para evitar que o "proprietário temporário" não fosse enganado, nem pela pessoa contratada, nem tampouco pelo intermediário - aquele que, pela exploração disfarçada de proteção, comercializava o corpo das pessoas que se prostituíam.

A figura do intermediário, conhecida por leno, é aquela pessoa que também é denominada cafetão, proxeneta, gigolô ou alcoviteiro. E em Roma, os lenos constituíam um número bastante expressivo, uma vez que exerciam o papel de intermediários nas transações comerciais entre prostitutas e consumidores do prazer sexual. Os lenos eram pessoas odiadas, xingadas, acusadas de venderem o que não lhes pertencia; eram também comparados às moscas, aos urubus e aos porcos. Eram rejeitados, ao ponto de um homem que se considerasse digno, jamais deveria dirigir uma palavra a um leno. Caso o fizesse, comprometeria sua reputação.

De todas as profissões existentes em Roma, a exercida pelo leno situava-se no mais baixo nível, mais ainda que as famélicas e imundas prostitutas do Subura e Trastevere. A profissão de um leno era considerada infamante, por isso lhe era proibido exercer qualquer função pública. Este desprezo dirigido aos lenos se evidenciava, também, nas freqüentes investidas contra suas casas. Sob o pretexto de distração, jovens romanos comiam, bebiam, provocavam confusão nas casas dos lenos, não

pagavam a conta e seqüestravam as pensionistas. E como a justiça em Roma era desigual, funcionando de modo diferente para cada classe social, recaía sobre os fracos e indefesos a culpa de toda e qualquer desordem.

O prazer nas orgias sexuais estava também ligado à comida e bebida. Fartar-se de amor e prazer ficava completo, quando a gula também era satisfeita. Para os ricos, a gula, e para os pobres, as orgias sexuais significavam um meio para satisfazer a fome.

Poder, religião, fé e sexo também se misturavam. Curiosos espetáculos, cultos de devoção, verdadeiras liturgias eram vividos por prostitutas de todas as raças, idade e condição econômica. As deusas, Flora e Vênus, eram reverenciadas com orações, cantos, flores e outras oferendas. Havia os dias de festas em homenagem às deusas e eram também os dias em que os lenos procuravam, entre as devotas, escolher suas novas pensionistas e com isso realizar suas transações comerciais.

Apesar desse quadro de miséria, prostituição e violência, os romanos procuravam manter bem definido o que dizia respeito ao público e ao privado. Neste aspecto a moral era por demais austera. Não aceitavam, por exemplo, fatos que começaram a ocorrer no final da República, por volta do ano 30 a.C., quando homens importantes do Estado afrontavam a sociedade, exibindo em público suas atrizes, cantores, dançarinos, musicistas e cortesãs.

Antonio, entre outros políticos dos tempos republicanos, foi quem mais ousou, fazendo com que sua amante, Cíteres, fosse recebida e cortejada por onde passasse. Segundo ele, Cíteres merecia as mesmas homenagens comumente prestadas às esposas dos governantes. Além disso, Antônio costumava viajar com uma comitiva de prostitutas vulgares em missões oficiais. Esse hábito de romper com a barreira entre o público e o privado não se extinguiu com o fim da República; ao contrário, a nobreza imperial "institucionalizou" a orgia sexual. Ainda hoje para o italiano "bell Antônio" é expressão semelhante a "Don Juan"!

Durante o Império, Roma continuou sendo o grande centro. Vindos do Oriente ou do Ocidente, de toda parte onde Roma atingia o seu domínio, chegavam os novos habitantes. Era mesmo a cidade dos contrastes. Por um lado havia o luxo, os refinamentos, a ostentação das riquezas, dos vícios e das extravagâncias; por outro lado era o centro preferido dos cristãos, dos moralistas e dos miseráveis.

Nos grandes períodos de fome, como ocorreu em 6 a.C., o Imperador Augusto banuiu da cidade todos os estrangeiros e grande parte dos escravos. Era a forma de aliviar o desespero provocado pela miséria, muitas vezes manifestado por explosões de violência e desordem.

Em função dessa grande concentração humana, Roma também ficou conhecida como a cidade do tumulto e do barulho: gemidos, gritos, correrias, esbarrões, incêndios, pisoteamentos e assaltos. Padeiros, ferreiros, negociantes de todo o ramo

formavam uma orquestração de ruídos, que dia e noite se misturavam aos odores, dificultando o sossego de quem o desejasse.

A miséria humana era composta por clandestinos, ladrões, vigaristas, mendigos, charlatões, profetas de religiões suspeitas, enfim todos os indesejados pelas autoridades, entre eles os primeiros cristãos. Essas criaturas, pela própria condição de indesejados, residiam nos bosques um pouco afastados do centro da cidade, pois somente neles é que encontravam asilo. Eram perseguidos pelas forças do Império e só eram poupados porque os bosques eram considerados sagrados, e lá os soldados não tinham permissão para adentrar.

Outro lugar bastante habitado eram os cemitérios. Neles viviam as criaturas expurgadas do convívio social romano. Entre ladrões e assassinos perigosos, vivia a ralé da prostituição. As mulheres costumavam atrair seus clientes, fingindo chorar sobre as sepulturas. E o minguado dinheiro que conseguiam vinha do amor dividido entre escravos cremadores de cadáveres, ou com mendigos saqueadores de oferendas que eram depositadas aos mortos. O abrigo e o leito desses amantes era um monumento funerário qualquer.

Os cemitérios eram também locais de estranhos rituais. Ervas e ossos eram recolhidos e transformados em poções para atrair amantes, provocar paixões, punir alguém infiel ou vingar-se de outra prostituta, considerada a causadora da separação entre antigos amantes.

Enquanto os gregos organizavam seus banquetes como ritual do prazer e da voluptua, os romanos confundiam a festa com um ritual triste, onde o prazer se misturava com comer, beber e vomitar. Os limites eram ultrapassados, e o exagero fazia parte do banquete romano.

Sobre a história dos deserdados, dos miseráveis e dos canalhas do mundo antigo nos parece difícil apresentar melhores dados, pois gregos e romanos preocupavam-se muito pouco em evocar esse universo. E os historiadores, em consequência disso, também encontraram barreiras para expor à luz essa mancha, desde o simples pitoresco até o exato acontecido naquele mundo.

Também não poderia ser diferente, uma vez que os antigos não se importavam com os problemas morais da plebe, tampouco faziam a relação destes problemas com as questões de saúde. Para eles tudo isso pertencia ao submundo de seus bairros e territórios pobres.

Sabemos, contudo, que a contraditória sociedade da antiga Roma tanto tinha lugar para que as relações amorosas vingassem entre a miséria, e se traduzissem em violência, como em meio à riqueza, na forma de prazer. Isso, porém, não nos autoriza a interpretar uma sociedade dentro de um determinado contexto como devassa, imoral e desequilibrada. Nossa intenção em trazer à tona esse quadro sórdido de personagens anônimos foi pensando que, sem mostrá-lo, nossa visão do mundo antigo seria equivocada e incompleta.

Contudo, havia uma terceira classe, ou classe intermediária. Esta era composta pelos profissionais liberais bem-sucedidos, por intelectuais e literatos cujo padrão não era avaliado pelo poder aquisitivo, mas pelo papel que desempenhava junto à nobreza. Faziam parte dela também aqueles considerados um pouco acima dos escravos e demais deserdados, que eram beneficiados com o pão - alimento - distribuído pelo império.

O desequilíbrio econômico gerador de miséria e violência não é demérito apenas do mundo contemporâneo: existiu também nas sociedades antigas. E naquele período, os contrastes sociais eram significativos entre as classes: os mais ricos desfrutavam de um conforto material e de um luxo exagerado, e nas classes mais pobres, muitos viviam da caridade do Estado.

Em meio a essa população diversificada, Roma chega ao século III d.C., com uma tendência ao abandono das diversas seitas anteriormente adotadas, e ao mesmo tempo, receptível ao desenvolvimento de misteriosas religiões. Na verdade, desde os primeiros contatos de Roma com o Oriente, Ísis, a Grande Mãe, começou a encontrar adeptos. O culto a essa deusa atraía principalmente os requintados e os desiludidos da sociedade. Os soldados e os homens de ação preferiam uma crença de origem iraniana, o mitraísmo, o culto de Apolo, o Sol Inconquistável. Tanto as religiões de Ísis quanto o mitraísmo opunham-se à desesperança e à solidão do ser humano, por isso foram facilmente difundidas em épocas difíceis das guerras e também quando a decadência do Estado romano se tornara evidente.

No entanto, uma terceira religião - chamada cristã -

que se iniciara na Palestina e se estabelecera em Roma entre a população mais pobre, começou a se destacar em termos de aceitação entre os outros cultos. Sua mensagem tinha um poder de atração muito mais amplo do que qualquer outra, para uma população heterogênea como a romana daquela época. Tanto para o oriental que frente à dor e ao sofrimento costuma buscar imediatamente forças em algo superior não material, quanto para o ocidental que, não podendo suportar as adversidades da vida, busca consolo na crença de que as tristezas desaparecerão um dia, bem como para o grego helênico, com seu culto à natureza e seu amor pelo simbolismo, o Cristianismo foi o conciliador de todos esses anseios.

Além disso, o Cristianismo encorajava o misticismo, pregava os fins últimos do ser humano, era rico de símbolos e tinha um ritual nobre. E para os pobres, seus primeiros adeptos, ele acenava com um atrativo especial, afirmando que aos olhos de Deus todos eram iguais ao imperador, e ensinando a todos o amor fraternal. Esta mensagem o tornava diferente das outras religiões, pois nenhuma delas valorizava tanto a caridade como a cristã. Outro fator importante do Cristianismo diz respeito à sua organização, pois desde os dias de Paulo Apóstolo, seus dirigentes sempre foram homens de tino administrativo.

E assim, a doutrina cristã, interpretada e difundida pelos seus primeiros discípulos, foi ganhando espaço com sua mensagem de que todos eram iguais perante o mesmo Pai, e ao mesmo tempo se estabelecendo num mundo sedento de paz, estabilidade e

retidão moral, até tornar-se triunfante sobre as demais.

2.2 - Civilização Cristã

A deterioração do grande Império Romano foi um processo gradual, mas definitivo. Em meio a essa desintegração do Império, Constantino, no século IV d.C., aliou-se à Igreja Cristã por motivos não só religiosos, como também políticos. Foi ele quem elevou o Cristianismo à condição de religião oficial do Império.

O Cristianismo era uma religião estrangeira, mas que clandestinamente sobrevivia ao longo de três séculos em meio a rejeições e perseguições dos dirigentes romanos. Mas naquele momento, Constantino via a religião como uma forma viável para a unificação do povo que constituía o Império Romano.

Isso não significa que Constantino tenha imposto o Cristianismo, obrigando o povo romano a converter-se. Em primeiro lugar ele era cristão e, em segundo, a sociedade romana já vivia naquele momento uma moral mais austera, mais exigente, contudo pagã. Era o estoicismo que exercia uma influência marcante e em função disso, até nos relacionamentos amorosos já se reconhecia o valor quanto à sua duração e havia uma tendência à estabilidade do casamento. Portanto, a adoção da Religião Cristã, foi mais uma consequência do que uma imposição.

De fato, enquanto o império europeu se fragmentava em pequenos e, por vezes, efêmeros reinados, Roma conseguia manter-se unificada e sólida. Roma e o Império foram alvo de muitos

desencontros, bem como toda Europa passou por grandes alterações. Enquanto isso o Cristianismo, com seus paradigmas importados da Galiléia, pautado no realismo babilônico, no absolutismo hebreu, no platonismo grego e no materialismo romano, tomava corpo e se expandia, resistindo à instabilidade instaurada naquela época e se firmando como a grande força ideológica, e até militarmente, depois, com as cruzadas.

A ausência geral de leis e ordens colocadas pelo Estado, a falta de um modelo sério na vida pública e privada e o enfraquecimento político foram motivos para que a moralidade cristã se expandisse pelo Ocidente. Em outras circunstâncias talvez não tivesse conseguido sobreviver. Isto significa que, de fato, a sociedade antiga desejava uma moralidade que a tornasse una.

De um lado o poder central estava enfraquecido, e de outro a Igreja se sobrepunha forte e estável. Os padres em suas paróquias, na verdade, preenchiam as deficiências de um governante seguro e austero. A imposição das leis do Estado eram substituídas pelas ameaças do inferno, e pela promessa de uma vida eterna feliz. O inferno por sua vez era a punição universal. Na aldeia e nos grandes centros, pobres e ricos, todos estavam submetidos às mesmas ordens. Assim, por vários séculos, a moral cristã foi se alastrando, com rigor de autoridade religiosa e como força social. Com isso nasce um outro modelo valorativo da sexualidade humana.

Nesse aspecto, São Paulo, mais que nenhum outro

apóstolo, fez com que a doutrina cristã, originariamente semita oriental, passasse a ter uma visão dualista na relação entre corpo e alma. Paulo Apóstolo era de formação grega, e foi por ele que o Cristianismo se apresentou por primeiro aos atenienses e, depois, aos romanos, fazendo com que não só levasse outro apóstolo, Pedro, até Roma (onde acabará sendo morto), mas também com que fundasse uma tradição helenizante no Cristianismo originariamente oriental, tradição que mais tarde (no século IV depois d.C.) acabaria derrotando aquela originária. [Por isso a moral cristã sobre a sexualidade deve muito a ele e sua doutrina difundida através do Novo Testamento e, posteriormente à tradição da Patrística; pois ambas assimilam o Neoplatonismo e o Estoicismo Negativista, ascético e individualista ao Cristianismo, formando aos poucos o imaginário social, dos tempos vindouros (Nunes, 1987).] Convém lembrar o que Paulo escreve a respeito da relação homem - mulher, conforme consta naquilo que é tradicionalmente lido na cerimônia de matrimônio em suas palavras dirigidas aos Coríntios.

A partir da fusão da cultura judaica com a greco-romana, o Cristianismo não só deixa de ser a religião dos pobres e oprimidos, como também perde seu caráter político de socialismo primitivo e incorpora uma ideologia universalista e moralista. Gradativamente, no processo de ocidentalização, o Cristianismo vai incorporando a dualidade corpo-alma, herança sobretudo estoica, segundo a qual é importante enfrentar as situações sem temer o sofrimento, e o único prazer permitido é o espiritual. A matéria e o prazer físico são encarados como intrinsecamente

"maus". Vale a pena insistir: a dualidade não é tanto a platônica, que estabelece uma hierarquia ascendente entre o físico e o espiritual, mas a estóica que separa maniqueístamente um do outro. Ao mesmo tempo é bom lembrar que o helenismo em geral, e sobretudo o epicurismo e o estoicismo também trazem a valorização da vida privada e na desvalorização da vida pública, antes predominante, e com isso se pode compreender também porque o Cristianismo perde o ímpeto socializante das origens, e fortalece a idéia de que deve ser vivido privadamente, individualmente.

Com a formação da Patrística surge o ideal de virgindade, de pureza, a exaltação da continência, a condenação do adultério, a proibição do divórcio e, aos poucos, o enquadramento da população rural e urbana, rica e pobre, nesses preceitos morais da Igreja (Nunes, 1987).

Em se tratando do importante papel exercido pela Patrística, cabe esclarecermos que nos referimos àquela que se tornou vencedora enquanto norteadora do pensamento cristão no Ocidente. Foram os padres de formação latina, sobretudo através de Ambrósio, Jerônimo e Agostinho, que o mundo ocidental conheceu e incorporou as idéias referentes à sexualidade, à sociedade e o casamento numa interpretação religiosa cristã. As idéias dessa corrente foram facilmente aceitas, pois, na verdade, os romanos nunca deixaram de admirar o enérgico puritanismo masculino vivido pelos seus antepassados. Mesmo tendo sido considerada libertina, a sociedade romana temia diante do enfraquecimento do homem

público, quando este se entregava aos prazeres do corpo. Entre os romanos também reinava uma forte desconfiança em tudo que se referisse ao prazer sexual. Esses fatores, somados ao processo de helenização de Roma, ocorrido bem antes do Cristianismo, o qual resultou também na assimilação das correntes de pensamento consideradas dualistas - estóica e platônica - favoreceram sobremaneira a vitória das idéias pregadas pela Patrística latina no mundo ocidental. Entre o estoicismo e o platonismo, porém, existe um aspecto divergente. Para a primeira corrente o mais relevante era a valorização da vida privada, e para a segunda corrente a vida pública era mais importante do que a privada. Este esclarecimento faz-se necessário para entender a mudança cristã ocorrida no Império Romano.

A Patrística Oriental era composta pelos chamados monges do deserto, entre eles Antônio, Pacômio, Apolônio e João Climaco. Estes acreditavam que a única saída para conter o "demônio da fornicação", era a formação de pequenos grupos de redimidos, dispostos a refugiarem-se do mundo, num total abandono das coisas terrenas. Para isso, os ascetas mudavam-se para o deserto do Egito e lá adotavam uma vida de vigília, jejum, trabalhos forçados, leituras, meditações e isolamentos constantes. Durante o período de permanência no deserto, o monge se alimentava com pedaços de pão seco, em quantidade bastante reduzida e comia apenas à noite, quando se recolhia em sua cela de isolamento. Este era o único vínculo do corpo do monge ao alimento humano. O pão significava o elo com a vida humana e tinha que ser conquistado através do trabalho pesado durante o

dia. Com isso eles acreditavam que as tentações do "demônio da fornicção" tornavam-se pequenas diante das privações, principalmente a do alimento à que o monge estava submetido.

Para a Patrística Oriental, Adão e Eva não pecaram por terem cedido à fornicção, mas sim por terem cedido à gula. Nesse caso desobedeceram a Deus, comendo o fruto da árvore da sabedoria. Por isso tamanha obsessão pelo jejum. Para eles, viver no deserto e privar-se do alimento, era superar a tentação que foi fatal para Adão. O desejo distorcido dos homens fracos e decaídos fazia com que sobrecarregassem o corpo de alimento desnecessário, gerando deste modo um terrível excesso de energia que se transformava em anseio físico e apetite sexual. Para combater essa energia, os ascetas se submetiam a severas mortificações físicas e rigoroso disciplinamento espiritual. Só assim alcançariam a plenitude do estado original, natural do ser humano - a junção do corpo e da alma.

Tanto a interpretação que faziam sobre a queda de Adão, quanto a visão de unidade corpo-alma, ou seja, o corpo como transformador da alma são concepções diferentes do modo de pensar da Patrística Ocidental. Outra distinção está no fato de os monges terem admitido que o desejo sexual era uma vontade co-extensiva à natureza humana e não um fardo pesado que o homem carregava como herança do pecado de Adão e Eva.

Para ficar mais claro, não foi tão evidentemente Jesus Cristo o autor de preceitos normativos da vida sexual humana. Mas homens como São Paulo, Tertuliano, São Jerônimo, Santo Agostinho

entre outros, que, no processo de solidificação e expansão da doutrina cristã no Ocidente, acrescentaram a ela ensinamentos que o mundo moderno ainda considera como verdade, por exemplo, a vinculação do sexo ao pecado.

São Paulo acreditava que o celibato era superior ao casamento, mas ao mesmo tempo reconhecia ser uma decisão de poucos, pois a continência é uma condição de autocontrole e que nem todos os homens haviam recebido esse dom específico de Deus. Para ele, ao dormir com uma prostituta, o homem torna-se "uma só carne" com ela, do mesmo modo como Adão se tornara uma só carne com Eva. Por isso ele recomendava essa união física apenas entre os esposos. Em sua primeira epístola aos Coríntios, ele escreveu:

"Penso seria bom ao homem não tocar mulher alguma. Todavia, considerando o perigo da incontinência, cada um tenha sua mulher, e cada mulher tenha seu marido. O marido cumpra o seu dever para com a sua esposa e da mesma forma também a esposa o cumpra para com o marido. A mulher não pode dispor de seu corpo: ele pertence ao seu marido. E da mesma forma o marido não pode dispor do seu corpo: ele pertence à sua esposa. Não vos recuseis um ao outro, a não ser de comum acordo, por algum tempo, para vos aplicardes à oração; e depois retomar novamente um para o outro, para que não vos tente Satanás por vossa incontinência" (CORINTIOS I, III, 7, 2-5, 1986:1470).

Pensamentos correntes na época como o gnosticismo e o maniqueísmo, os quais argumentavam ser mau tudo o que dizia respeito ao corpo, e por isso ao sexo, e a mulher como um todo e o homem da cintura para baixo serem criações do demônio, serviam de fundamentação aos ensinamentos dos primeiros filósofos da chamada Civilização Cristã.

Idéias tais como: ser o sexo uma obra de serpente, ser

o casamento um modo de vida repugnante e hediondo, somadas as experiências pessoais de vida fizeram com que Tertuliano, Jerônimo, Agostinho entre outros contribuíssem para que o ato sexual fosse considerado repulsivo, sujo, degradante, indecoroso, vergonhoso e imundo.

Ao elaborar a exegese sobre Adão e Eva, Agostinho procurou explicações que justificassem o fato de Deus não ter inventado um outro modo para os homens se reproduzirem. Concluiu que o sexo no "Paraíso" não passava de um ato frio e mecânico com o objetivo divino de multiplicar a espécie. Não havia desejo, paixão, êxtase e prazer ao praticá-lo. No entanto, Adão e Eva descobriram certos impulsos os quais provocavam um excitação descontrolado, que os levava à concupiscência e à luxúria, caindo desta forma em pecado, por desobediência a Deus.

Em consequência disso, a humanidade herdou esta concupiscência de seus primeiros pais - Adão e Eva - o que explica a natureza intratável do impulso sexual, a perversidade dos genitais, a culpa e a vergonha que o ser humano sente, após saciar os apelos da carne. O pecado original também é fruto do sexo e da luxúria, pois o coito praticado pelos humanos foi o que provocou a queda, por isso ele é sujo e mau.

Essa interpretação dada à expulsão de Adão e Eva do Paraíso serviu para ressaltar a pureza de Jesus Cristo, o qual foi concebido sem nenhuma interferência do ato carnal. E Maria de Nazaré tornou-se símbolo de virtude, por ter dado à luz sem ter que carregar a culpa herdada de Adão e Eva. Maria, santa e

virgem tornou-se exemplo para toda humanidade e modelo a ser seguido pelas mulheres.

O celibato seria o ideal para que os homens pudessem retornar ao "Paraíso". Mas nem todos conseguem: poucos são os corajosos e muitos são os fracos. Aos que não conseguissem conter os impulsos, Agostinho recomendava a luta firme até conseguirem atingir o nível do objetivo de Deus, que era o sexo sem paixão e sem prazer. E só dessa forma estariam isentos do pecado e livres para procriarem novos cristãos.

Apesar de acreditar que o celibato era símbolo de retidão moral e recomendar a castidade aos sacerdotes, a Igreja inicialmente aceitou que homens casados fossem ordenados padres, porém não permitia que padres solteiros viessem a se casar. No ano 386 d.C., o Papa Sirício baixou um decreto, proibindo que os diáconos casados tivessem contato sexual com suas esposas. Contudo, não foi extinta a possibilidade de homens casados continuarem a se ordenar. Isso parece ter levado muitos jovens a se casarem, para depois optarem pela vida religiosa. Aqueles que almejavam galgar os postos mais altos da Igreja, ordenavam-se solteiros. O celibato era condição para subir na carreira religiosa.

Na fase inicial da Civilização Cristã, as relações amorosas e conjugais passam por profundas transformações. Todo relacionamento afetivo, amoroso e sexual fora do casamento é considerado pecado contra a carne. A homossexualidade, a prostituição, a bigamia, a poligamia, ou poliandria são

classificados como costumes mundanos. Mesmo no casamento havia ressalvas, pois o sexo era uma aventura condenada e sinal da fraqueza humana. João Crisóstomo e Metódio admitiam que, se os casais limitassem as carícias e a paixão, teriam chances de salvação eterna. Era consenso de toda Igreja a permissão de um só casamento, pois diziam os padres: o segundo será considerado adultério, o terceiro, fornicação, e o quarto, ignóbil.

O sexo não era parte integral do casamento. Admitia-se apenas que os cônjuges fossem companheiros e tivessem filhos. E esta questão foi sempre polêmica no seio da Igreja. Tanto é que, ainda no século VII se prolongando até o XII, os debates entre os dirigentes recaíam em indagações sobre o que é afinal o casamento? Seria um contrato moral? Seria uma permissão para o intercursos carnal? Por fim, concluíram que o casamento era uma união, consentida e abençoada por Deus, que conferia ao mesmo tempo a indulgência ao ato sexual, porém não conferia o direito de praticá-lo sem a intenção de procriar. Fora do casamento não haveria indulgência.

Muitos teólogos cristãos recomendavam aos casados a abstinência sexual nas quintas-feiras, em respeito à prisão de Jesus; nas sextas-feiras, em louvor à sua morte; aos sábados, em homenagem à Nossa Senhora; aos domingos, em honra à Ressurreição e às segundas-feiras, em memória aos mortos. Só terças e quartas-feiras era permitida a relação sexual, caso não coincidissem com os dias de jejum e festas religiosas. Deveriam abster-se, também, durante a Quaresma, Pentecostes, Natal, sete dias antes da

comunhão, nos dias em que a mulher estivesse menstruada e quarenta dias após o parto.

A Igreja Primitiva buscava um modelo de castidade conjugal. A falta de filhos, por exemplo, era motivo para o divórcio em diferentes culturas, mas para a Igreja isso poderia representar um ato de obediência a Deus. Nesse aspecto a Igreja respeitava a mulher, uma vez que em certas culturas muitas foram repudiadas, recaindo somente sobre elas a culpa da esterilidade.

O casamento foi elevado à condição de sacramento somente no final do século XII e início do século XIII. Antes, porém, ele era regido pelos códigos estabelecidos pelos primeiros pensadores da Igreja. Contudo, esse enquadramento foi se dando na medida em que o domínio da religião Cristã ia se alastrando.

Nisso tudo foi, sem dúvida, marcante a contribuição de Santo Agostinho. Sua mensagem não serviu apenas aos homens e à Igreja de seu tempo. O mundo contemporâneo dá mostras que os ideais agostinianos estão vivos, assim como ao longo da história o pensamento dele foi referencial para o estabelecimento de uma moral austera.

Grande parte do pensamento agostiniano teve origem na sua formação. Sua mãe, Mônica, o educou de modo a não se render à fornicação e seu amigo íntimo, Alípio, influenciou-o a excluir o sexo de sua vida, assim como ele o havia feito após uma experiência frustrada. Agostinho inspirou-se ainda nos sermões de Ambrósio, nas obras de Plotino e Porfírio e em leituras neoplatônicas.

Antes da vida religiosa, Agostinho viveu uma relação conjugal durante treze anos, da qual teve um filho chamado Adeodato. O relacionamento em forma de concubinato era muito comum entre os intelectuais de seu tempo, chegando até a ser aceito entre cristãos como um meio de conter a fornicação entre os rapazes.

Com trinta anos de idade, residindo em Milão, Agostinho abandonou sua concubina, seu filho, outra amante provisória, a vida sexual ativa, e passou a repudiar o prazer físico, uma vez que, a partir de então, só lhe interessavam os prazeres do espírito. Viveu o resto de sua vida, carregando uma certa tristeza pelo fato de ter experimentado o prazer sexual, pois segundo ele teria sido melhor ter vivido casto.

Outro aspecto importante do pensamento de Agostinho, o maniqueísmo, teve origem no período em que ele exerceu o cargo de auditor de Mani, por volta do ano 373. Passou a ter simpatia pelos eleitos que formavam um grupo de missionários maniqueus. Estes combatiam a sexualidade dentro e fora do casamento e diziam que o sexo só contribuía para aumentar o reino das trevas. Diziam-se pertencentes ao reino da luz, por isso se abstinham de qualquer contato sexual. Jejuavam muito e convenciam seus auditores a fazerem o mesmo, abandonando o sexo, a riqueza, e adotando uma conduta anti-social e assexuada.

Tendo assumido a causa cristã, Agostinho chegou à posição de Bispo, e com isso suas idéias foram sendo mais

acatadas e ele, por sua vez, esmerou-se na produção de material pastoral escrito, que compõe uma obra bastante volumosa.

Em *Do Bem Conjugal e da Santa Virgindade*, Agostinho defende sua concepção de casamento, ou seja, união por pura amizade e com duas finalidades: gerar filhos e abster-se do sexo. Isso nos parece uma posição de experiência pessoal: talvez se explique pelo fato de ele ter vivido uma relação conjugal antes de tornar-se religioso.

O fato de ele ter vivido maritalmente durante treze anos e ter tido apenas um filho, põe-nos a pensar ou ele conhecia métodos anticoncepcionais seguros, ou naquele tempo já adotava o que ele ensina aos casais - a contenção sexual -, sendo que esta conduta ele mesmo revela ser inquietante. Em *As Confissões*, ele relata o quanto o desejo sexual o inquieta, e o quanto é atormentado em sonhos. Talvez por lutar contra as tentações, ele se torna, com o passar dos tempos, cada vez mais austero e rigoroso ao abordar os prazeres da carne.

Ainda sobre o casamento, ele admitia a união legal e recomendava aos casais uma vida de continência. Renunciar às relações sexuais era desfrutar de uma vida sincera e cristã. Agostinho dizia que a amizade assexuada dentro do casamento e o domínio paterno sobre os filhos eram vontades de Deus. O desejo sexual é um aprisionamento cruel, do qual só Deus seria capaz de libertar o homem. É como um princípio de discórdia inerente ao ser humano, um componente perverso, responsável somente pela continuidade da espécie.

"Deixai que eu vos expresse isso ainda mais intimamente. Vossa carne e como vossa mulher ... Amai-a, repreendei-a; deixai que ela componha um só vínculo de corpo e alma, um vínculo de discórdia conjugal ... Aprendei agora a dominar o que recebeis como um todo uno. Deixai que ela sofra a escassez agora, para que então possa desfrutar da abundância" (Agostinho apud Brown, 1990:350).

Agostinho não discorda muito da concepção sexual procriativa de Aristóteles, embora, além de manter a função reprodutora da espécie, acrescente o pecado em consequência deste ato. Aristóteles recomendava o uso de anticoncepcionais e a prática do aborto como forma de redimensionamento familiar e populacional. Agostinho condenava a anticoncepção com o uso de medicamentos, coito interrompido, relações anais e a felação. O único meio de justificar a relação sexual era realmente a procriação; do contrário, atenta-se contra a natureza, portanto comete-se pecado.

"No verdadeiro matrimônio, apesar dos anos, embora murchem o viço e o ardor da idade florida, entre o homem reina a ordem da caridade e do afeto que vincula fortemente o marido e a esposa, os quais quanto mais perfeitos forem, tanto mais madura e prudentemente, e de comum acordo, começaram a se abster do comércio carnal" (Agostinho apud Nunes, 1987:59).

A contracepção era tida como um pecado grave. Esta idéia, contracepção-pecado, aliada ao monopólio dos mosteiros, onde tudo que não interessava à Igreja era destruído ou simplesmente não era registrado, pode ter provocado o atraso para novas descobertas da ciência em relação a métodos anticoncepcionais. Isso explica também o fato do ressurgimento de contraceptivos na Idade Média, quando estavam ligados a superstições e magias.

Essa nova moral trazida pelos padres da Igreja Primitiva, aliada às leis dos Imperadores da "Nova Roma", foi rígida e severa no que se refere à vida privada das pessoas. As relações amorosas foram duramente atingidas. A vida íntima era vasculhada, denunciada e punida. Vergonha, culpa e ameaça de castigos divinos eram meios adotados para "civilizar" o Ocidente. O Imperador Justiniano, no século VI d.C., assegurou que as tragédias ocorridas no seu tempo nada mais eram do que castigo de Deus pelos "pecados contra a natureza", que muito se cometiam. O pior deles era a homossexualidade. Para ele, todo homossexual representava um perigo para o Estado. E para que a cidade e o Estado não fossem prejudicados, ordenou que todo infrator fosse castrado em exibição pública, como exemplo aos demais.

Para compreendermos melhor como se deu essa passagem a respeito de "uma homossexualidade supostamente aceita" pelos antigos, para uma homossexualidade condenada pelos pensadores cristãos e a incorporação desta mentalidade pelos medievais, convém analisarmos mais profundamente o significado desta forma de relacionamento entre gregos e romanos.

O especialista Paul Veyne (1987) constata que não é correto admitir que os antigos tenham encarado os relacionamentos homossexuais de modo tranqüilo e totalmente aceito. Plotino, por exemplo, desejava que os verdadeiros pensadores tanto desprezassem os encantos das mulheres como dos rapazes. A reprovação quanto a essa forma de amor estava no mesmo patamar do amor das cortesãs e das relações fora do casamento. Contudo, a

diferença entre o que era permitido e o que era reprovado está na forma de perceber estas mesmas ligações. Por exemplo: naquela época a sociedade estava dividida em homens livres e escravos e penetrar um escravo, desde que fosse a vontade do senhor, era perfeitamente aceito. Não havia vergonha em fazer o que o amo ordenava. A homossexualidade enquanto ligação amorosa não era uma questão relevante; o que de fato dava importância dizia respeito à passividade. Era considerada monstruosa a passividade em se tratando de um cidadão livre. Então, o "antinatural" não estava na homossexualidade, mas sim na passividade, para eles sinônimo de servilidade e complacência. E antinatural para os antigos, neste caso, é aquilo que vai contra as normas sociais, portanto, alterado e artificial.

Para os políticos e ao mesmo tempo puritanos, toda paixão amorosa, homossexual ou não era reprovada. A vitória sobre o prazer enobrecia o cidadão. Para Platão, não era o homossexualismo em si que ele rejeitava, mas sim o gesto libertino, ou o prazer decorrente desse tipo de ligação amorosa, pois segundo ele nem os animais se uniam aos outros do mesmo sexo.

Entre os romanos a homossexualidade esteve sempre presente. Veyne (1987) comenta que Catulo tinha orgulho de suas proezas e Cícero cantou os beijos que recebia de seu escravo favorito. Virgílio gostava somente de rapazes, e Horácio se relacionava com ambos os sexos. Consta também que os poetas mencionavam em seus versos o jovem favorito do temível Imperador

Domiciano e que Antínoo, rapaz predileto do imperador Adriano, foi oficialmente homenageado seguidas vezes após sua morte. E muitos foram os poetas latinos que costumavam cantar de modo comparativo os dois amores - homossexualmente e heterossexualmente - e seus respectivos deleites.

Além disso o autor (1987:42) faz lembrar que:

"O mais antigo monumento da literatura latina até hoje conservado, o teatro de Plauto, (...) está repleto de alusões homófilas (...) A maneira habitual de implicar com um escravo é lembrar-lhe qual o serviço que seu amo espera dele (...) no calendário do Estado romano chamado Fastos de Prenesto, o dia 25 de abril é a festa dos prostitutos masculinos."

Para gregos e romanos o importante era ser penetrador. Contudo, os gregos eram indulgentes com os romances entre adultos e efebos livres de nascimento, mas que pela pouca idade ainda não eram considerados cidadãos. Era prática comum a ida de homens adultos ao ginásio onde podiam admirar seus amantes treinando completamente nus. Com os romanos, os amores aconteciam entre um adulto livre e um escravo adolescente. Nas duas culturas era abominado o fato de um cidadão ser penetrado por um escravo. E de certo modo a ligação homossexual se justificava como se dizia da prostituição: resguardar as mulheres casadas, as virgens e os rapazes livres por nascimento.

Entre os antigos não estava em jogo o tipo de amor, mas sim a conduta sexual e esta classificava os seres humanos em ativos e passivos: "ser ativo é ser másculo, seja qual for o sexo do parceiro chamado passivo. Ter prazer de modo viril, ou dar prazer servilmente, tudo está nesse ponto" (Veyne, 1987:43). Em

se tratando de passivos, inclui-se a mulher, isto porém não a desonrava, ao passo que a passividade num homem adulto era tida como defeito moral e político. A falta de virilidade masculina era vista com desprezo.

Uma outra prática sexual considerada infamante e vergonhosa diz respeito à felação. Esta era a injúria máxima, muitas vezes pior que a passividade. Ela conduz a criatura ao ponto extremo do rebaixamento, uma vez que sentir prazer em dar prazer a outrem é servil e degradante. Do mesmo modo sempre se repudiou a cunilíngua. Todavia esse desprezo dado às práticas sexuais orais não é gratuito. Temos pelo menos três indicativos para supor suas razões: as sociedades antigas eram falocráticas, isto é, governadas pelo elemento masculino. Nelas, a mulher era considerada um ser inferior e o prazer feminino era moralmente suspeito, e sempre foi associado à prostituta. Em segundo lugar, a masculinidade estava vinculada à virilidade; a lascívia era repudiada e não perdoada no homem. Por último, o fato de a Antiguidade ser escravagista, pois ser servil era qualidade de escravo. Por isso se explica também a intolerância com a passividade no homem livre e com a homossexualidade feminina, sobretudo em relação à mulher que desempenhava o papel de ativa.

Diante disso, seria ingenuidade nossa conceber a Antiguidade como um tempo em que tudo era aceito, sem princípios e sem moral. Equivocado também seria deduzir que somente o Cristianismo trouxe o padrão de normalidade sobre as condutas sexuais e em função disso desencadeou o processo de aversão às

diferentes formas de se dar e receber prazer sexual. O estoicismo é anterior ao Cristianismo. E, quanto ao repúdio em relação ao prazer, é bom lembrar o quanto o estoicismo influenciou na formação de uma moral sexual austera dirigida "para todos" pelo Cristianismo.

Na verdade não houve propriamente uma passagem de uma homossexualidade aceita, para uma homossexualidade condenada. A diferença consiste no modo como interpretamos as concepções e os valores da sociedade antiga. Se ao analisá-la, impomos nossa ótica, concluiremos ter existido de fato uma transição entre o permitido e o reprovado. Do contrário ficaremos seguros que tanto na Antiguidade quanto no medievo e nos tempos modernos, os relacionamentos ilegítimos não são nem mais nem menos míticos, e que a moral só varia conforme o estatuto social.

2.3 - Sociedade Medieval

Como vimos até então, a humanidade sempre buscou formas de regulamentar as condutas amorosas, conjugais e sexuais. Na Idade Média, o processo não foi diferente. Outras normas, outras estratégias, porém os objetivos visavam, como em outras épocas, o enquadramento da população a novas formas de se conceber o homem daquele tempo. Era a razão de Deus que falava mais alto. Portanto, o homem era entendido como um simples mortal, sujeito às leis do céu e do inferno, criadas por homens, todavia, em nome de Deus.

O período Medieval - iniciado por volta do século V

d.C. - e caracterizado, também, pelo início de novas formas de relações entre os homens. Entre elas, a colisão dos dois modos de produção - primitivo e antigo - formando a ordem feudal, a qual se propagou por toda a Europa.

O Feudalismo, por sua vez, é produto de um processo gradual, que se inicia com o que se pode chamar de simbiose das formações sociais romana e germânica, primeiramente nas áreas fronteiriças, e aos poucos foi se deslocando para outras regiões. Essa penetração germânica deu-se inicialmente nos trabalhos da agricultura, estendendo-se gradativamente a outras atividades, como, por exemplo, às militares e políticas.

O excedente clerical cristão, infiltrado como funcionário altamente remunerado pelo Estado, também contribuiu para o enfraquecimento do Império Romano. Este motivo e as permissões concedidas aos bárbaros germânicos, somados a outros acontecimentos foram decisivos no esfacelamento completo do sistema imperial como um todo. E na primeira metade do século V, os bárbaros colocaram em ruína o Império Ocidental.

Foram tempos de rebelião social, de banditismo e de ressurgimento de culturas arcaicas. A diferença de nível de desenvolvimento entre os derrotados e os invasores era imensa. Os costumes dos bárbaros eram primitivos, os conhecimentos, rudimentares; as religiões eram pagãs - crenças baseadas num certo naturalismo -, a grande maioria desconhecia a linguagem escrita e raros eram os que conheciam algum tipo de sistema de propriedade articulado ou estabilizado.

Contudo, uma única instituição sobreviveu, ileso em meio a esse conturbado período de transição. Foi a Igreja Cristã. Além disso, ela conseguiu converter os bárbaros ao Cristianismo e fortaleceu sua ideologia expansionista, que era a de se espalhar pelo mundo. Aliás, foi assim que a unidade entre a cultura greco-romana, calcada na perspectiva da universalidade, e o Cristianismo (católico = universal), instituição pautada em leis e no princípio da salvação divina a todos os povos, se encontraram, fortalecendo-se mutuamente.

Nunes (1987:55) diz que:

"O Ocidente herdou do hebreu o patriarcalismo, do grego, o falocratismo que, fundidos ao clericalismo católico feudal, conservam até hoje elementos negativos sobre a sexualidade, tais como: a submissão e desvalorização da mulher, a repressão sexual e a respectiva regulamentação da conduta sexual".

Poderíamos acrescentar, também, que foi este casamento que proporcionou a vitória da idéia da unidade do gênero humano, com toda a carga de Antiguidade que esta idéia carrega historicamente.

Costumes e comportamentos tidos no início da Civilização Cristã como relativamente normais, como a nudez, as carícias, a prostituição, os filhos ilegítimos, a fornicação, o aborto, o divórcio, chegam à Idade Média enquadrados na condição de pecado. Essa nova condição é resultado da interpretação de intelectuais católicos, preocupados em normatizar as condutas humanas com vistas à salvação da alma. Entre os intelectuais cristãos, destacamos Agostinho, cujo pensamento compôs os

alicerces da Igreja Medieval. Embora ele tenha nascido na Antiguidade, sua construção religiosa e moral sobreviveu a marca dos séculos que o sucederam. E ainda, por ter sido ele o defensor da teoria dos dois reinos: temporal e espiritual com a qual defende o Cristianismo das acusações de ter contribuído para a derrocada do Império Romano. Essa teoria também contribuiu para que a Igreja se afirmasse no reino da moral, enquanto o reino temporal dizia respeito aos governantes.

O controle exercido pela Igreja sobre a sexualidade, já no período Medieval, deu-se inicialmente junto à nobreza e posteriormente abrangeu as camadas mais humildes. Os meios para tal controle eram os mesmos: medo, culpa, inferno, castigo e um grande argumento, o sacramento da Confissão, pois só através dele o pecador conseguia a absolvição. Com isso, a idéia da vinculação sexo-pecado foi ainda mais difundida. E interessante é que tanto o ato sexual quanto o desejo sexual são colocados sob a mesma pecaminosidade.

No período Medieval, a sexualidade é mais fortemente apontada como proscrita, numa visão negativa e carregada de todas as nuances das culturas que se fundamentam nos paradigmas cristãos. Sob forte influência do pensamento estóico, todo prazer sensível acaba sendo visto como sinônimo de fraqueza humana e de mal moral (Nunes, 1987).

Neste contexto tem sentido o que diz Vidal (apud Nunes, 1987:58), um teólogo católico:

"A moral sexual cristã recebeu do estoicismo seu

ascetismo e rigorosidade e uma orientação unilateral no sentido da procriação. A influência neoplatônica se percebe na compreensão dualista de alma e corpo e nas prevenções diante da matéria (corpo) entendida como sombra e inimiga do espírito."

Essa fusão de idéias, ora fundamentadas no pensamento hebraico, ora no grego, associadas ao romano, que por sua vez foi palco de muitas origens, apresenta-nos uma noção de como as relações amorosas e conjugais começaram a ser entendidas, modificadas e difundidas por todo medievo.

Durante o período feudal, o casamento estava ligado aos interesses familiares. Neste caso, tanto o homem como a mulher eram escolhidos para unirem-se pelo matrimônio independente de suas preferências. A família é que realizava a função da escolha. Todo aquele que desejasse romper com o estabelecido, teria que enfrentar duras reprovações familiares e sociais. Amor e casamento eram condições nem sempre associadas.

Naqueles tempos, o sentimento de amor era reconhecido como fraqueza, principalmente para o homem, cujas virtudes esperadas eram a resistência, a bravura e a coragem. No entanto, o amor tinha espaço para todo aquele cavaleiro que se apaixonasse por uma inconquistável dama. A mulher eleita tinha que ser alguém que representasse um sonho inatingível. Entre elas figuravam as rainhas, as mulheres da nobreza que em sua maioria eram casadas. Só assim, o sentimento de amor poderia provocar no homem um estado emocional útil para os interesses da classe feudal.

Nesse sentido Kollontai (1980:111) afirma que:

"O amor, como fator social, só era valorizado quando se tratava dos sentimentos de um cavaleiro pela mulher do outro, sentimentos que serviam de impulso para a realização de valentes façanhas. Quanto mais inacessível se achava a mulher escolhida, maior era o esforço realizado pelo cavaleiro para conquistar os seus favores, com as virtudes e qualidades apreciadas no seu mundo (intrepidez, resistência, tenacidade e bravura)".

O ideal de amor, a que se refere Kollontai (1980), era aquele voltado ao amor espiritual, sem sexo, ascético, abstrato, convertido em virtude moral e purificado por milagres de bravuras. A dama eleita como amante espiritual por um cavaleiro era motivo de orgulho para o esposo. Mas, se acaso uma mulher se arriscasse a trair o marido em contato carnal com outro homem, era enclausurada ou morta.

O amor era uma coisa e casamento era outra. Em qualquer forma de união sexual não se exigia o amor. A vinculação amor e casamento só começou a aparecer por volta dos séculos XIV e XV, ocasião em que passa a figurar a moral burguesa.

Enquanto as relações sexuais, dentro e fora do casamento, não eram relações de amor, entende-se que as formas de uniões entre os sexos não passavam de atos puramente fisiológicos. Entende-se também que, enquanto a Igreja Católica, com seu discurso anti-sexual, reprovava todo tipo de relacionamento físico entre os fiéis e exaltava o amor espiritual, acabava por respaldar, embora condenasse, relacionamentos brutais. Por exemplo, o mesmo cavaleiro que se esmerava para conseguir um sorriso de sua eleita, não se incomodava em violentar moças pobres, mandando buscá-las nas

aldeias, para em seu castelo se divertir.

Por outro lado, as mulheres desses cavaleiros, mesmo correndo o risco de serem assassinadas, aventuravam-se com trovadores e pajens; algumas até admitiam carícias com os seus criados, apesar de desprezá-los. Era realmente muito arriscado para a mulher tentar transgredir a ordem feudal. O casamento era indissolúvel e, além disso, o casal se unia através dos mandamentos da Igreja e estes conferiam ao marido autoridade de chefe da família, e à esposa, o dever da obediência ao seu senhor.

Os pobres poetas e trovadores da época traduziam o amor palaciano, compondo versos em que a virtude consistia em excluir o amor do desejo carnal, e ao mesmo tempo elevá-lo ao campo do domínio espiritual. Mesmo que a heroína porventura viesse a corresponder ao amor do seu apaixonado, objetivando resguardar a reputação da bem-amada, este amor tinha que ser mantido em segredo. Por isso, os trovadores jamais cantaram o amor consumado.

Sobre o casamento ainda, tanto a indissolubilidade que começa a se firmar, quanto a autoridade do marido sobre a esposa, fazem parte do fundamento principal do matrimônio - a questão da herança. Seu intuito é garantir sem prejuízos o repasse de bens, de honra e de assegurar aos filhos uma condição de vida igual ou melhor à de seus pais. Com o casamento, a mulher deixaria de ser dependente de seu pai, irmãos e tios, e passaria à submissão do marido a fim de exercer sua função principal: gerar filhos ao

homem que a acolhe, controla e a vigia.

Para a efetuação de um casamento, havia todo um processo anterior, que se pode chamar de negociação. Era preciso que ambas as partes, de certo modo, tivessem garantias para o não empobrecimento da nova família. Por isso, era comum a endogamia - casamentos entre primos - a fim de não dissociar as riquezas. Havia também uma preocupação em não multiplicar demasiadamente o número de filhos. Para tanto, procurava-se limitar a formação de novas famílias, mantendo parte considerável de descendentes no celibato. Aliás, ocorreu também que o celibato se impõe aos poucos aos sacerdotes não só por razões de uma moral sexual, mas também para evitar que a Igreja tivesse que repartir, por herança, suas propriedades.

Por outro lado para o homem, o exercício da sexualidade não se restringia ao casamento. Como diz Duby (1987:17) "a moral aceita, aquela que todos fingem respeitar, obriga evidentemente a satisfazer-se apenas com sua esposa, mas não o força a evitar outras mulheres antes do casamento, durante o que é chamado no século XII de juventude, nem depois, na viuvez".

No sistema de valores masculinos, a exaltação da virilidade remonta também a esse período. Por isso, tanto o concubinato quanto a prostituição acabaram sendo formas de expressão da virilidade, e mesmo com a institucionalização do casamento monogâmico, o homem continuou infiel, pois de certo modo lhe era cobrada uma postura de macho. Já o sistema de

valores femininos dizia respeito à virgindade para as moças e à fidelidade para as casadas. No caso da mulher adúltera, era de responsabilidade do marido e de seus parentes promover a vingança, pois a infidelidade feminina era um erro abominável. O mesmo ocorria quando uma moça era raptada: competia aos seus parentes homens resolverem o caso. Isso, porém, diz respeito à moral doméstica, àquela privada ao âmbito familiar, pois fora do contexto privado, havia as chamadas comissões de paz, por sua vez submissas à autoridade do príncipe. Isso significa que tanto o adultério quanto o rapto certamente encontraram brechas para serem exercidos, sem necessariamente serem punidos.

Além disso, há que se retomar o modelo proposto pela Igreja. Como já vimos anteriormente existiram representantes da Igreja que condenavam o casamento, alegando ser um mal, uma perturbação da alma e um obstáculo à contemplação. Mas, levando em consideração o fato de não haver outra forma dos seres humanos se reproduzirem a não ser através do coito, mesmo sendo este uma armadilha do demônio, esses mesmos pensadores abriram precedentes para que o casamento fosse permitido e se tornasse definitivamente um sacramento, ou seja, algo transformado em sagrado.

Entre os precedentes, saliente-se o fato de ser o casamento uma condição para disciplinar a sexualidade e uma forma de conter a fornicação. Em função disso, a Igreja precisava regulamentar a vida dos casais unidos pelas suas bênçãos. Portanto, condenou o prazer carnal, as demências provenientes da paixão e todo tipo de amor desenfreado. Ensinou que todo homem e

toda mulher unidos pelo matrimônio deveriam abandonar certas idéias, e pensar em sexo somente para procriar. Se permitissem o prazer, transgrediam as leis do matrimônio, ficando, assim, vulneráveis à vingança de Deus (Duby, 1989).

Desse modo, gradativamente, os sacerdotes vão ganhando campo no cerimonial do casamento com a justificativa de sacralizar o ritual das núpcias. Isso feito, vêm as recomendações para expulsar os desejos satânicos e preservar a castidade dos cônjuges.

No século XIII, Santo Tomás de Aquino - **Doctor Angelicus** - juntamente com outros teólogos contemporâneos seus defendia o matrimônio por duas razões: a primeira, por ser a única condição de se conceber filhos sem cometer o pecado; a segunda, para resguardar os homens de certos problemas sexuais, tais como: zoofilia, homossexualidade, práticas anormais durante o coito (instrumentos artificiais), métodos monstruosos (intercurso anal e oral), masturbação, incesto, adultério, sedução e fornicação simples, (cf. Tannahill, 1983:295).

De modo um pouco diferente de Agostinho, Tomás de Aquino acreditava que beijos, toques e carícias poderiam acontecer, sem estarem ligados à luxúria e, nesse caso, não eram considerados pecado. A poluição noturna também poderia ser perdoada, caso não fosse resultado de pensamentos lascivos.

Durante o período Medieval, a expressão "pensamentos lascivos" foi bastante utilizada, uma vez que tais pensamentos

por si só já configuravam o pecado, também geravam outros pecados. O orgasmo durante o sono, por exemplo, fruto de pensamentos lascivos, era também conseqüência de intercuro sexual com o demônio. Incubos e Súcubos, demônios masculino e feminino, respectivamente, costumavam fazer visitas aos leitos dos vivos e com estes manter relações sexuais.

Sobre isso, uma explicação freudiana certamente diria não passar de uma fantasia, permitida apenas em sonho, a fim de satisfazer o desejo que por sua vez está reprimido e impedido de realizar-se de modo consciente. Eram tempos de sérias reprovações a tudo que se referisse ao prazer físico. {O desejo sexual era considerado uma presença demoníaca no ser humano, e a figura do demônio era representada por um pênis grande, ereto e guarnecido por ferros, geralmente escorrendo esperma em abundância. Tal representação incute temor e desconfiança a toda sensação agradável de natureza sexual e também acarreta culpa e vergonha, uma vez que tanto o prazer sexual quanto os órgãos genitais estão associados ao mal. }

Outra questão analisada pela mesma autora (1983) diz respeito ao fato de a Igreja acreditar não só nas visitas noturnas dos demônios, mas também que eles eram capazes de engravidar as mulheres. Para esse fenômeno a explicação era bastante curiosa. O demônio primeiro visitava um homem e dele retirava a semente, transformava-se em masculino para, em seguida, visitar uma mulher e nela depositar aquela semente. E assim nasciam filhos de mulheres solteiras, viúvas e também

casadas. *

Estudando o *Malleus Maleficarum* (1484), considerado o primeiro e grande manual dos inquisidores de feitiçaria, constata-se que de fato as mulheres acreditavam ter contato sexual com o demônio. Contudo a crença de que as mulheres escolhidas pelos demônios fossem bruxas, só apareceu mais tarde, por volta dos séculos XVI e XVII. Na Idade Média era comum o nascimento de crianças bastardas. Filhos legítimos com direitos ao nome da família e à herança paterna, só aqueles nascidos dentro do casamento. Com exceção da Inglaterra, nos demais países europeus, os bastardos passaram a ser considerados como fato normal, e entre as famílias abastadas eles até eram criados juntos com os filhos legítimos; alguns até recebiam regalias e acabavam por ser agraciados como os demais.

Com relação aos ingleses, não significa que eles eram diferentes dos demais europeus, no que se refere à fidelidade conjugal. Eles eram simplesmente contrários a assumir filhos ilegítimos. É bem recente a legislação inglesa que trata da legitimação de filhos nascidos de relacionamentos ocasionais.

O adultério era de fato uma prática condenada, principalmente para as mulheres, no entanto era exercido. Prova disso é a classificação em filhos legítimos e ilegítimos. E o bastante

* Muito semelhante a esse fantástico modo de reprodução humana, ocorre ainda hoje, às portas do terceiro milênio, na região Norte do Brasil, com mulheres que na ausência do marido recebem a visita do boto - mamífero cetáceo da família dos platanistídeos - e por isso elas continuam engravidando e enfileirando filhos, uns do esposo, outros do boto.

para ofender e diminuir alguém perante a sociedade, era apontá-los como bastardos, tamanha a conotação negativa dada ao fruto de relacionamentos fora do casamento.

Nos registros de igrejas e das cortes de residências senhoriais, consta que de 1430 a 1545 a porcentagem populacional era de 133 homens para 100 mulheres. E este dado aponta como um dos fatores determinantes o elevado número de mulheres acusadas de adúlteras durante aquele período.

Uma das formas mais cruéis de repressão sistematizada ao elemento feminino, deu-se com a denominada "caça às bruxas". Essa herança vergonhosa teve início nos fins do século XIV até aproximadamente metade do século XVIII, quatro séculos marcados pela perseguição às mulheres.

Pobres mulheres, acusadas de adúlteras, quando casadas; de atraírem o demônio para com elas copularem, quando bonitas; de seduzirem senhores respeitáveis - entre eles padres e bispos -, quando não tinham donos; de praticarem atos de bruxarias, quando feias: estes e outros motivos eram apontados como sentença para humilhá-las, puni-las e condená-las à morte.

O *Malleus Maleficarum* (1484) nos dá uma mostra do que foi a queima de mulheres feiticeiras e do terror que se espalhou por toda a Europa durante aqueles quatro séculos de Inquisição. Homens também eram acusados de praticarem bruxarias, mas segundo consta 85% dos condenados eram mulheres.

O sistema feudal, cujo poder apresentava sinais de

enfraquecimento, para não ruir no final do século XIII, passa a buscar novas formas de se garantir. Entre elas, adota medidas que centralizavam, hierarquizavam e organizavam aquele poder com formas políticas e ideológicas mais avançadas. Foi nessa época que também surgiram as primeiras noções de pátria.

A Igreja, posteriormente desmembrada em Católica e Protestante, contribuiu de modo bastante significativo para a solidificação da centralização do poder. Isso foi possível através do terror, do medo, da tortura e dos assassinatos respaldados pelos Tribunais da Inquisição, espalhados por toda a Europa. Onde ainda o Cristianismo não havia colocado suas regras morais, onde o paganismo ainda sobrevivia, os tribunais deram conta de enquadrar a todos, dentro das normas de comportamento exigidos pela Igreja.

Camponeses que se rebelavam contra os senhores feudais, enquanto estes os submetiam à fome, à miséria e à doença, bem como todas as mulheres tinham que ser enquadrados nas normas de controle e transformados em controladores de si mesmos. Esta prática provocou mais tarde o surgimento do puritanismo. Mas o alvo, naquele momento, era reajustar o regime feudal, pois este havia afrouxado o poder em função de sua característica dispersiva. Para tanto a centralização do poder foi a saída encontrada. Contudo, não se esperava que com isso se estaria engendrando um novo modo de produção. Este novo sistema, em meio ainda às ruínas do feudal, começa a produzir o corpo dócil do homem do futuro. O controle sobre o corpo e a sexualidade produzirá homens alienados e incapazes de se rebelar. Assim, os

mínimos gestos chegam ao século XVII, totalmente controlados e normatizados.

Numa sociedade teocrática como a européia medieval, o herege era também considerado transgressor político. E nos locais onde ainda não havia controle sobre as práticas sexuais, principalmente nos meios pobres, os Tribunais da Inquisição não concediam o perdão, pois toda transgressão sexual era também transgressão da fé. Em função disso, a punição foi um meio eficaz para a conversão das massas pagãs.

Para que isso fosse alcançado, os tribunais se fundamentaram em teses do Manual da Inquisição, escritas em 1484 por Heinrich Kramer e James Sprenger, que seguem por ordem de importância (destacadas entre as páginas 15 e 16 da referida obra):

- 1) O demônio, com a permissão de Deus, procura fazer o máximo de mal aos homens a fim de apropriar-se do maior número possível de almas.
- 2) Este mal é feito prioritariamente através do corpo, único "lugar" onde o demônio pode entrar, pois "o espírito [do homem] é governado por Deus, a vontade por um anjo e o corpo pelas estrelas" (Parte I, Questão I). E porque as estrelas são inferiores aos espíritos e o demônio é um espírito superior, só lhe resta o corpo para dominar.
- 3) E este domínio lhe vem através do controle e da manipulação dos atos sexuais. Pela sexualidade o demônio pode apropriar-se do corpo e da alma dos homens. Foi pela sexualidade que o primeiro homem pecou e, portanto, a sexualidade é o ponto mais vulnerável de todos os homens.
- 4) E como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do demônio (as feiticeiras). E as mulheres têm mais convivência com o demônio "porque Eva nasceu de uma costela torta de Adão, portanto nenhuma mulher pode ser reta" (I,6).
- 5) A primeira e maior característica, aquela que dá

- todo o poder às feiticeiras, é copular com o demônio. Satã é, portanto o senhor do prazer.
- 6) Uma vez obtida a intimidade com o demônio, as feiticeiras são capazes de desencadear todos os males, especialmente a impotência masculina, a impossibilidade de livrar-se de paixões desordenadas, abortos, oferendas de crianças a Satanás, estrago das colheitas, doenças nos animais etc.
 - 7) E esses pecados eram mais hediondos do que os próprios pecados de Lúcifer quando da rebelião dos anjos e dos primeiros pais por ocasião da queda, porque agora as bruxas pecam contra Deus e o Redentor (Cristo), e portanto este crime é imperdoável e por isso só pode ser resgatado com a tortura e a morte."

Concomitante a esse massacre ao prazer, principalmente no que se refere à mulher, o mundo também dava sinais de um novo tempo, ou seja, a Renascença. Um manual de ódio, tortura e morte se produziu em pleno esplendor da luz. Uma obra diabólica, cujo conteúdo busca em primeiro lugar enaltecer o demônio, com seus poderes divinos; em segundo, o poder da bruxaria. Doenças, pestes, intrigas, tempestades, pragas nas lavouras e nos animais eram consideradas obras de pessoas heréticas. Por último, o manual trata do julgamento e das sentenças daqueles desventurados que se encaixavam no que prescreviam suas teses. E, em nome de Cristo, sob as bênçãos de Inocêncio VIII, entrou em vigor a bíblia da crueldade.

Numa interpretação psicanalítica, poder-se-ia dizer que o Manual da Inquisição é a própria deformação do mito cristão. Ao mesmo tempo em que justifica os crimes em nome do amor a Cristo, repudia a própria essência da doutrina cristã - o humanismo -, uma mensagem que se pauta na alteridade e na busca da salvação da alma através do respeito para consigo mesmo e para com os outros

- individual e social. E uma vez distorcido o substrato original dessa doutrina, leva-nos a refletir sobre os danos provocados nas relações amorosas e conjugais, durante o vigor dos Tribunais da Inquisição e por quanto tempo esses mesmos danos se refletirão, na medida em que se multiplicam, ainda hoje, seitas cristãs com paradigmas medievais! Essa posição aqui tomada não significa uma defesa da doutrina cristã. Trata-se apenas de uma referência àquilo que ela se propôs inicialmente, em comparação ao que foi se fazendo - diga-se com requinte de crueldade - para que alguns homens pudessem enquadrar todos os outros homens num padrão, considerado por eles ideal para ser vivido.

São Jerônimo, Santo Ambrósio, Santo Agostinho e outros intelectuais da igreja cristã, por maior que tenha sido o rigorismo moral pregado por eles, certamente teriam reprovado tamanho poder - o de decidir sobre a vida e a morte de outrem. Igualmente não aprovariam tanto poder atribuído ao demônio. Poder este que o caracterizou como aquele que traz a luz, quando o batizaram de Lúcifer. E naquele momento, quem dava à luz era o Renascimento.

Um novo horizonte e uma nova luz despontavam no Ocidente. Era a vez das ciências, das artes, da literatura, do conhecimento e das transformações sócio-políticas modernas. Com isso, os expoentes do Renascimento também eram perseguidos, pois criar, naquele momento, também era tarefa de Lúcifer.

No relacionamento humano, também começam a surgir mudanças. Isso se reflete a partir do momento em que mulheres e

crianças passam a ser vistos com mais atenção e dignidade, ainda que estas mulheres e crianças pertencessem apenas aos círculos mais evoluídos. Uma nova forma de relacionamento entre homem e mulher também tornou-se costume durante o Renascimento - amores de aliança. Era um tipo de amor-amizade ou amor platônico, adotado por pares reconhecidos como expoentes da revolução cultural daquele tempo. Entre tantos destacaram-se Miguel Ângelo e Vitória Colonna, Luiz XII e Tommasina Spíndola, Montaigne e Marie de Gournay.

O amor tornou-se um tema inspirador para todas as artes, e o corpo feminino passou a ser representado como expressão de beleza, contrariando, deste modo, o velho dogma da inferioridade da mulher e a crença que via o corpo como algo feio, sujo e lugar do pecado. Prova disso são as Vênus de Botticelli e Ticiano; de Cranach e de Sprangler; a Leda de Leonardo; a Galateia de Rafael; as ninfas de Jean Gouyon, entre outros (Delumeau, 1984:92).

"O amor é desejo de beleza" dizia Ficino - expressão do neoplatonismo renascentista. Manifestava-o através da doutrina do amor cuja inspiração era a mulher, não mais, portanto, dos jovens efebos, como nos tempos de Platão. Contudo, esse amor e essa admiração pelo elemento feminino era expressado na forma espiritual, sem a intenção do contato carnal. Para muitos neoplatonistas, o sexo era "coisa má" e não poderia se confundir com a "essência boa" do amor.

Mas foi no século XVI, que o casamento também começa a passar por transformações significativas. As idéias medievais de

ser ele incompatível com o amor, de ser a mulher portadora do pecado e, portanto, a vida matrimonial um inferno são reavaliadas a partir das idéias reformistas. Lutero, apesar de acreditar na vinculação sexo-pecado, admitiu ser o ato sexual uma necessidade vital. Com isso ele também referendou a vinculação sexo-procriação, contudo acreditava na misericórdia divina concedida aos esposos. Pautado nisso, casou-se, contrariando assim a vontade dos príncipes e bispos que proibiam o casamento para religiosos, acreditando também com seu ato, desafiar o próprio demônio.

Para que esse exemplo fosse seguido, não só Lutero mas também Zwingli e Calvino, principais responsáveis pela Reforma, casaram-se, apesar deste último conceber o casamento de modo diferente de Lutero. Para Calvino, amar a esposa significava amar a si mesmo:

"É, pois, contrário à natureza não amar a esposa ... O marido e a esposa estão ligados num só pelo laço do casamento, de tal modo que são como uma só pessoa. Portanto, quem considerar santamente a lei e a condição do casamento terá de amar sua esposa." (Calvino apud Delumeau, 1984:96).

De um modo geral podemos dizer que Calvino fundamentou suas palavras em Paulo, em momentos em que este apóstolo enaltece o casamento, dando a esta instituição um sentido mais humanista, como o fez em sua Carta aos Efésios, onde corrige consideravelmente o tom gélido de sua resposta aos Coríntios. Já Lutero, de modo muito mais rigoroso, apoiou-se nas idéias de Santo Agostinho, como forma de oposição ao afrouxamento moral que vigorava no seio da Igreja Romana. Desse modo a moral luterana

referenda a sexualidade apenas no casamento e ao nível procriativo. O prazer também é regulado entre os protestantes. Para eles o corpo precisa ser expiado através do trabalho. O individualismo é recomendado, e os seguidores da nova Igreja devem confessar seus pecados a Deus e obedecer às Sagradas Escrituras. Devem ainda honrar o trabalho numa perspectiva de acumulação de bens materiais, sem se permitir exageros com gastos.

Historicamente é Lutero que, através da Reforma, por primeiro desafia a estrutura sagrada do medievalismo - a Igreja Romana, representada pelo Papa. E esta por sua vez, sentindo-se ameaçada, promove a Contra-Reforma. Para tal, a Igreja agora identificada como Católica reúne forças em seu próprio seio e se reorganiza a partir do Concílio de Trento (1545 a 1564), apresentando ao Novo Mundo que surgia sua face reformista.

Nesse Concílio é aumentado o rigor em relação à sexualidade e esta é ameaçada com a condenação ao inferno, enquanto é reafirmado o celibato (oficializado em 1139 no II Concílio de Latrão); é referendada a "caça as bruxas", pois para o inferno serão mandados todos os pecadores, fornicadores e invertidos.

Fortalece-se com isso a "cultura da vergonha". O nu, por exemplo, que já vinha sendo combatido ao longo dos séculos, mas conquistando um espaço de admiração pelos renascentistas, a partir de então é severamente condenado. Acabaram-se os banhos públicos e coletivos. A orientação era que se tomasse banho

sozinho e de camisolão. Até mesmo para contatos sexuais, recomendava-se aos cônjuges o uso de uma camisola com abertura na altura dos genitais. A prática de esportes entre os religiosos só seria permitida, se estes trajassem hábito ou batina. E os Cristos crucificados, que eram completamente nus, foram vestidos como exemplo de pudor. Tudo no homem e na mulher podia ser bom, mas seus órgãos genitais eram vergonhosos, desonestos e proibidos.

Católicos e protestantes passam a se formar sob a influência do amartiocentrismo - tudo gira em torno do pecado. E por pecado se compreende principalmente o de ordem sexual. O corpo é o culpado de todos os vícios e pecados, até mesmo os de pensamento. Neste sentido, importa sobretudo vigiar o corpo e reduzi-lo à total submissão. E para este intento, entre os mecanismos de repressão, o mais eficaz foi sem dúvida o da confissão, que desde o século XII vinha exercendo importante função entre as classes mais abastadas. Com a Contra-Reforma, ganha mais força e se estende também entre os pobres.

No que diz respeito a essa educação amartiocentrista que passa a vigorar após a Contra-Reforma, Libânio (apud Nunes 1987:63-64) esclarece:

"Esse final de Idade Média e primeiro século pós-tridentino seria tomado pela obsessão de satanás, sob a dupla forma: alucinante criatividade de imagens do inferno e idéia fixa das armadilhas e tentações que satanás trama contra os homens para sua perdição eterna. A iconografia vai ser lugar privilegiado para refletir essa visão atormentante e diabólica. Ora os demônios aparecem como forjadores que desferem golpes de martelo sobre uma massa feita de corpos de homens e

mulheres sobrepostos, ora os condenados são representados presos a imensa roda de tortura ou deitados sobre uma grelha e regados de chumbo fundido ou enforcados a galhos secos, etc... A fantasia humana não tem limites na sua criatividade, quando assolada pelo medo. As representações dos demônios e do inferno revelam o inconsciente repressivo em matéria sexual, que o medo da condenação produz. Adúlteros são açoitados, mulheres levianas têm seu sexo penetrado por tições acesos. Joga-se frequentemente com o contraste de imagens, de um lado cenas de prazer, de afago - na terra - e doutro de sofrimento e tormento eterno no inferno. O prazer representa o passo imediato para o inferno."

Contudo, o pecador podia livrar-se desses tormentos, desde que se ajoelhasse diante de um confessor, relatasse minuciosamente sua intimidade, seus gestos, seus sonhos, seus desejos, seus gostos, seus prazeres, enfim um exame de si mesmo, onde o corpo e o sexo fossem revelados. Só assim, através do sacramento da penitência, o pecador obteria o perdão, possível de poupá-lo das chamas do fogo do inferno. Foucault (1988:59) nos diz que a confissão e a tortura são irmãs gêmeas e as chama de sinistras, pois segundo ele "confessa-se - ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo (...). O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente."

2.4 - Idade Moderna

Se a Antiguidade foi o império da razão da natureza, e a Idade Média, o da razão de Deus, a Idade Moderna inaugura a supremacia da razão do homem. Na transição histórica - medieval-

moderna - tudo o que se refere ao campo das uniões sexuais também sofre mudanças, em função do afluxo de correntes de novos ideais sociais. O Renascimento e a Reforma, sem dúvida, impulsionaram a humanidade a questionar velhos valores, padrões e concepções a respeito da mulher e sobretudo do casamento.

Além disso, naquele mesmo período a aristocracia feudal, vaidosa da sua nobreza, habituada ao domínio sem limitações, via-se também relegada ao segundo plano, pois em seu lugar surgia uma nova força social. Era a burguesia que emergia e se desenvolvia com força e poder. Com isso, os velhos códigos da moral feudal, engendrados no seio da sociedade aristocrática, com um modelo de economia comunal e pautado nos paradigmas autoritários de castas, cerceadores das vontades individuais dos membros desse mesmo sistema, entravam em choque com os novos princípios que naquele momento eram impostos pela classe burguesa em ascensão.

A moral dessa nova classe que aparecia pautava-se em valores opostos aos princípios morais mais essenciais do mundo feudal. No lugar do princípio de casta, surgia uma radical individualização, novo código da pequena família burguesa. A colaboração, uma das principais características da economia comunal, dava sinais de morte e em seu lugar nascia a concorrência. As idéias comunais, por fim, sucumbiram aos princípios da vitoriosa propriedade privada.

É o início de novas relações de produção, caracterizadas pela exploração capitalista de um proletariado assalariado. Camponeses arruinados por terem sido expulsos de

suas terras, artesões esmagados pela concorrência, mercenários dos senhores feudais que ficariam desempregados e todos aqueles que fugiam da opressão feudal, livres, mas expropriados de seus meios de produção, vêm-se obrigados a vender sua força de trabalho, para não morrerem de fome. O burguês, que se originou da produção mercantil, compra essa força de trabalho, pois para ele, tudo se compra e tudo se vende. A partir daí o homem não só se escraviza no trabalho, como também se aliena nele. É o fim também do trabalho artesanal que cede lugar ao trabalho manufatureiro.

Sobre isso, Nunes (1987:68) diz que: "ao capitalismo nascente era necessário reprimir a energia sexual para que esta fosse usada nas máquinas, no trabalho (...) o sexo passa a ser visto como o grande inimigo do trabalho".

Eis o mundo moderno chegando, e com ele a exaltação da ciência, da razão e da potência do espírito humano. Com ele também, a rejeição da fé (ou, pelo menos, a secundarização da fé num ser divino) e a dessacralização dos dogmas medievais.

Essas transformações que culminaram num novo modo de produção, sem dúvida, deixaram a humanidade dividida entre dois códigos de moral sexual, ou seja, entre o velho mundo feudal e o novo mundo burguês que se colocava naquele momento. A população rural, por exemplo, sofreu este processo de um modo mais lento, pois as mudanças econômicas neste aspecto também foram gradativas e evoluíram na medida em que se desenvolviam as relações econômicas. Por outro lado, a população urbana e principalmente

as camadas mais abastadas da sociedade se viram em crise diante do enfrentamento das correntes opostas de valores, nas relações amorosas, conjugais e sexuais.

E assim se produziu a moral da propriedade individualista e do culto ao eu. Isso se refletiu muito mais intensamente nas relações entre os sexos, do que em outras formas das relações humanas. Fortaleceu com isso a idéia do direito da propriedade de um ser sobre o outro e o velho preconceito da desigualdade entre o homem e a mulher. Já o modelo da família passou a ser aquela encerrada em si mesma, cuja responsabilidade é a de ser a célula principal da sociedade.

A moral da nova classe burguesa privilegiou fortemente a idéia da propriedade do marido sobre a esposa, de tal forma que já não era mais a mesma antiga idéia do código aristocrático - aquela que entendia pertencer ao marido, a mulher enquanto um corpo físico. A mulher passou a ser propriedade do homem também enquanto um ser dotado de personalidade, ou seja, de seu eu espiritual. E esse sentimento não se restringiu apenas ao casamento legal; em qualquer tipo de união amorosa ele se manifestava. O fantasma da infidelidade não oferecia perdão às suas vítimas. A mulher adúltera não necessariamente era morta em defesa da honra do marido, mas quando isso não acontecia, mesmo assim ela era humilhada, rotulada e discriminada perante a família e a sociedade. Embora, inicialmente se afirmasse a igualdade entre todos os seres humanos pela razão, também nos tempos modernos se acaba estabelecendo que o homem é superior à mulher por ser o homem mais racional, ou seja, já não se busca

uma razão externa no ser humano, mas uma razão nele mesmo.

Para os reformistas, o adultério rompia automaticamente com os laços matrimoniais. Eles também acreditavam que um mau casamento não deveria ser levado adiante, como instituíra a Igreja Católica, que desde o século XII insistia em dizer que o contrato conjugal era indissolúvel, por se tratar de um sacramento divino. Lutero, porém, preferiu aconselhar o divórcio ao invés de torná-lo obrigatório. E, quando uma mulher recusava os direitos conjugais ao marido, os reformistas consideravam este fato uma deserção, daí recomendando-se o divórcio.

Assim que Lutero promoveu a Reforma, o matrimônio era considerado o único meio aceitável para se praticar o ato sexual. Contudo, o sexo era ainda aliado à função meramente procriativa. O matrimônio também era comparado a um remédio apontado por Deus para conter a fornicação. Isso não diferenciava os reformados dos católicos, que insistiam em dizer que o matrimônio era um mal necessário e o único meio lícito para o ato sexual-procriativo. Aqueles, porém, não levaram muito tempo para concluir e orientar seus seguidores com idéias mais avançadas a respeito do matrimônio. Admitiam, então, ser o sexo permissível desde que objetivasse a vinda dos filhos, para evitar a fornicação, para aliviar as tristezas domésticas e para que um dos cônjuges agradasse o outro, em caso de aborrecimento de uma das partes. Com esses avanços, Lutero considerou seus argumentos suficientes para se colocar firmemente contra a prostituição. Para ele, as relações extraconjugais eram desnecessárias e

supérfluas. Com isso, os reformistas também ressuscitaram o lar patriarcal do Antigo Testamento, pois colocaram aos seus seguidores os modelos de "pais-todo-poderosos", "boas esposas" e de "filhos subjugados."

O século XVI foi marcado como um período tempestuoso em termos de mudanças. Estas foram religiosas, econômicas, culturais e científicas. Com a descoberta de um novo mundo - a América - acabou-se provocando mudança na estrutura da sociedade. Com isso também, o modelo de família começou a modificar-se no sentido de tornar-se mais apropriado aos novos tempos. Sob a influência marcante do individualismo, começa a se formar a família nuclear, composta apenas de pais e filhos. O velho modelo, onde num mesmo espaço físico-territorial, residiam avós, cunhados, sobrinhos, netos, pais, filhos, primos, criadagem com filhos e até os bastardos, aos poucos foi cedendo lugar ao novo modelo. O novo nascia exigente em termos de privacidade e estabelecimento de íntimos laços pessoais, principalmente entre marido e mulher. Isso resultou de imediato numa queda brusca na taxa de bastardia. Este fato, porém, foi temporário, pois retorna em alto índice na metade do século XVIII.

Uma outra questão significativa do século XVI foi a onda de puritanismo, que se espalhou por toda a Europa. Esse fenômeno para alguns historiadores era reflexo da Reforma Protestante e da Contra-reforma Católica, que ao mesmo tempo tentavam impor austeridade junto aos governantes, a fim de evitar desleixos e maus exemplos para com a população em geral, haja vista o resultado final do Concílio de Trento, quando foi

reafirmado o sacramento do matrimônio, acrescentando novas exigências de consentimento paterno para o casamento. Foi reforçada também a condição do celibato para os religiosos, considerada a virgindade um estado mais abençoado por Deus do que o casamento em si, e condenadas pinturas que excitavam a luxúria. O próprio papa Paulo IV ordenou que as figuras que retratavam corpos nus no quadro do Juízo Final - obra de Miguel Ângelo na Capela Sistina - fossem cobertas, pois tratava-se de figuras eróticas.

Esse rigor puritano objetivava colocar os cristãos, nos trilhos estreitos e retos da moralidade convencional, social e sexual. O enquadramento nessa moralidade dava-se por convicção ou por medo de perseguições. Prova disso são os afogamentos praticados pelos protestantes contra os anabatistas e o massacre de huguenotes praticados por católicos. Com isso, também os novos casamentos e a conseqüente formação de novas famílias seguiam as mesmas exigências religiosas e morais da época. Já não se casavam mais tão jovens como nos tempos medievais, mas ao homem era pedido que ao menos pudesse sustentar uma família, enquanto a mulher deveria reunir as condições de dona-de-casa eficiente, companheira racional, e excelente mãe para os filhos. O amor ainda não era o componente principal para a realização de um casamento, contudo da convivência se almejava a cumplicidade mútua e a afeição.

Em termos de mudanças significativas em relação à mulher, no que se refere principalmente ao velho estigma da inferioridade e submissão feminina, o que pode ter acontecido é

resultado do fato de ambos os cônjuges fazerem parte da mesma faixa etária a partir do novo modelo de família. Antes, uma mulher, muitos anos mais jovem que o marido, acabava formando sua personalidade de acordo com as imposições de seu senhor. E uma mulher mais madura, apesar de toda sua formação ser voltada à docilidade e à submissão, reúne melhores condições de se autoafirmar, podendo opinar e participar de um casamento e não apenas submeter-se a ele.

Todavia não nos esqueçamos que a maioria dos filósofos e dos cientistas modernos sempre foram do sexo masculino. E em termos de concepção sobre os papéis sexuais - masculino e feminino -, desde a Antiguidade se justificava a diferença como algo "natural", passando pelo medievo como algo "divino", chegou-se aos tempos modernos sem grandes avanços no sentido de igualdade entre os sexos. Rousseau, por exemplo, disse que "a mulher fora feita para ceder ao homem e suportar sua injustiça" (Tannahill, 1983:365). Essa idéia com certeza, em pleno século XVIII, não pertencia somente a Rousseau.

Foi no século XVIII também que o número de nascimentos ilegítimos voltou a subir. Isto significa que as relações extraconjugais, aparentemente amenizadas com o surgimento da família nuclear, não desapareceram. Esse fato deve ter sido decorrente das condições de trabalho daquele período. Condições estas que levaram os homens a permanecer muito tempo fora de casa em busca de emprego, na lavoura ou nas fábricas. Isto nos leva a deduzir que seus relacionamentos sexuais também consistiam em

encontros casuais, e para com estes os cuidados com o nascimento de filhos já não eram os mesmos que tinham com mulheres de suas aldeias ou cidades de origem.

Sabe-se que os cuidados contraceptivos até então se limitavam a dois métodos considerados de maior segurança: o coito interrompido e o intercuro anal, muito embora, desde a Antiguidade, estudiosos, cientistas e até mesmo leigos especuladores já apontassem diversas fórmulas para se evitar a concepção. Uma prática também bastante recomendada durante a Antiguidade, como forma de controle populacional mais viável que o aborto, era o infanticídio.

Com o advento do Cristianismo, veio a desaprovação por parte da Igreja, recriminando toda medida contraceptiva e insistindo que o sexo só seria admitido com fins procriativos, uma vez que Deus não havia deixado outra forma da humanidade se reproduzir. Neste aspecto, a ciência permaneceu como nos tempos de Aristóteles. Este pensava que o fluido seminal fosse uma espécie de substância da alma, que se misturava ao sangue menstrual, para produzir a criança viva. O processo era semelhante ao da transformação do leite em queijo. Assim sendo, o sêmem do homem era o elemento principal na procriação. A mulher era apenas uma incubadeira, ou um canteiro preparado para receber a semente e nele fecundar. Por isso as tentativas de se buscar um método seguro versavam em torno de "matar a semente do homem".

E a grande descoberta de que a mulher era fértil e participava na fecundação com contribuição igual ao homem, só se

deu no século XVIII. Foi a resposta à pergunta com mais de dez mil anos de idade. Antes disso, ainda no século XVI, o grande anatomista italiano, Falopius, inventou o condon - preservativo conhecido nos tempos de hoje como "camisinha" -, embora o objetivo dessa descoberta se dirigisse à proteção contra a sífilis. Geralmente eram feitos com pele de estômago de lebre, tripas de carneiro, e às vezes de pele de peixe. No entanto, foi somente no século XVIII que o condon começou a ser utilizado como contraceptivo, apesar de seu emprego estar ainda vinculado à prevenção da sífilis.

Diante dessa grande descoberta, poderíamos imaginar ou nos perguntar por que, então, o nascimento de filhos ilegítimos retomou seu crescimento, justamente quando se associam condon - contracepção? Ora, sabemos também que hoje, vésperas do terceiro milênio, com uma variedade de métodos anticoncepcionais disponíveis no mercado, as ruas das grandes, médias e pequenas cidades estão povoadas de crianças indesejadas. Esta é uma discussão mais ampla e que passa necessariamente pela educação, pela apropriação do conhecimento científico do próprio corpo, do corpo do outro e deste mesmo corpo na sociedade. Deste modo a concepção passaria para o plano do desejado, do planejado e do aceito. Seria acima de tudo uma tomada de decisão. Este é o nível de desenvolvimento que se almeja, mas não é o que temos. E a solução não é oferecer aleatoriamente recursos contraceptivos para a população.

Como vimos anteriormente, no decorrer do século XVIII a sociedade ficou mais móvel. Eram lavradores em busca de trabalho

em outras regiões, marinheiros que se multiplicavam em função do transporte marítimo, mercadores, caixeiros viajantes, advogados, entre outros que, deslocando-se com muita frequência, passaram a adotar um novo tipo de família, a extra-oficial. Esta consistia em manter uma segunda ou terceira esposa, na condição de amante, com casa montada em endereço fixo. E foi por volta de 1750, conforme consta em Tannahill (1983), que a expressão "mulher mantida" começou a vigorar. Filhos nascidos destas uniões eram ilegítimos. Além disso, os filhos das empregadas domésticas também nasciam bastardos, pois o empregador só podia legitimar os filhos dele com a respeitável dona-de-casa, a verdadeira esposa.

Após a descoberta da participação da mulher na fecundação, fato este que veio finalmente justificar porque os filhos tanto se parecem com o pai como com a mãe, era de se esperar um novo conceito sobre a mulher. De fato aconteceu. A mulher, a partir de então, não era mais a "incubadeira" e nem o homem o grande responsável pela produção do elemento principal, como, no conceito aristotélico, o sêmen era o ingrediente ativo na concepção. Pelo menos neste aspecto - fecundação - a mulher passou da condição de inferioridade para a de igualdade, de passiva para ativa em relação ao homem. Contudo prosseguiu em sua antiga função dentro no matrimônio, a de **gyne** - reprodutora - até os dias em que começaram a lhe arranjar novos (velhos!) títulos: "Rainha do Lar", "Anjo da Casa", entre outros. E fora do matrimônio, a nova descoberta também não lhe rendeu melhoria. Continuou sendo aquela que dá o prazer, a amante, a

concubina, a cortesã, a mulher paga. Neste sentido Engels (cf. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, 1987), afirma que a diferença entre a esposa e a prostituta reside apenas no fato de a primeira não ser paga por manter relações sexuais.

Como até o século XVIII, o homem era o único responsável pela fecundação, desenvolveram-se então várias explicações sobre o sêmem e sua utilização. Levando em consideração ter o Ocidente se tornado cristão, herdamos, até muito recentemente, a crença de que o desperdício do sêmem resultaria em anomalias físicas terríveis, além do castigo do fogo do inferno após a morte. A Igreja dizia ser o desperdício resultado da masturbação, da homossexualidade e do coito praticado mais de uma vez por semana sem a intenção de procriar. No ano de 1642, **Sinibaldi**, o italiano, escreveu a primeira obra considerada padronizada da Europa sobre sexualidade, chamada **Geneanthropeia**. Nela constavam ameaças aos desperdiçadores de sêmem com doenças do tipo prisão-de-ventre, mau hálito e anomalias físicas, como corcunda e nariz vermelho. Já em meados do século XIX, **Ellen White**, fundadora dos Adventistas do Sétimo Dia, dizia ter tido uma visão que revelava que todo homem praticante de masturbação se tornaria aleijado e imbecil. A medicina e a pedagogia do século XVII não deixaram por menos: diziam ser a masturbação um mal que carecia ser extinto para evitar conseqüências desastrosas, desde a deficiência física e mental, até o comprometimento da futura prole, pois os filhos dos adeptos desse mal podem nascer deformados.

Com a descoberta do microscópio, também no século XVII, o fluido seminal passa a ser examinado com maior rigor e descobriu-se que era animado por minúsculas criaturas, semelhantes aos girinos, denominados animálculos. Depois disso, várias explicações foram surgindo, entre elas a de que eram pequeninos seres humanos visíveis apenas sob o microscópio. Leibniz, por exemplo, acreditava que cada espermatozóide continha um ser humano pré-formado, portador de alma e herdeiro do pecado original.

Esse impulso dado pela utilização do microscópio proporcionou inúmeras teorias sobre a reprodução. A partir daí, foi-se observando cada vez mais a importância da hereditariedade materna e paterna nos aspectos físicos e intelectuais. Um fato curioso, ainda no século XVII, respaldava a pregação da virgindade de Maria feita através da Igreja. Descobriu-se que um pulgão encontrado nas roseiras, permanecia virgem após reproduzir nove descendentes em um único dia. Portanto, se o pulgão gerava filhos e continuava virgem, a Igreja estava certa. E assim sucessivas teorias, até se chegar a 1859, quando Darwin revolucionou os conhecimentos com seu estudo sobre **A Origem das Espécies**.

Todavia a Idade Moderna, com todos os seus avanços científicos e revoluções, não abandonou as idéias do velho puritanismo. Ao contrário, funde estas às novas modas intelectuais, formando-se desse modo um novo sistema moral conveniente com as suas ambições sociais. É o vitorianismo,

movimento que Foucault (1988:9) acha ainda estar vivo, e que se tornou

"(...) o braço de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita (...) cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno de sexo se cala. O casal, legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais".

Nada mais racional, para a burguesia do século XIX, do que desenvolver um apego quase desenfreado à privacidade e, ao mesmo tempo, promover uma busca do refinamento dos desejos terrenos. Era a necessidade de conveniências, de autocensura e de preocupações com a moral. As aparências visavam encobrir aquilo que não se discutia, que se disfarçava não apreciar, mas que certamente conheciam e praticavam. O ideal de amor vitoriano era a conjunção da concupiscência com o afeto, e isso os burgueses herdaram de tempos passados, pois para eles o amor estava segregado do sagrado e do profano.

Para a classe média do século XIX o sucesso econômico era almejado, pois com ele se adquiria também a distinção social. E isso foi uma marca bastante forte no transcorrer do século passado, tanto é que um dos indícios de prestígio social era o número de criados a serviço das donas-de-casa. Com os maridos presos ao lugar de trabalho, as mulheres da classe média passavam o tempo ocupando-se com serviços filantrópicos, aprendendo etiquetas, fazendo compras e com uma série de outras

frivolidades.

As mulheres da era vitoriana caracterizavam-se como criaturas indolentes e apáticas. Os maridos dedicavam-se a protegê-las do intercâmbio exagerado com o mundo lá fora. A eles competia fazê-las felizes e garantir a honra do matrimônio. O exagero da moralidade chegava ao ponto de proibir o exame médico, principalmente o ginecológico, cabendo à mulher apontar o lugar onde sentia dor em figuras do corpo humano. Mesmo assim, a consulta era feita na presença de um acompanhante, na maioria das vezes, o próprio marido. O desconhecimento sobre o próprio corpo era sinal de pureza. A menstruação era um assunto proibido, jamais mencionado entre médico e paciente.

Tannahill (1983) recorda que, em 1878, o jornal British Medical publicou uma nota sobre presuntos, que poderiam se tornar rançosos, se fossem tocados por mulheres menstruadas. Isso nos leva a perceber o quanto a ciência médica ainda se misturava com crendices sobre anatomia e fisiologia. Outro exemplo é o fato de os vitorianos associarem a frigidez sexual à virtude moral. Tanto o orgasmo feminino, como a função do clitóris no ato sexual eram detalhes que pertenciam a mulheres indecentes. Delicadeza e ignorância combinavam com o modelo de mulher da classe média vitoriana.

Entre os quesitos apreciados numa mulher, ressalta-se a sua mais importante função: a de mãe. Isso foi motivo para uma grande polêmica nos meios acadêmicos do século XIX. E em 1861, o chamado "jus maternum" de Johann Jacob Bachofen - jurista e

historiador - aparece negando a superioridade masculina em relação à condição feminina, e ainda apresenta estudos histórico-antropológicos sobre o período em que as mulheres governaram a humanidade, e a maternidade era o único meio pelo qual se reconhecia o parentesco. Essa inovação foi muito bem aceita entre os cientistas progressistas e primeiros grupos feministas da época.

Contudo, o lugar da mulher continuou no lar, para exercer o papel de esposa e mãe, como bem convinha à moral vitoriana. Convém salientar que esta doutrina sobre o "lugar da mulher" servia muito bem para as camadas superiores. Para as mulheres pobres, cuja sobrevivência dependia do produto de seu trabalho, como domésticas, como tecelãs nas fábricas de tecidos, ou como prostitutas, não havia essa preocupação obstinada pelo "lugar da mulher."

A doce, meiga e submissa esposa vitoriana era aquela reprimida quanto ao conhecimento, mas espiritualmente refinada. Por isso carecia ser manejada com delicadeza. Sexualmente aprendera a conter-se, pois ensinaram-na que o desejo e o prazer pertencem a outro tipo de mulher. E os maridos, nem todos preparados para lidar com tamanha candura, tinham suas próprias dificuldades, suas inibições. Para eles fazer amor com o "anjo do lar" era antes de tudo cumprir com o sagrado dever do matrimônio.

Sobre isso, Santo Agostinho sempre foi lembrado. Católicos e protestantes do século XIX o adotavam. A medicina

também aliava-se aos conselhos desse imortal teólogo. E assim, o sexo no matrimônio continuava unicamente procriativo. Em 1894, uma americana chamada Alice Stockham confirmava as palavras de Santo Agostinho, dizendo: "qualquer marido que exigisse o intercuro conjugal, exceto com a intenção de conceber filhos, transformava a esposa em prostituta particular" (Tannahill, 1983:336).

De fato a pregação era para que os homens não insistissem com seus desejos animais sobre as esposas e procurassem poupá-las ao máximo. Porém, quando a situação estivesse desesperadora, era aconselhado e permitido ao marido "aliviar-se" no leito conjugal, contanto que não fosse no período menstrual e nem durante a gestação da esposa.

Uma explicação também agostiniana veio colaborar com a medicina do século XIX: trata-se daquela segundo a qual o ato sexual no Paraíso era frio e isento de prazer e, somente após o Pecado Original, a paixão e a luxúria passaram a fazer parte do sexo. Isto foi a causa da queda de Adão e Eva. Neste sentido, os médicos orientavam que o sexo praticado em excesso era prejudicial à saúde. Contudo, uma vez exercido de forma mecânica, sem paixão e sem fortes emoções, não oferecia riscos. Por isso aconselhavam o sexo com prostitutas, por ser mais seguro do que com as esposas.

Não se pode afirmar que esse seja o único motivo para o crescimento da prostituição, embora acreditemos tenha contribuído bastante para a procura de prostitutas. Os maridos vitorianos

também acreditavam fazer um bem às esposas, poupando-as e desviando seus excitamentos para com outras mulheres.

Mas não demoraria muito para a medicina trazer os maridos de volta ao leito conjugal: o florescimento desenfreado da prostituição ocasionou a progressão alarmante das doenças venéreas. Assim, não só os maridos vitorianos foram atingidos, mas também suas inocentes esposas, bem como os filhos que já nasciam doentes. A medicina então necessitou combater os males venéreos. Esta, porém, não dispunha de conhecimento suficiente nem para discernir uma blenorragia de uma sífilis, pelo menos no estágio inicial da doença. Com isso o número de sífilíticos aumentou em todas as partes do mundo, principalmente na Europa e América.

Esse resultado impulsionou medidas da parte de autoridades em saúde pública, no sentido de submeter todas as prostitutas ao exame médico regular. Na verdade grande parte das prostitutas da época não eram registradas em bordéis e muito menos o eram as bailarinas das casas de espetáculos. A dificuldade em manter o controle da expansão das doenças levou a lei a falar mais alto. No final do século XIX foram assinados decretos sobre o controle de doenças contagiosas, e decretos, tornando a prostituição uma prática ilegal, foram necessários para amenizar a situação. Daí para frente, qualquer mulher suspeita de receber dinheiro por serviços sexuais era alvo de perseguição policial.

Mas o período vitoriano não foi só marcado pela

retomada do puritanismo medieval, pela classificação das esposas como "anjos do lar", pelo crescimento da prostituição e nem tampouco pela disseminação das doenças sexualmente transmissíveis. Uma outra marca, profundamente forte durante o mesmo período, foi o surgimento de uma "fisiologia do amor", por sua vez antagônica ao romantismo do amor vitoriano.

Por exemplo, Diderot (apud Gay, 1990:47) dizia ser o amor uma "fricção voluptuosa de dois intestinos." Esta definição contrariava os ascéticos, os quais consideravam o amor um sentimento celestial, desprovido de qualquer elemento sensual. Havia também aqueles que consideravam o amor uma atração libidinosa mútua entre adultos, e só poderia ser verdadeiro quando acompanhado de ternura e estima.

E para contrapor-se ao casamento por conveniência, muito apreciado entre os burgueses do século XIX, Stendhal (apud Gay, 1993:62) comentava: "é muito mais ofensivo à modéstia ir para a cama com um homem que a viu apenas duas vezes, depois de pronunciar três palavras em latim na igreja, que entregar-se, incontrolavelmente, a um homem que se tenha adorado por dois anos".

Para alguns fisiologistas, o amor era exaltado apenas como uma conquista, que culminava com o êxtase da consumação. Era apenas físico. Verdadeiros manuais foram escritos sobre o sexo e o prazer. O sexo também foi citado como uma aventura. Os manuais eram cínicos e mundanos e advertiam seus leitores sobre as artimanhas do jogo do amor e da doença da paixão.

Balzac se destacava com seus aforismos sobre o que constitui uma mulher virtuosa. Para ele, "uma mulher virtuosa é necessariamente uma mulher casada." Sendo casada, a mulher se tornaria um objeto digno de luta e de conquista para o amante (Gay, 1990:66). Balzac, porém, não deu prosseguimento a este tipo de leitura. Em sua **Fisiologia do Matrimônio** ele escreve sobre o amor, a mulher e o casamento, de modo até certo ponto moralista, contudo, continuou sendo incompreendido como crítico indignado da sociedade moderna.

Paul Bougert, em sua **Fisiologia do Amor Moderno**, dá prosseguimento a essa corrente do século XIX, de se falar do amor, das relações conjugais, das extraconjugais, e de toda forma de relacionamento afetivo e sexual do homem moderno. Ele definia o amor como uma mera bestialidade, as mulheres como enigmas sem palavras, e a felicidade no amor como algo que só existe para quem não ama.

Era uma busca incessante a respeito do significado do amor, uma verdadeira teorização, que se acumula com romancistas, filósofos, psicólogos e fisiologistas. Do mais sofisticado e austero conceito aos mais desdenhosos; afinal, foram produtos de um tempo e de uma cultura presa a regras e convenções. O amor ora aparecia como uma bênção de Deus, ora como uma energia poderosa, ora como uma doença contagiosa, e ora como um veneno lento mas mortal.

De Dante, passando por Pascal, Victor Cousin, Byron,

George Bernard Shaw, Novalis entre outros românticos e cínicos, até Proust, o qual dizia ser "o amor uma fraude trágica e desesperada," o século XIX conheceu também o que os alemães se dedicaram a desenvolver, ou seja, uma "metafísica do amor". Esta corrente considerava o amor como parte constitutiva da natureza humana, comparando-o com um combustível capaz de mover a vida.

Schopenhauer foi considerado um—dos—grandes—mestres— entre os que associavam o amor a uma forma de expressão biológica e psicológica do ser humano. Para ele o casamento só trazia desvantagens, pois além de reduzir os direitos do homem pela metade, também multiplicava os deveres. Mais indignante ainda era a forma como ele definia as mulheres. Dizia serem

"(...) úteis para as crianças, um prazer para os homens de meia idade (...) não foi feita para trabalhos mentais nem físicos (...) foi feita para criar e educar crianças, justamente porque ela própria é infantil, tola e desprovida de visão, (...) uma criança grande até o fim da vida (Gay, 1990:76).

Schopenhauer foi um homem de comportamento estranho, pessimista, sombrio, cínico, carregado de medos e manias, entre as quais o fato de não confiar nas mulheres. Não se casou, não teve filhos e também não teve amigos. Era um filósofo extremamente só. Seus contemporâneos atribuem a esse modo amargo de viver e escrever suas teses o fato de ele ter se desentendido com sua mãe. Quando da morte de seu pai, ela resolveu mudar de cidade, viver o amor livre e posteriormente casou-se novamente. Por parte dela também havia implicâncias em relação ao filho. Mme. Schopenhauer era romancista e famosa. Para ela um filho, que também estava se tornando conhecido e respeitado nas rodas

intelectuais, não era motivo de orgulho, mas sim de aborrecimento.

Contudo, Schopenhauer admitia ser "a mulher portadora da força fundamental e irracional da vida." E em seus estudos e debates sobre o amor sexual concluía que

"(...) todo enamoramento, por mais etérea que seja sua conduta, tem sua origem exclusiva no impulso sexual, (...) ao lado do amor pela vida, a mais forte, a mais ativa, de todas as pulsões. (...) o ímpeto sexual é o recurso criado pela natureza para assegurar a renovação da espécie humana. (...) o ato sexual é a maneira como a vontade se afirma" (Gay, 1990: 77-78).

A **Metafísica do Amor Sexual**, vivida décadas mais tarde, serviu de inspiração e subsídio para os estudos de Freud. Antes porém, Schopenhauer foi adotado como filósofo inspirador de Nietzsche. Este por sua vez não deixou nada a desejar em relação a seu mestre, quando se tratava de mulheres. Seu antifeminismo foi considerado irracional, pois jamais deixou dúvidas de que as mulheres eram inferiores aos homens. Considerava estúpido todo e qualquer movimento feminista. A emancipação da mulher era a própria decadência do mundo moderno. Foi severo também com o Cristianismo, acusou-o de ser o princípio rival das paixões. Mulher e Cristianismo eram as mesmas coisas. E o casamento era o consentimento que a sociedade dava, para que duas pessoas pudessem se gratificar no ato sexual. Não passava também de um mero negócio.

Na verdade toda a teorização de Nietzsche sobre o amor, a paixão, o casamento, o Cristianismo e as mulheres fizeram dele

um psicanalista anterior a psicanálise. O embrião de uma virada histórica estava ali em meio às palavras rudes de Schopenhauer e não mais delicadas às palavras de Nietzsche.

Final do século XIX, em pleno vigor do Positivismo e da moral vitoriana, o mundo começa a reagir com indícios de que um tempo novo estava chegando. As idéias de Karl Marx se espalham e o capitalismo forte e soberano começa a ser questionado.—A origem do homem tinha uma nova interpretação: era o evolucionismo de Charles Darwin, concebendo o divórcio definitivo entre sexualidade e reprodução. Mais evidente ainda ficou essa concepção, quando a sexualidade, além de distinguir-se da procriação, separa-se também do pecado, e um conceito novo a vincula ao prazer. É Sigmund Freud quem aparece em meio a esse cenário de transformação dos conceitos sobre o homem e a sociedade.

Freud revoluciona e cria um imenso escândalo, questionando valores até então moralmente aceitos que se pensava estarem para sempre estabelecidos. Desde Aristóteles, o sexo vinha sendo colocado como função procriativa. Com a solidificação do Cristianismo no Ocidente, seus primeiros pensadores reafirmaram essa condição e acrescentaram: fora dessa intenção, o sexo é também pecado. Toda história do Ocidente anterior e com o Cristianismo se voltou para uma desconfiança e uma reserva em relação à sexualidade. A própria ciência médica e mais tarde a pedagogia consideravam a criança um ser assexuado, e só a partir da puberdade, ocasião em que os seres humanos passam por sérias transformações corporais, é que a sexualidade também se

manifestaria.

No que se refere ao amor, podemos dizer que a contribuição mais original do século XIX foi apresentada por Freud. Para Plastino (1993) a inovação freudiana reside na forma de explicar o sentimento do amor como algo regido por memórias que se encontram além do alcance da própria consciência. Amar e ser amado depende da história única e individual de cada um. Só é possível dar amor, quando se viveu a experiência de receber amor. É na infância e a partir das primeiras relações que o sujeito estabelece com os outros e com o mundo que se inicia o processo de "armazenamento" da energia afetiva responsável pela capacidade de amar.

Para o adulto, Freud considerava o amor uma aventura conflitante, onde o sujeito revivia todos os momentos de amor anteriores, isto é, o medo da perda, do risco, da rejeição misturavam-se aos sentimentos do presente, por isso a má sorte de tantos amantes. A partir disso podemos imaginar "como" o amor foi vivido, quando tantas uniões foram consagradas a partir de outros interesses, menos do próprio amor. E mesmo que tenham se dado pela paixão e pelo entendimento amoroso, com que garantias o ser humano chegou a estabelecer a indissolubilidade do casamento.

Freud (apud Bettelheim, 1982), explica que a supervalorização de um indivíduo pelo outro é também um retorno ao narcisismo infantil e diz respeito ao que ele chamou de transferência para o objeto sexual da infância. Entendemos, então, que o adulto busca apaixonar-se por alguém que de certo modo corresponda a sua paixão incestuosa, isto é, o complexo de

Édipo.

Então, para a burguesia do final do século XIX, as primeiras idéias freudianas eram como se tudo construído até ali estivesse sendo colocado em questão. Segundo consta em Gay, naquela época se acreditava que:

"O amor era forte mas tinha seus rivais. Os burgueses do século XIX achavam que sabiam, como havia quem achasse desde Virgílio, que o amor tudo vence; gostavam de acreditar que o amor remove montanhas, ultrapassa barreiras, ri de tranças e correntes. O amor, podiam concordar com Stendhal, é uma paixão afetuosa, mas seus modos gentis e termos mascaram notoriamente uma vontade de aço" (1990:89).

O mesmo autor nos fala que a forma mais comum de uniões conjugais, no século XIX, dava-se através da obediência dos jovens aos arranjos providenciados pelos pais. E essas transações, na sua maioria, ficavam ocultas em função das convenções sociais que as moças e rapazes não se encorajavam a desafiar. Esse quadro, porém, começa a se modificar quando o fim do século se aproxima. Contudo, aos olhos dos conservadores e moralistas, o casamento pautado no sentimento de amor era tido como uma grande doença dos tempos modernos.

E o que diziam então das mulheres? Se o ideal burguês se espelhava ainda na moral vitoriana, com certeza os movimentos de emancipação feminina não passavam de uma subversão à ordem estabelecida. Ou quem sabe a "igualdade" almejada significasse o caos para os defensores da "sagrada família".

No entanto, por mais revolucionária que fosse a atitude dos contrários aos casamentos por conveniência social e

econômica, não faltaram entre muitos, os que acreditavam ser para sempre a união por amor. O sentimento moral do amor por si só já garantia a harmonia e a felicidade que só a morte conseguiria romper. A indissolubilidade do casamento era o ponto mais inflexível para ser debatido. Sem amor ou por amor, não se questionava os danos da obrigatoriedade de ter que viver juntos até que o "destino" determinasse o fim.

O pensamento de Marx foi, de certo modo, facilmente aceito nas questões relativas à política e à economia. Mas parece que, com raras exceções, foi assimilado para reavaliar as formas dos casamentos daquela época. O conceito marxista de que "o homem é produto das suas múltiplas relações sociais" abre para uma reflexão séria a respeito da indissolubilidade das uniões conjugais. Tal compromisso tornado legal admite, ou parte do princípio da imutabilidade e da estaticidade e, ao mesmo tempo, nega o homem como um ser que transforma e se transforma. É a própria negação da dinâmica que é a vida humana.

Todavia, "o para sempre" não se limitava aos ditames legais. Os romancistas partidários de que "o amor remove montanhas", ao concluir suas histórias comoventes, acentuavam a famosa idéia: "felizes para sempre." Até mesmo para aqueles escritores que já não mais privilegiavam a donzela indefesa, inocente e pura e o seu príncipe, aquele homem de negócios prósperos, bem situado e socialmente cortejado, e sim personagens grevistas ou militantes políticos, o amor e o final feliz eram ingredientes indispensáveis.

O novo, o inédito e que marcou profundamente a virada do século é o amor explicado na versão freudiana. Uma interpretação moderna da tragédia de Sófocles - **Édipo Rei** - aponta para a dinâmica conflitante do aprendizado e a vivência do amor. Em sua obra, **A Interpretação dos Sonhos**, Freud afirma que a história de Édipo só nos comove, porque ela se assemelha à nossa própria história.

A imaginação, a fantasia romântica ou erótica são produtos do desejo. E o desejo se encontra nas profundezas da mente e sua manifestação é a forma de atender às necessidades. Com isso, os romances de ficção nada mais são do que um modo de expressão das vontades desatendidas. Contudo esses desejos não são apenas as fantasias individuais do romancista. São reflexos de um coletivo e do momento histórico em que ele se projeta. E por mais originais que fossem as inovações de Freud, elas também refletiam a cultura e os padrões intelectuais do seu tempo.

Quanto aos amores homossexuais, segundo GAY (1990), o século XX não apresenta grandes novidades em relação ao século passado. Ainda eram vistos com desconfiança ou como ligações problemáticas. Na área médica, foram classificados como um vício, uma doença ou uma anomalia. Nos romances ou no teatro, só eram aceitos, quando a exposição tendia a mostrar a dor e o sofrimento pela condição de ser homossexual. Se fosse para expressar o prazer e a felicidade decorrentes de um relacionamento amoroso, passaria imediatamente à condição de indecência e imoralidade. Raramente o ideal burguês aceitava "essa imperfeição da natureza humana".

Os próprios homossexuais não se aceitavam tão facilmente. Afinal, eles não haviam sido excluídos de uma educação que consagrava a virgindade até o casamento, a monogamia, a moderação no sexo entre marido e mulher, a finalidade procriativa do sexo, a proibição da masturbação, o pavor do incesto e de todas as outras formas de buscar prazer e de vivência sexual afetiva.

O século XX nasce com novos guardiões morais, cuja preocupação era a proteção física e a condenação aos culpados - a medicina e a justiça. Se bem que, segundo Foucault (1988), essa aliança se dá a partir do século XVII, pois com a religião unem-se: a pedagogia, a medicina e os legisladores. Mas, em se tratando do século XX, fica mais evidente a higienização do casamento, a proteção à inocência, a caça aos culpados, a codificação quanto às práticas não permitidas, as ofensas perversas, o discurso contra a incontinência e a fornicação. Afinal, a razão do homem no que se refere às relações amorosas, na concepção burguesa, passa primeiro pelas suas próprias razões. E estas são uma mescla do falso, do hipócrita, da aparência e da obscuridade. Enfim, entre o que praticavam e o que pregavam, havia um vão imenso para se chegar ao que de fato assumiam.

Uma vez pensado o casamento com a higienização do sexo e novamente referendado como legitimação da procriação, Freud aponta para um novo debate: a insustentável situação criada para a mulher. Neste ponto, Freud já não é mais aquele que escrevia à sua noiva e que pensava ser o casamento uma garantia de

felicidade e realização da mulher. Ao contrário, quanto mais aprofundava suas pesquisas sobre as neuroses, mais concluiu que o destino dado pela cultura à mulher era também uma condenação e, em muitos casos, para a infelicidade.

Neste sentido (apud Assoun), Freud assim se expressa:

"... as mulheres, afirmo, sob o efeito das decepções do casamento, mergulham em neuroses graves, que tornam sombria toda a sua vida. Conseqüentemente o casamento, nas atuais condições culturais, há muito deixou de ser a panacéia contra os males nervosos da mulher" (1993:158).

E ainda, o limiar do século XX, segundo Freud, vitimava a mulher através do pior processo de repressão social, isto é, aquele que diz respeito ao próprio pensar. E isto convertia-se numa inferioridade intelectual, ou seja, a inibição do pensamento conseqüente da repressão sexual. Essa idéia deixa claro que, para Freud, não existia uma "natureza feminina" propensa à inferioridade, mas a própria cultura a colocava numa situação desconfortável em relação aos homens.

De acordo com Assoun (1993), Freud, ao escrever o ensaio **Sobre a Degradação mais Generalizada da Vida Amorosa** (1912), sustentou que as mulheres foram alvo de uma estratégia dupla, isto é, de supervalorização e de depreciação. Isso quer dizer que, além das conseqüências de uma educação para a submissão, a mulher era para o homem um ser supervalorizado apenas quando este, sentindo-se apaixonado, esmerava-se para conquistá-la. Contudo, tendo possuído esta mesma mulher, o comportamento do homem invertia para a depreciação. Essa

observação freudiana é mais uma entre muitas que fez na forma de um balanço do crédito e do débito que a cultura impôs de certo modo às condições do ser homem e do ser mulher.

Assim, ao trabalharmos as relações amorosas e conjugais nas diferentes épocas, com a perspectiva de se chegar até aos conceitos freudianos a respeito dessas mesmas relações, podemos, ~~sem a pretensão de concluir, dizer que: os impulsos sexuais~~ sempre encontraram restrições de algum modo em cada período. E muitas formas de relacionamento amoroso, dentro de uma mesma cultura, variam na forma de aceitação em relação ao tempo. O que era legítimo em determinada época, passou a ser abominado em outro período ou exatamente ao contrário. De igual modo, tudo isso pode variar entre uma classe social e outra, como fica mais evidente nos séculos XIX e XX, entre os valores proletários e os valores burgueses. Por fim, cada grupo de homens, desta ou daquela época, apresenta seus padrões de regulamentação das práticas sexuais.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 - A Educação Sexual: uma busca que objetiva a transformação

Conforme nos referimos na Introdução, a presente dissertação aponta para duas questões chaves: a de construir um referencial histórico e teórico que transcenda a prática pedagógica de uma professora que há muito se dedica em debater **Educação-Sexual**; e a de transformar esse mesmo suporte teórico em estímulo para que outros educadores retracem suas trajetórias ao perceberem que **Educação-Sexual**, acontece primeiro, quando se está disposto a se auto-educar.

Sobre a primeira questão, sem dúvida alguma, podemos dizer que a pesquisadora não esperou um término do estudo para refletir sobre sua prática. Na verdade, a unidade desejada - teoria e prática - foi acontecendo de um modo crescente, porém,

nao conclusivo. Mesmo porque, ação e reflexão devem ser contínuos. Quanto à segunda questão, ela permanecerá como uma aposta e um desafio. E estes não servirão apenas para os outros educadores, mas também para a própria pesquisadora. Por isso, neste espaço nos referimos à **Educação-Sexual**, como uma busca que objetiva a transformação.

A respeito disso, tivemos a oportunidade de nos identificar com vários estudiosos do assunto. Porém, confrontando-nos com a dicotomia sexualidade e educação, optamos por destacar os autores, Vasconcelos e Nunes, que consideramos relevantes para o tema que ora resgatamos. Vale a pena ressaltar que os autores escolhidos não só tratam da temática **Educação-Sexual** em suas pesquisas e produções divulgadas, como referendam a importância da sexualidade numa ótica histórico-cultural. Ambos nos ofereceram embasamento, para nos situarmos durante todo este estudo.

Vasconcelos (1971) nos brinda com uma definição clara e enriquecedora sobre o que ela compreende por sexualidade humana. Ela chama a atenção para a necessidade de uma conversão epistemológica no que se refere a essa temática, uma vez que não nos referimos a uma sexualidade animal sem história e sem cultura. E sim, a uma

"(...) sexualidade enquanto imersa na temporalidade, nela recebendo sua revelação vivencial, suas formalizações conceituais, sua expressão estética, seu tratamento moral e social. Que tudo isso faz da sexualidade humana o que ela pode ser: uma descoberta, uma elaboração, uma busca. Descoberta do corpo, como dimensão de minha afetividade. Elaboração pessoal e criativa dessa dimensão afetiva, que não "nasce" já

determinada. Busca, enquanto a sexualidade humana é essencialmente erótica, isto é, voltada para o outro" (p. 3).

Do mesmo modo, a autora aponta também para o que seja educar sexualmente, dizendo que:

"(...) a educação sexual não pode prescindir, inicialmente, de um questionamento crítico das noções sexuais correntes. Porque, decididamente, não se trata de ensinar a sexualidade, ~~mas de preparar as condições de desenvolvê-la~~ em seu contexto pessoal, de criá-la. E não se preparam condições, senão em uma perspectiva crítica. (...) abrir uma perspectiva criativa, de dar condições a uma elaboração pessoal. E, então, o sentido criador mesmo que deverá ser a meta de uma educação sexual" (ibid, pp.109-110).

Nessa mesma perspectiva, Nunes (1987) nos leva a refletir, quando assim se expressa:

"A sexualidade humana não está sujeita ao determinismo animal, restrita ao mundo natural. É uma esfera que passa além disso, ela contém a intencionalidade, no sentido de consciência e de experiência de sentido, no sujeito humano. É portanto dimensão existencial, original e criativa em sua expressão e vivência. E esta dimensão é dinâmica, dialética, processual. Não se pode reduzir a sexualidade a um substrato único, imitável, eterno. (...) é histórica, processual e mutável" (p.17).

E ao se referir a **Educação-Sexual**, o mesmo autor, com ênfase, diz que ela só poderá acontecer à medida que questionarmos toda história cultural. Além disso, ele analisa essa questão, de modo que a educação da sexualidade seja estritamente humana. Exclui toda possibilidade de uma educação baseada em discursos frios, técnicos e estranhos ao universo do que seja a sexualidade, em seu ir se fazendo no jogo das relações sociais. Pois

"(...) Enquanto dimensão privilegiada do subjetivo, do existencial, e ainda mais se considerarmos as rotulações e controles religiosos-morais históricos sobrepostos, a sexualidade só pode ser tratada de maneira profundamente próxima, densa de dignidade e humanismo, para ser eficaz e significativa. Isto requer conhecimento dos discursos teóricos cabais, dos dogmatismos de qualquer espécie e da suspeita, e equilíbrio, de nossas próprias contradições pessoais e culturais" (p.18).

Diante dessa riqueza de contribuições, nossa síntese sobre o assunto sexualidade e **Educação-Sexual**, com vistas a transformação, passa primeiro pela compreensão da nossa pessoa, enquanto sujeito histórico e sexuado, entre outras inúmeras dimensões que somos. Do reconhecimento também das nossas limitações no que se refere ao conhecimento do homem e da sua história macrocósmica, bem como do ser humano que somos enquanto história microcósmica; ou seja, da nossa produção existencial, única, ímpar, porém interligada ao contexto universal.

Educar o outro é fundar a ação pedagógica na reflexão acerca da própria educação. Ou seja, o educador ao se apropriar de um conhecimento passa por um processo de auto-transformação, o que possibilita a produção e transmissão de novos conhecimentos. Assim, a transformação mais global se iniciará com o gesto, a palavra, a alegria, o afeto e a solidariedade e com o conhecimento científico, como um processo contínuo e questionador das relações amorosas, afetivas, conjugais e sexuais do passado e do presente.

3.2 - Propondo desafios

O presente estudo teve como foco de análise a sexualidade humana na concepção de autores significativos e eleitos como síntese do pensamento, de três épocas distintas: Antiga, Medieval e Moderna. O caminho percorrido até agora e as reflexões efetivadas permitem-nos assinalar a relevância deste estudo, no sentido de avaliar nossa prática docente, no que se refere aos cursos de aperfeiçoamento e capacitação de docentes sobre a **Educação-Sexual**.

A partir dos estudos e das informações sistematizadas, tendo em vista o objeto específico deste trabalho - a sexualidade -, podemos retomar algumas questões já levantadas. Assim sendo, alguns aspectos considerados importantes de forma sucinta serão contemplados.

Para este destaque começaremos pela natureza do estudo realizado, isto é, do ponto de vista do enfoque de análise e do procedimento metodológico da pesquisa para a qual nos apoiamos na concepção histórico-dialética.

A abordagem numa perspectiva que chamamos de dialética nos permitiu compreender e melhor explicar o processo histórico-cultural da sexualidade humana, bem como as questões de ordem ideológica, econômica, política entre outras, que acabaram se sobrepondo aos sentimentos e emoções do ser humano. Foi significativa também, para compreendermos o quanto de si, e o tanto de conhecimento sobre um determinado tempo o homem

investiu no mito. Aquilo que por longas horas nos parecia enigmático e indecifrável, de repente se mostrava cristalino e compreendíamos o sentido da mensagem. Ou seja, o sentido dos conceitos que se construíram no discurso sobre a sexualidade. Através do mito o homem passa o conhecimento, as leis, a moral, os valores, as crenças e a história de um povo e de uma época.

Pensar histórica e criticamente não é um exercício fácil, contudo é um aprendizado agradável e torna-se revelador daquilo que buscamos entender. Foi desse modo que passamos a compreender melhor o real no seu todo. Isto é, a percepção de que todas as coisas e idéias estão em constante movimento, em desenvolvimento e em transformação, ou seja, em processo dinâmico e contínuo. Desta forma, foi possível estabelecer uma relação entre nossa prática e o suporte teórico do qual nos apropriamos através desta pesquisa. O confronto do fazer e do pensar nos mostrou com mais clareza que, para se falar em **Educação-Sexual**, faz-se necessário primeiro uma reeducação da própria sexualidade. E isto só será possível via o entendimento obtido com estudos e pesquisas a respeito desta dimensão humana.

Com isto, partimos para uma outra síntese, também contemplada neste estudo. Ela diz respeito à questão de que não só o educando, mas também o educador necessita de uma educação reconciliativa sobre a sexualidade. "Pensar e propor **Educação-Sexual** como disciplina integrante do currículo escolar, partindo de pressupostos meramente biológicos e higienistas, com vistas a minimizar doenças e gravidez precoce, é a própria reafirmação positivista do homem e da sociedade."

O educador que se ocupar desta tarefa - **Educação-Sexual** -, necessita conhecer-se a si próprio, conhecendo a história do homem e das sociedades através dos tempos. A isso poderíamos chamar de atitude socrática. E neste sentido, como as práticas amorosas e sexuais também se expressam, sendo elas produtoras e produto da história e da cultura.

Isso nos leva a refletir que já não se pode mais enganar e nos enganarmos com concepções onde o homem e a sexualidade são mostrados como elementos distantes, frios, anatômicos e isolados do contexto sócio-político e cultural. Não é mais possível nos colocarmos à frente dos educandos, para ditarmos funções mecânicas da sexualidade, ou dividirmos o corpo de modo hierarquizado, para reduzir o sexo aos genitais, à DST e à reprodução. O momento é outro e as exigências também. Convém, por isso, sentarmos juntos aos alunos e, sem distanciamento algum, despojarmo-nos de velhas e anacrônicas idéias, para que aconteça um debate franco e coerente com o que está posto na sociedade contemporânea.

Vale a pena insistir: é somente através do conhecimento da dimensão histórica do homem, que se poderá questionar tabus, preconceitos, credices e interditos que fortemente se acumularam em torno da sexualidade. Seria pretensioso demais dizermos que esta pesquisa contempla toda a história da sexualidade na cultura ocidental. Ela enfoca apenas algumas questões que ainda foram delimitadas em três épocas distintas. Há que se ir mais longe, buscar outros autores e outras abordagens. Este estudo é apenas o

começo.

Uma outra questão que deve ser trazida para este espaço, diz respeito às vinculações dadas à sexualidade, tais como: sexo-procriação (Aristóteles); sexo-pecado (Santo Agostinho) e sexo-prazer (Freud). A priori parece resolvido dizer que a primeira se deu na Antiguidade, a segunda no Medievo e a terceira na Modernidade. Contudo, tais dicotomias não são assim seqüenciais e tampouco uma anula a outra. Na verdade, ao analisá-las, as três aparecem interligadas em todos os momentos históricos. Aristóteles não se teria atido em colocar a função sexual como meramente procriativa se, em seu tempo, o sexo também já não fosse abordado com desconfiança (pecado) e associado à extravagância (prazer). Santo Agostinho que, aliás, reafirma a função procriativa, acrescenta também o pecado e exclui toda possibilidade do prazer. Freud, no entanto, enfatizou o prazer com ou sem intenção de procriar e ainda acusou a idéia de pecado como a causadora de muitas doenças e outros desacertos no ser humano.

Essas dicotomias na sexualidade moderna pouco diferem da Antiguidade e da Idade Média. Elas estão presentes e permeiam todas as formas de manifestação e discursos alusivos à **Educação-Sexual**. Exemplo disso podemos encontrar na recente Encíclica Papal - O Esplendor da Verdade -, no livro de história infantil - X CASINHO -, expedido pelo Ministério da Saúde, para explicar às crianças os meios de prevenir AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, bem como em diversos materiais que aparecem

diariamente, os quais apontam para uma sexualidade culposa e procriativa.

Quanto às concepções dicotômicas de corpo-alma, bem-mal e homem-mulher, podemos dizer que estas têm aparecido sob as formas mais sutis - e às vezes escancaradas - possíveis no sentido de luta pela aprovação da superioridade de uma sobre a outra. Por exemplo: do homem se sobrepor à mulher ou vice-versa; da alma estar acima da matéria (corpo); como também no embate entre o bem e o mal é mostrada a vitória triunfante de uma das partes.

Um outro dado que consideramos importante registrar, diz respeito a certas comparações como a alma e o homem estarem ligados ao bem, e o corpo e a mulher ao mal. Disso também não fogem as recentes campanhas chamadas educativas sobre a sexualidade, sejam elas propostas por educadores, profissionais da saúde, religiosos e/ou voluntários. O fato é que existe uma facilidade e, de certo modo, uma acomodação ao explicar todas as questões relativas à sexualidade, apontando o corpo (biológico) como o causador de males para a alma, ou enfatizando o mal sob a forma de doenças mentais e físicas. O bem, por sua vez, deverá ser o vencedor. E a mulher (ou o elemento feminino, quando associado ao homossexualismo masculino) como portadora do mal; e, por último, sempre um homem, um salvador, um herói, que de modo superior é o supremo bem. Neste contexto geral situam-se também todos os debates atuais sobre a corporeidade como base de uma nova ética e de uma nova política e economia.

Temos, ainda, as relações amorosas e conjugais vistas e analisadas nas diferentes épocas, bem como o entendimento dos três autores escolhidos sobre estas mesmas formas de uniões. O que refletimos, afinal, nos leva a repetir que o ser humano sempre buscou meios para "organizar" os relacionamentos afetivos e sexuais; ora com explicações pautadas na **Natureza**, ora na afirmação da vontade de **Deus**, e ora na **Razão** pura do homem. Percebemos também que, ainda na sociedade moderna dita civilizada, estas três formas aparecem, quer separadas, ou quer interligadas para justificar ou condenar os relacionamentos sexuais humanos.

Por outro lado, uniões toleradas na Antiguidade - homossexualismo por exemplo -, apesar de todas as considerações legais sobre elas naquela época, são severamente punidas na Idade Média e com toda desconfiança possível, voltam a ser discutidas como uma opção humana na Idade Moderna. Mas nada é tão homogêneo em nenhum período. As diversidades no que se refere às uniões existiram principalmente entre uma classe social e outra. O casamento monogâmico, também entendido como um meio de legitimar a procriação, aparece em todos os períodos estudados, como uma forma de união ligada à aristocracia, nobreza e burguesia. Monogâmico no sentido legal não significa a exclusividade de um cônjuge para com o outro. Neste aspecto, ao homem as regras sempre foram mais flexíveis, isto é, além da esposa, outras uniões clandestinas ou não poderiam existir. Aos pobres - escravos, servos e proletários - o código moral nos parece sempre ter sido mais indiferente, desde que seus relacionamentos não

envolvessem pessoas da classe superior.

As codificações dadas à sexualidade por Aristóteles, Santo Agostinho e Freud são de ordem moral. O que as diferencia diz respeito aos valores em relação ao tempo em que eles viveram. Os três expressam na filosofia, na religião e na psicologia os modelos hegemônicos de sexualidade colocada em discussão. Ou seja, o primeiro estava mais preocupado com a expansão da Polis, por isso com o suporte filosófico, procurava através da biologia orientar as práticas sexuais de modo a enquadrá-las através da organização familiar ao âmbito do procriativo. O segundo estava mais voltado aos interesses de salvar às almas. E, pautado na teologia, apoiava-se numa instituição religiosa - da qual se tornou Bispo -, para condenar todo relacionamento sexual, cujo objetivo não fosse a procriação. O terceiro aponta para uma preocupação inédita: a cura das doenças. Então, fundamentado na psicologia, cria a psicanálise para questionar toda carga cultural, negativa sobreposta às uniões sexuais. E diz que é na sexualidade que reside toda a expressão humana. E ainda revoluciona o pensamento de sua época, quando descobre que a sexualidade é inerente ao ser humano e formula a teoria do desenvolvimento sexual infantil.

Esta síntese - para nós considerada provisória - nos permite também dizer que o presente estudo não é um trabalho conclusivo. Ele nos é um breve recorte de um objeto deveras amplo. E neste recorte ainda, algumas questões foram privilegiadas. Outras e muitas precisam ser analisadas. Todavia desta delimitação ficou mais seguro dizer que o ser humano e a

sexualidade devem ser entendidos como produtores e produto da história e da cultura e que tanto um como o outro não são elementos pré-determinados.

Dessa forma, em se tratando de **Educação-Sexual** com vistas à transformação, acreditamos ser necessário primeiro este entendimento. A crítica do presente passa necessariamente por uma revisão do passado. E o futuro só será produzido através dessa compreensão histórica e da ação sobre o presente.

Em se tratando de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo final é a dissertação, deparamos-nos com algumas limitações. Uma delas foi o fator tempo em relação à vastíssima bibliografia existente sobre o assunto. Em decorrência disso surgiu a necessidade de delimitarmos a pesquisa não só em alguns aspectos, mas também no material a ser estudado. Uma revisão mais abrangente da história da sexualidade exigiria um tempo maior que demandaria a colaboração de inúmeros especialistas e o resultado, obviamente, seria a redação de vários volumes. Portanto, competenos ressaltar e recomendar a leitura e análise de uma bibliografia rica e imensa que tem aparecido sobre essa temática. Ao mesmo tempo esta literatura recente mostra a importância que se está dando à sexualidade, e a insatisfação com que já se produziu a respeito.

Sobre a bibliografia estudada vale a pena dizer que ela é de fundamental importância para todo educador interessado em debater a **Educação-Sexual**. Neste sentido, a contribuição dos autores estudados foi inestimável, não só para a sedimentação

teórica do que seja a sexualidade humana, mas também para o estabelecimento de uma unidade entre teoria e prática, necessária à nossa tarefa de educar. Aos poucos vão desmoronando as antigas manias afoitas e reducionistas acerca da sexualidade e da **Educação-Sexual**. E no lugar delas, foram se construindo novos conceitos e fortalecendo-se a idéia de que educar sexualmente não é uma tarefa apenas da escola. Ficou mais claro que esta questão é mais ampla: ela é social; portanto, a escola é um espaço pequeno porém viável para contribuir nessa chamada que se faz emergente na sociedade contemporânea.

Com isso não se quer negar que a **Educação-Sexual** nunca existiu. A que referimos é a forma que as novas condições postas parecem exigir.

No que tange às dificuldades encontradas, podemos dizer que foram várias, entre elas o fator tempo novamente, mas, desta vez, em relação ao desejo de se abraçar um universo maior; a própria disciplina exigida para um estudo dessa natureza; a escassez de material nas bibliotecas locais referentes ao tema; os raros contatos com pesquisadores do mesmo objeto e as restrições de ordem econômica pelas quais passa todo professor deste país. E neste caso, particularmente, em ter que desdobrar-se no cumprimento de várias funções e, sobretudo, na de pesquisador.

Não poderíamos deixar também de registrar, neste espaço, o motivo pelo qual não contemplamos o previsto no projeto inicial. Ou seja, a continuidade da pesquisa até a chamada Pós-

Modernidade, sendo um autor-síntese talvez o filósofo Michel Foucault. Na verdade, ao se desenrolar a pesquisa, acabamos por optar em trabalharmos até Sigmund Freud. E ainda o enfocando como um autor Moderno, quando muitos pesquisadores o colocam como um marco do Pós-Modernismo. As razões para essa abdicação foram muitas, por isso citaremos algumas como principais:

. a dinamicidade deste período em que vivemos deve ser minuciosamente analisada e refletida para então se produzir algo não reduzido a um capítulo apenas, mas contemplando vários em uma dissertação. E para não cairmos em reducionismos, urge analisar as características mais relevantes desta Pós-Modernidade que são: o próprio sentido de se falar da modernidade e Pós-Modernidade; a ênfase na individualidade; a crise de uma razão unívoca; a retomada do misticismo; a permissividade sexual; a confusão dos modelos; a crise dos paradigmas; a dificuldade de se estabelecer um sentido da vida humana; a desolação; o sentimento de orfandade; um certo niilismo conseqüente do pós-guerra; o insucesso das experiências socialistas e, ao mesmo tempo uma pretensa vitória definitiva do capitalismo, com as seqüelas para milhões de pessoas que parecem tornar-se supérfluas. Há que se levar em consideração também, a revolução tecnológica, como um dado a mais para se analisar os relacionamentos humanos frente à essas novas implicações sociais.

Diante das considerações apresentadas nesta dissertação, entendemos ser por demais significativo o estudo da sexualidade nessa dinamicidade histórica e a conseqüente riqueza

de dados, para não nos contentarmos simplesmente com a delimitação proposta para esta pesquisa. A nossa insatisfação agora, ao cabo de um trabalho realizado, já não é a insatisfação que nos levou a iniciar a pesquisa.

Por isso nos sentimos estimulados a prosseguir pesquisando e a enfrentar novos desafios.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ADLER, Laure. **Os bordéis franceses**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- 2 - AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. **A virgindade consagrada**. Adendos e organização geral de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- 3 - _____. **Comentários da Epístola de São João**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- 4 - _____. **Confissões**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
- 5 - ALBERONI, Francesco. **O erotismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- 6 - ANDERSON, Perry. **Passagem da Antigüidade ao Feudalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 7 - ANDRÉ, Cresson. **Aristóteles**. Ed. 70. Lisboa: Martins Fontes, 1981.
- 8 - ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- 9 - _____ e BEJIN, André - **Sexualidades ocidentais**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 10 - ARISTÓFANES. **A revolução das mulheres: a greve do sexo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- 11 - ARISTÓTELES. In: **OS PENSADORES: Tópicos; dos argumentos sofisticos; ética a Nicômaco; poética**. São Paulo: Nova Cultural, 1991, v. 1 e 2.
- 12 - _____. **Política**. Brasília: UNB, 1985.

- 13 - ASSOUN, Paul Laurent. **Freud e a mulher.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- 14 - BADINTER, Elisabeth. **Um e o outro.** 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- 15 - BARROSO, Carmem e BRUSCHINI, Cristina. **Sexo e juventude.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- 16 - BENHABIB, Seyla e CORNELL Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- 17 - BERNARDI, Marcello. **A deseducação sexual.** São Paulo: Sumus, 1985.
- 18 - BETTELHEIM, Bruno. **Freud e a alma humana.** 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- 19 - BÍBLIA SAGRADA. 52. ed. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica), pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria, 1986.
- 20 - BROWN, Peter. **Corpo e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- 21 - CAMPESE, Silvia e GASTALDI, Silvia. **La donna e i filosofi, archeologia di un'immagine culturale.** Bologna: Zanichelli, 1977.
- 22 - CAPPELLETTI, Angel J. **Familia y esclavitud en Aristóteles. Revista Venezolana de Filosofia, n. 7, Caracas: UNIBOLIVAR, 1977.**
- 23 - CARCOPINO, Jérôme. **La vita quotidiana a Roma.** Roma: Editora Laterza, 1978.
- 24 - CHAUI, Marilena. **Repressão sexual.** 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 25 - COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- 26 - DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento.** Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- 27 - DIDEROT, A. L. Thomas. **O que é uma mulher?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- 28 - DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 29 - DUSSEL, Enrique. **El dualismo en la antropología de la cristiandad.** Buenos Aires: Editorial Guadalupe, 1974.

- 30 - ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. Cosmos, Lisboa: Martins Fontes, 1970. V.1
- 31 - ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 11. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.
- 32 - FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, a vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- 33 - _____. **História da sexualidade, o cuidado de si**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- 34 - _____. **História da sexualidade, o uso dos prazeres**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- 35 - FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].
- 36 - FROMM, Erich et alii. **Marcuse polêmico**. Lisboa: Editorial Presença, 1969.
- 37 - GAY, Peter. **A paixão terna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 38 - _____. et alii. **Sigmund Freud e o gabinete do dr. Lacan**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 39 - GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.
- 40 - GOLDEMBERG, Maria Amélia A. **Educação sexual: uma proposta, um desafio**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- 41 - HARADA, Hermógenes et alii. **Corpo alma**. Revista de Cultura Vozes. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- 42 - HOFFMAN, Martin. **O sexo equívoco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- 43 - JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Sexo e discurso em Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- 44 - KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 4. ed. São Paulo: Global, 1978.
- 45 - KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- 46 - KRAMER, Heinrich e SPRENGER, James. **Malleus maleficarum. O martelo das feiticeiras**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

- 47 - KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a educação.** São Paulo: Scipione, 1989.
- 48 - LAPLANCHE, J. **Vida e morte em psicanálise.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- 49 - LEITES, Edmund. **A consciência puritana e a sexualidade moderna.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 50 - LEPARGNEUR, Hubert - **Antropologia do prazer.** Campinas: Papirus, 1985.
- 51 - LIMA, Delcio Monteiro de. **Comportamento sexual do brasileiro.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- 52 - LORAUX, Nicole. **Maneiras trágicas de matar uma mulher.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- 53 - LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** São Paulo: Busca Vida, 1987.
- 54 - LÜDKE, M. Enga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- 55 - MACHEL, Samora et alii. **A libertação da mulher.** 3. ed. São Paulo: Global, 1982.
- 56 - MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, [s.d.].
- 57 - MAZEL, Jacques. **As metamorfoses de Eros, O amor na Grécia Antiga.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- 58 - MEAD, MARGARET. **Sexo e temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 1988.
- 59 - MORA, José Ferrater. **Cuatro visiones de la historia universal.** Madri: Alianza Editorial, 1984.
- 60 - MOTT, Luiz. **O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição.** Campinas: Papirus, 1988.
- 61 - MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- 62 - NOVAES, Adauto (Org.). **O desejo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 63 - NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade.** Campinas: Papirus, 1987.
- 64 - OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- 65 - OLIVER, Christiane. **Os filhos de Jocasta.** Porto Alegre: L&PM, 1980.

- 66 - PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões**. São Paulo: Best Seller, 1991.
- 67 - PLASTINO, Carlos Alberto. **A aventura freudiana, elaboração e desenvolvimento do conceito de inconsciente em Freud**. Rio de Janeiro: UFRJ, Tempo Brasileiro, 1993.
- 68 - POHLENZ, Max. **L'uomo greco**. Firenze: La Nuova Itália, 1976.
- 69 - REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 70 - ROSS, Sir David. **Aristóteles**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- 71 - RUFFIÉ, Jacques. **O sexo e a morte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- 72 - RUNCIMAN, Steven. **A civilização bizantina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- 73 - RUSSEL, Jeffrey Burton. **O diabo**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- 74 - SALLES, Catharine. **Nos submundos da Antigüidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 75 - SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- 76 - SISSA, Giulia e DETIENNE, Marcel. **Os deuses gregos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 77 - SKLAR, Sérgio. **Freud e a técnica: o percurso da história**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- 78 - SOUZA, Paulo César (Org.). **Sigmund Freud & o gabinete do dr. Lacan**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 79 - TANNAHILL, Reay. **O sexo na história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- 80 - THOMAS, A. L. et alii. **O que é uma mulher?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- 81 - TORDJMAN, Gilbert. **Chaves da sexologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- 82 - VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- 83 - _____ . **Trópicos dos pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- 84 - VASCONCELOS, Naumi. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

- 85 - VEYNE, Paul. **A elegia erótica romana.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 86 - VERDIGLIONE, Armando. **Sexualidade e poder.** São Paulo: Martins Fontes, [s.d.].
- 87 - WILSON, Thomas Woodrow. **Sigmund Freud e William C. Bullitt.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- 88 - WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento.** São Paulo: Loyola, 1975.